



R E L A T Ó R I O

E C O N T A S

2 0 0 3



TEIXEIRA DUARTE

R E L A T Ó R I O

E C O N T A S

2 0 0 3

ÍNDICE

SÍNTESE DE INDICADORES	4
ÓRGÃOS SOCIAIS	5
DIRECÇÕES	6
QUADRO DO "GRUPO TEIXEIRA DUARTE - 2003"	8
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9
I. INTRODUÇÃO	10
II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	10
III. APRECIACÃO GLOBAL	11
IV. GOVERNO DA SOCIEDADE	12
IV.1. INTRODUÇÃO	12
IV.2. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SOCIEDADE E DO GRUPO	12
IV.3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	13
IV.4. REGRAS SOCIETÁRIAS	15
IV.5. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO - SÍTIO NA INTERNET	15
IV.6. GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR	15
IV.7. EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS	16
IV.8. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	17
IV.9. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES	17
IV.10. COMPORTAMENTO BOLSISTA DAS ACÇÕES	17
IV.11. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO	18
V. ANÁLISE SECTORIAL	20
V.1. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS	20
V.1.1. MERCADO INTERNO	20
A) ACTIVIDADE GERAL	20
B) EXPLORAÇÃO	22
GEOTECNIA E FUNDAÇÕES	22
CONSTRUÇÃO CIVIL E INDUSTRIAL	23
OBRAS PÚBLICAS	24
METALOMECÂNICA	25
CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO (COC)	25
C) PARTICIPAÇÕES E ASSOCIAÇÕES	25
BEL - ERE - ENGENHARIA E REABILITAÇÃO DE ESTRUTURAS, S.A.	26
EPOS - EMPRESA PORTUGUESA DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, LDA.	26
SOMAFEL - ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS, S.A.	26
OFM - OBRAS PÚBLICAS, FERROVIÁRIAS E MARÍTIMAS, S.A.	27
GCF - GRUPO CONSTRUTOR DA FEIRA, ACE	27
METROPAÇO, ACE	27
ACESTRADA - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, ACE	27
METROLIGEIRO - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, ACE	27
METRO SUPERFÍCIE, ACE	27

TRÊS PONTO DOIS, ACE	27
TD / OPCA - FUNGERE, ACE	28
TDGI - TECNOLOGIA DE GESTÃO DE IMÓVEIS, S.A.	28
V.1.2. MERCADO EXTERNO	28
V.1.2.1. ANGOLA	28
V.1.2.2. MOÇAMBIQUE	28
V.1.2.3. VENEZUELA	29
V.2. IMOBILIÁRIA, HOTELARIA E COMÉRCIO ALIMENTAR	29
V.2.1. MERCADO INTERNO	29
V.2.1.1. IMOBILIÁRIA	29
TDF - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.	29
V.2.1.2. HOTELARIA E COMÉRCIO ALIMENTAR	29
V.2.2. MERCADO EXTERNO	30
V.2.2.1. ANGOLA	30
V.2.2.2. MOÇAMBIQUE	30
V.2.2.3. VENEZUELA	30
V.3. COMERCIALIZAÇÃO DE VIATURAS E COMBUSTÍVEIS	30
V.3.1. MERCADO INTERNO	30
V.3.1.1. VIATURAS	30
V.3.1.2. COMBUSTÍVEIS	30
V.3.2. MERCADO EXTERNO	30
V.3.2.1. ANGOLA	30
V.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	30
CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.	30
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.	30
GRUPO SOARES DA COSTA, SGPS, S.A.	32
SCUTVIAS - AUTOESTRADAS DA BEIRA INTERIOR, S.A.	32
GSC - COMPAÑIA GENERAL DE SERVICIOS Y CONSTRUCCION, S.A.	32
INDÁQUA - INDÚSTRIA E GESTÃO DE ÁGUAS, S.A.	32
RECOLTE - RECOLHA, TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS, S.A.	32
CPE - COMPANHIA DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A.	32
EUROGTD - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	33
CPM - COMPANHIA DE PARQUES DE MACAU, S.A.	33
MTS - METRO, TRANSPORTES DO SUL, S.A.	33
SATU-OEIRAS - SISTEMA AUTOMÁTICO DE TRANSPORTES EM OEIRAS, E.M.	33
TDCIM - CONCESSÃO DA CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES, EXPLORAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE CIMENTOS, S.A.	33
VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO	34
VII. CONCLUSÕES/PERSPECTIVAS PARA 2004	34
VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	35
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	38
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	65

Grupo Teixeira Duarte

	1999	2000	2001	2002	2003	Crescimento 2003/2002 %
Trabalhadores	7.122	7.353	6.587	6.447	6.327	-1,9%
Vendas/Prestações de Serviços (milhões de Euros)	649	664	688	722	735	1,8%
Proveitos Operacionais (milhões de Euros)	649	673	742	795	820	3,2%
VAB (milhões de Euros)	146	152	198	213	232	9,1%
EBITDA (milhões de Euros)	52	57	88	97	111	14,0%
Imobilizações Incorpóreas Líquidas (milhões de Euros)	12	10	520	494	470	-4,8%
Imobilizações Corpóreas Líquidas (milhões de Euros)	140	110	222	287	360	25,3%
Inv. Fin. + Tít. Negociáveis - Provisões (milhões de Euros)	321	395	468	478	389	-18,6%

Observações: Os valores da coluna "Crescimento 2003/2002" foram calculados tendo por base os valores das demonstrações financeiras.

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

	1999	2000	2001	2002	2003	Crescimento 2003/2002 %
Trabalhadores	2.249	2.078	2.050	2.050	1.900	-7,3%
Vendas/Prestações de Serviços (milhões de Euros)	363	381	413	403	388	-3,8%
Proveitos Operacionais (milhões de Euros)	357	377	421	420	415	-1,2%
VAB (milhões de Euros)	83	88	104	108	107	-1,0%
EBITDA (milhões de Euros)	26	31	42	44	45	0,5%
Inv. Financeiros + Tít. Negociáveis (milhões de Euros)	212	239	360	280	262	-6,4%
Capital Próprio (milhões de Euros)	252	282	277	255	238	-6,7%
Resultados Líquidos (milhões de Euros)	21	28	21	21	11	-48,3%

Observações: Os valores da coluna "Crescimento 2003/2002" foram calculados tendo por base os valores das demonstrações financeiras.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. JOSÉ ANTÓNIO COBRA FERREIRA
Vice-Presidente	Dr. JOÃO FREDERICO LINO DE CASTRO
Secretários	Dr. MANUEL MARIA CALAINHO DE AZEVEDO TEIXEIRA DUARTE Dr. JOSÉ PEDRO COBRA FERREIRA

Conselho de Administração

Presidente	Eng.º PEDRO PEREIRA COUTINHO TEIXEIRA DUARTE
Administrador Delegado	(*) Dr. PEDRO MARIA CALAINHO TEIXEIRA DUARTE
Administradores	(*) Dr. MANUEL FERREIRA (*) Eng.º ANTÓNIO JOSÉ LOBO FERREIRA GONÇALVES (*) Eng.º JOSÉ ALVES PEREIRA

(*) Administradores Executivos na Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Fiscal Único

Efectivo	MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO - ROC
Suplente	JÚLIO ALVES, MÁRIO BATISTA & ASSOCIADOS Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. JÚLIO LOURENÇO ALVES - ROC

Secretário da Sociedade

Efectivo	Dr. MANUEL MARIA CALAINHO DE AZEVEDO TEIXEIRA DUARTE
Suplente	Dr. JOSÉ PEDRO COBRA FERREIRA

Assessores da Administração

Dr. José António Cobra Ferreira
 Eng.º António Manuel Pires Carreto
 Dr. António Manuel Costeira Faustino

Participações

Director Coordenador	Eng.º Fernando Vilela
Director Coordenador	Eng.º Matos Viegas
	Eng.º Viana de Lemos
	Eng.º Costa Simões
	Eng.º Leonel Mendonça
	Dr.ª Isabel Amador

Delegações

• Angola	Eng.º Valdemar Marques
• Moçambique	Eng.º Gomes Baptista
• Venezuela	Eng.º Moreira da Silva

Representante para as Relações com o Mercado
 Dr. José Pedro Cobra Ferreira

Centros de Exploração

• Geotecnia e Fundações	Eng.º Guedes Duarte Eng.º Ivo Rosa
• Construção Civil e Industrial	Eng.º Gomes Baptista Eng.º Baptista Gouveia Eng.º Magalhães Gonçalves Eng.º Paulo Araújo Eng.º Luis Mendonça
• Obras Públicas	Eng.º Figueiredo Catarino Eng.º Sampayo Ramos Eng.º Sousa Barros Eng.º José Palma Eng.º Joaquim Tavares Eng.º Oliveira Rocha Eng.º Moreira da Silva Eng.º Pedro Plácido
• Metalomecânica	Eng.º Paiva Nunes
• Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço	Eng.º Marques dos Santos

Direcções Centrais

• Planeamento e Estudos

Director de Serviços

Eng.º Gouveia Capelão
Eng.º Garcia Fernandes
Eng.º Vinício Pinto
Eng.º Luis Menezes

• Instalações Electro-Mecânicas

Eng.ª Helena Galhardas

• Estudos Especiais

Arq.º Rocha Lobo
Eng.º Macedo Gonçalves

• Estudos de Obras Públicas

Director de Serviços

Eng.º João Delgado

• Projectos

Director de Serviços

Eng.º Baldomiro Xavier

• Contratos e Logística

Dr.ª Maria António Ambrósio

• Segurança e Qualidade

Eng.º Viana de Lemos

• Recursos Humanos e Serviços Administrativos

Director de Serviços

Dr. Ginja Sebastião

• Informática

Dr. José Gaspar

• Finanças

Dr. Martins Rovisco

• Aprovisionamentos

Eng.º Leal da Silva

• Contabilidade

Director de Serviços

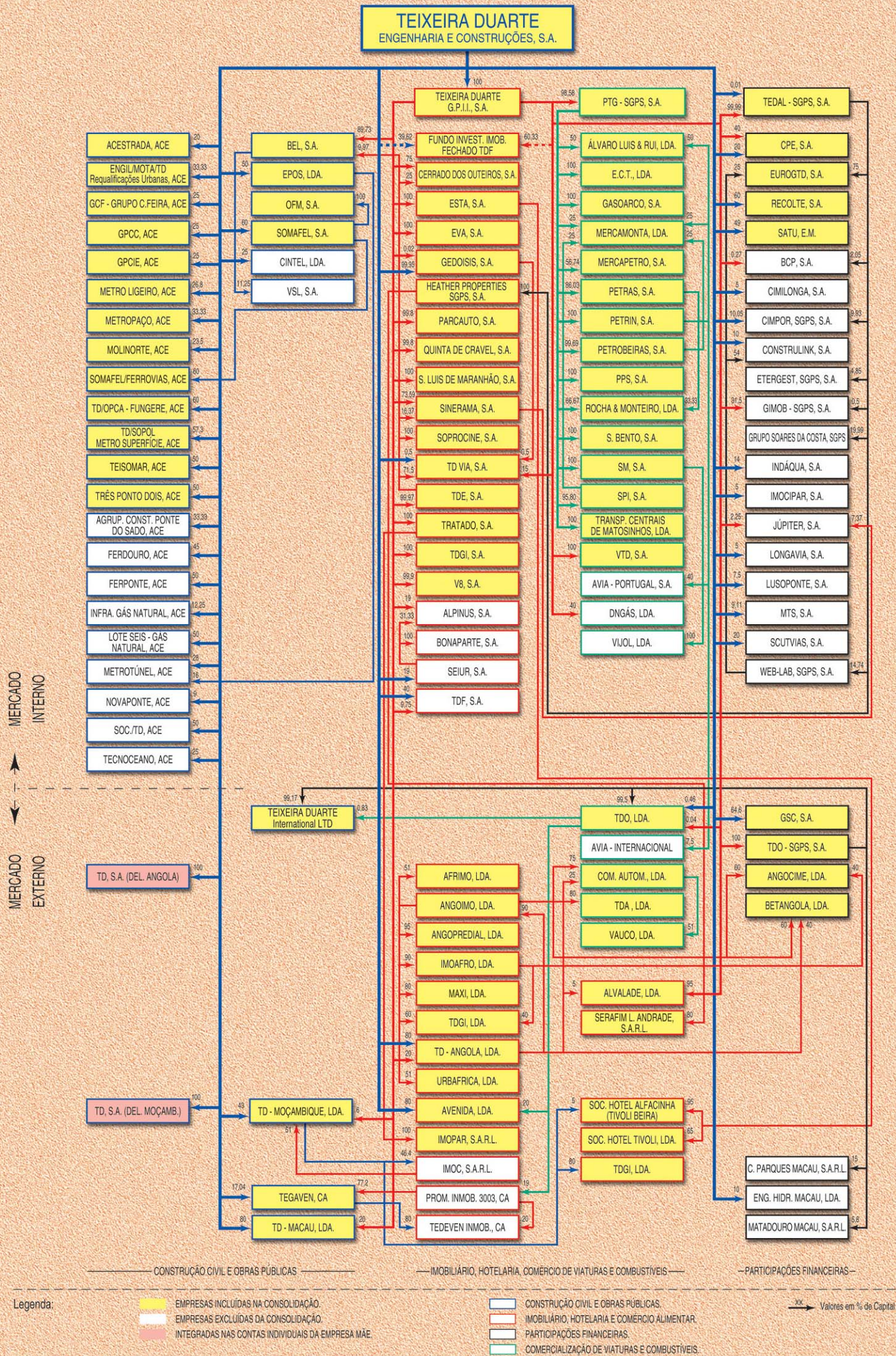
Dr. João Matias

• Equipamento

Director de Serviços

Eng.º Edgar Gomes

GRUPO TEIXEIRA DUARTE - 2003



**Relatório de Gestão
do Conselho de Administração**

The grid contains the following images (row by row, left to right):

- Row 1:
 - Interior view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of an industrial facility with large white storage tanks and buildings.
- Row 2:
 - Aerial view of a river or canal winding through a landscape.
 - Interior view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
- Row 3:
 - Aerial view of a river or canal winding through a landscape.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
- Row 4:
 - Aerial view of a river or canal winding through a landscape.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
- Row 5:
 - Aerial view of a river or canal winding through a landscape.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
- Row 6:
 - Aerial view of a river or canal winding through a landscape.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.
 - Aerial view of a modern building with a large, illuminated, geometric ceiling structure.

I. - INTRODUÇÃO

Cumprindo com as disposições legais e regulamentares que regem as sociedades abertas ao investimento do público, apresentamos o relatório de gestão da sociedade aberta “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” - adiante designada por TD - relativo ao exercício de 2003, que inclui, para além da sua actividade individual, a consolidação como entidade líder de um Grupo Empresarial que envolve, em diversos graus e ligações, um universo de 125 entidades, conforme o quadro da pág. 8 documenta.

No que respeita a estas entidades, cada uma delas tem os seus órgãos de gestão autónomos que facultam a respectiva informação, limitando-nos a anotar aqui algumas curtas referências. Em todo o caso, é importante referir que as demonstrações financeiras constantes do presente relatório são elaboradas com o devido desenvolvimento, tanto para a Empresa matriz em forma individual como no âmbito consolidado, abrangendo então as múltiplas demais unidades que engloba.

À semelhança do que temos vindo a fazer ao longo dos anos, a feitura dos nossos relatórios, particularmente o anual, é uma oportunidade, que não perdemos, para abordar as matérias mais salientes que influenciam a nossa actividade ou que, de algum modo, com ela estão relacionadas.

É também ocasião para salientar e consagrar os princípios e conceitos fundamentais que enformam a nossa filosofia de actuação. De resto, quem se desse ao trabalho de proceder a uma leitura retrospectiva dos nossos sucessivos relatórios ao longo dos anos, recolheria facilmente elementos que lhe permitiriam traçar um constante perfil ético, profissional e empresarial da Sociedade e do seu Grupo.

II. - ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Confirmaram-se e até foram excedidas, todas as projecções e estimativas que anunciavam um ano de 2003 com mau desempenho económico a nível nacional, particularmente no sector da construção.

Efectivamente, o produto interno bruto ter-se-á contraído cerca de 1%, o investimento privado baixou mais de 20% e perderam o seu trabalho mais de 72 mil pessoas, engrossando para cerca de meio milhão o número total de desempregados. A construção foi dos sectores em que a inactividade mais aumentou, tendo o mercado sentido uma quebra na produção de mais de 12% em relação ao ano anterior, que já por si tinha sido de retracção. Também o investimento público sofreu fortes reduções, que se reflectiram já neste exercício no nível de adjudicações de obras públicas e que terão ainda maior impacto nos anos subsequentes. O consumo de cimento, indicador básico do nível de actividade da construção civil e obras públicas, teve um decréscimo de 17% sobre 2002, valores que não se registavam há, pelo menos, duas décadas.

Toda esta envolvente económica é resultado da necessidade de se corrigir a trajectória que o País havia antes tomado, a qual, cabe também aqui citar, tínhamos denunciado, desde logo no nosso relatório do ano de 2000, quando afirmávamos: “é um facto que o País está a consumir bastante mais do que aquilo que produz, sendo o sector público um factor determinante desse desequilíbrio”.

Uma conjuntura deste tipo conduz, inevitavelmente, a distorções graves das boas regras do mercado, com a lei do “salve-se quem puder” a ter papel predominante. É o que se constata nos concursos públicos de empreitadas, onde sistematicamente aparecem várias dezenas de empresas, a maior parte delas com preços anormalmente baixos e sem qualquer sustentação racional, que chegam a atingir valores 50% abaixo do valor base de licitação. Como a grande maioria dos decisores não se querem envolver em problemas porque, lamentavelmente, o ambiente geral no País é de suspeição generalizada, preferem optar por, liminarmente, adjudicar as obras ao concorrente que apresentou o preço mais baixo, sem curar de saber da sua capacidade, das suas referências, ou da viabilidade das propostas. Depois, as obras derrapam nos custos, a qualidade revela-se muito baixa, os atrasos na conclusão são enormes, o interesse público acaba por não ser salvaguardado. Mas como a memória é curta e o dinheiro público parece que não custa a ganhar, tudo se ultrapassa e a lição que fica é a de, na próxima vez, ser mais cómodo voltar a fazer da mesma maneira.

De resto, como recentemente alguém, com muita sabedoria dizia e nos permitimos citar: o problema do País não é a produtividade dos que produzem, mas a grande eficácia dos que esbanjam.

Entretanto, a avaliar pelas notícias e factos de que, até ao presente, temos conhecimento, o panorama para 2004 não terá grandes alterações, estando prevista mais uma nova quebra no sector da construção, desta vez de 6%. Com efeito, os investimentos públicos vão continuar a sofrer cortes significativos e que na sua esmagadora maioria, ocorrerão precisamente neste sector. Como tal, devemos estar preparados para mais um ano muito complicado, de mais outra forte contenção, obrigando a redobrar esforços no sentido da racionalização dos custos, na expectativa de que, ultrapassada a crise, viremos a ser solicitados para pôr à prova toda a nossa capacidade de resposta e de realização.

III. - APRECIAÇÃO GLOBAL

Apesar de todas as dificuldades resultantes de uma conjuntura tão desfavorável, conseguimos atingir grande parte das nossas metas. Efectivamente, em termos de volume de produção, os proveitos operacionais alcançaram 415 milhões de Euros na casa matriz e 820 milhões de Euros a nível consolidado, que comparam com 400 e 730 milhões de Euros, respectivamente, que foram os objectivos que tínhamos definido para o ano de 2003.

No que se refere aos resultados líquidos, os mesmos fecharam em 11 milhões de Euros, como, aliás, já desde 9 de Janeiro de 2004 tínhamos prevenido, mediante a comunicação de facto relevante. Tal como na ocasião informámos, este valor resultou da obrigação de fazermos uma provisão, no montante aproximado de 25,8 milhões de Euros, para ajuste do valor da nossa participação financeira no “Banco Comercial Português, S.A.” ao correspondente valor de cotação à data de 31 de Dezembro de 2003, de 1,77 Euros por acção. Não fora esta contingência circunstancial, o objectivo de atingir 21 milhões de Euros de resultados líquidos em 2003 teria sido amplamente conseguido e até ultrapassado.

De resto, para além de entendermos sublinhar a prontidão com que nos apresentámos ao mercado dando conta de tal facto - deste modo permitindo que investidores e accionistas ficassem, o mais cedo possível, na posse de informação útil para as suas decisões quanto ao interesse nos títulos da nossa Sociedade - entendemos também referir que a questão das normas contabilísticas actualmente aplicáveis proporciona situações que podem gerar alguns equívocos e distorções. Com efeito, o critério que acatámos não é universal nem pacífico e entidades com problemas semelhantes optaram por actuações distintas. Será matéria que o mercado interpretará e avaliará, embora, pela nossa parte, continuaremos a privilegiar a segurança e o rigor, a defesa da “true and fair view” da Empresa, para tal não nos fazendo falta códigos de conduta escritos nem preceitos recomendatórios.

Aliás, cientes da complexidade inerente à adaptação às denominadas Normas Internacionais de Contabilidade, cuja aplicação obrigatória no seio da União Europeia terá início no dia 1 de Janeiro de 2005, foi já criada uma equipa própria para promover e acompanhar esse processo com o apoio de consultoria externa, tendo-se vindo a estudar as melhores e mais adequadas formas de implementação de procedimentos necessários para o rigoroso e atempado cumprimento dessa obrigação, estando já calendarizadas etapas que permitem dar formação aos profissionais do Grupo que lidam com esta área e produzir uma informação contabilística de acordo com as mencionadas normas a partir do exercício de 2005, obtendo, simultaneamente, elementos homólogos, comparáveis, relativos a 2004.

Por sectores de actividade, a construção atingiu proveitos de 440,4 milhões de Euros, representando 53,7% do total; a imobiliária, hotelaria e comércio alimentar contribuíram com 183,3 milhões de Euros, ou seja, uma quota de 22,3%, enquanto o comércio de automóveis e combustíveis tiveram uma parcela de 22,6%, equivalente a 185,3 milhões de Euros. Por áreas geográficas, o mercado externo foi responsável por 16,9% dos proveitos e o mercado interno por 83,1%.

O nível de endividamento foi dos parâmetros a que dedicámos atenção reforçada, com critérios muito exigentes em todas as decisões de investimento, a par de uma persistente e frutuosa acção de cobrança de créditos junto de clientes. Neste contexto, o seu valor global teve um acréscimo de cerca de 4,8%, equivalente a 52,9 milhões de Euros, dos quais 27,8 milhões de Euros advieram por aumento do perímetro de consolidação e 22,4 milhões de Euros pelo reforço no capital do BCP, pelo que a parcela restante de 2,7 milhões de Euros não tem expressão face à continuação de investimentos em diversos empreendimentos, como o Lagoas Park, o SATU-Oeiras, o Fórum Oeiras, entre outros.

No que ao perímetro de consolidação se refere, salientamos o facto, oportunamente tornado público, de termos adquirido uma

participação maioritária na empresa espanhola “GSC - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.”, com sede em Madrid e que tem como principais actividades os serviços de limpeza urbana, gestão de resíduos urbanos e industriais e limpeza de praias, estando presente nas Comunidades Autónomas de Madrid e da Andaluzia, prevendo-se a sua expansão para outras regiões. Esta aquisição, que se insere numa estratégia de abordagem integrada dos negócios no sector do ambiente, permite-nos um ganho de dimensão ibérica e contraria a atitude, quase generalizada, a que se tem assistido no nosso País, de venda de activos a entidades espanholas. Pela nossa parte, não só não nos vendemos como, quando oportuno, recomendável e acessível, compraremos activos no exterior.

Sempre enquadrada por uma filosofia de sobriedade, rigor, honestidade e ausência de sensacionalismo, prosseguimos com o nosso objectivo de melhoria da política da comunicação empresarial, tendo em tal sentido sido dados mais alguns importantes passos que, naturalmente, trataremos de aperfeiçoar e adequar à envolvente em que estamos inseridos.

O quadro seguinte regista a evolução de alguns dos principais indicadores do Grupo nos últimos cinco anos:

	1999	2000	2001	2002	2003
Trabalhadores	7.122	7.353	6.587	6.447	6.327
Vendas/Prest. de Serviços (milhões de Euros)	649	664	688	722	735
VAB (milhões de Euros)	146	152	198	213	232
EBITDA (milhões de Euros)	52	57	88	97	111
Inv. Financeiros+Tít. Negociáveis-Provisões (milhões de Euros)	321	395	468	478	389

Em 2003 a actividade dos 6.327 trabalhadores rendeu ao Estado uma receita global - uma vez mais e como sempre pontualmente satisfeita! - de 74,9 milhões de Euros, sendo 53 milhões de Euros de impostos e 21,9 milhões de Euros para a Segurança Social.

IV. - GOVERNO DA SOCIEDADE

IV.1. - INTRODUÇÃO

Cumprindo com as disposições normativas, designadamente o Regulamento nº 7/2001 da CMVM, na sua versão mais recente, publicada no Diário da República - II Série, de 02 de Dezembro de 2003, dedicamos o presente capítulo às matérias relacionadas com o Governo da Sociedade. Preenchemos todos os requisitos do modelo anexo ao referido Regulamento sendo que, sempre que oportuno e aplicável, faremos os nossos comentários e as nossas reflexões sobre as sãs práticas que seguimos.

IV.2. - ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SOCIEDADE E DO GRUPO

Compõem actualmente o Grupo Teixeira Duarte um total de 125 entidades, conforme o quadro da pág. 8 explicita, sendo que cada uma delas tem os seus próprios órgãos de gestão, ao abrigo das respectivas disposições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração de TD, mediante uma coordenação geral de políticas, lidera este universo. Actualmente este Conselho é composto por cinco elementos, os quais, com excepção do seu Presidente, exercem funções executivas.

Através de ligações directas dos membros executivos com os órgãos da hierarquia corporizados nos Centros de Exploração e nas Direcções Centrais, definidos nas págs. 6 e 7 deste relatório, onde se identificam também as assessorias da Administração, são feitas a supervisão e a orientação geral dos negócios da Empresa.

A TD assegura uma fiscalização e auditoria financeira, contando para tal com a colaboração estrita do seu Fiscal Único, “MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC” Auditor Externo registado na CMVM sob o n.º 2.235, que é responsável pela Certificação Legal de Contas da Sociedade e actua nos termos e com as atribuições definidas na lei. Para além disso, a TD solicita diversos trabalhos específicos, levados a cabo por outras entidades avalizadas para desempenhar essas funções, como sucede com “DELOITTE”, que presta serviços de auditoria e consultoria complementares às demonstrações financeiras anexas aos sucessivos Relatórios de Gestão.

No decurso do exercício agora findo, ao nível do Grupo TD, foram pagos, a título de honorários, à mencionada “MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC” a quantia global de 240.135 Euros respeitante a Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria.

Nos termos e com as atribuições previstas no artigo 11º dos Estatutos, existe uma Comissão de Remunerações, composta pelas seguintes pessoas:

1. - Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte
(Também Presidente do Conselho de Administração da Sociedade)
2. - Eng.º Manuel Pereira Coutinho Teixeira Duarte
3. - Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

IV.3. - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do contrato social, o Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros, tendo o actual conselho sido eleito em 9 de Maio de 2003 por um período de quatro anos, com um elenco de 5 elementos.

Não existe Comissão Executiva, nos exactos termos em que é definida pelos Estatutos da Empresa, designadamente o seu artigo 20º. Mas todos os seus elementos exercem funções de carácter executivo, com intervenção directa e diária na gestão corrente dos negócios e actividades da Empresa, com excepção do seu Presidente, Eng.º Pedro Teixeira Duarte, que se situa numa linha de coordenação, aconselhamento e supervisão.

Nos termos definidos pelo Regulamento nº 7/2001 da CMVM, na versão publicada em 2 de Dezembro de 2003, não são administradores independentes o Eng.º Pedro Teixeira Duarte, por força do artigo 1º, nº 2 a), e o Dr. Pedro Maria Teixeira Duarte, por força do artigo 1º, nº 2 e). Os restantes três administradores, pesem embora as sucessivas e perturbantes ameaças à sua independência que estiveram patentes em alguns projectos de regulamentos, conseguiram resistir incólumes, podendo continuar a proclamar-se, de facto e de direito, administradores independentes.

Os actuais membros da Administração de TD desempenham também os seguintes cargos em outras sociedades:

<hr/>	
Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Teixeira Duarte - SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
<hr/>	
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Administrador
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Administrador
PASIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Administrador
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.	Gerente
F+P Imobiliária, Lda.	Gerente
Hipus - Sociedade Hípica e Turística da Bela Vista, Lda.	Gerente
Banco Comercial Português, S.A.	Membro do Conselho Superior
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	Membro do Conselho Geral

Dr. Manuel Ferreira	
Eurogtd - Sistemas de Informação, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
PTG - SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Tratado - Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
VTD - Veículos Automóveis, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Administrador
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	Administrador
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis e Gás Natural, S.A.	Administrador
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.	Administrador
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.	Administrador
SM - Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.	Administrador
SPI - Sociedade de Petróleo Independentes, S.A.	Administrador
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Administrador
Tedal - SGPS, S.A.	Administrador
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador
Teixeira Duarte - SGPS, S.A.	Administrador
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Administrador
Topspin - Centro Desportivo de Ténis Internacional, S.A.	Administrador Único
Topspin - Investimentos Imobiliários, S.A.	Administrador Único
Topspin - SGPS, S.A.	Administrador Único
Afrimo - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Gerente
Angoímo - Empreendimentos e Construções, Lda.	Gerente
Comércio de Automóveis, Lda.	Gerente
Imoafro - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Gerente
Lisboa Ténis Clube, Lda.	Gerente
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Gerente
Eng.º António José Lobo Ferreira Gonçalves	
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Administrador

No exercício de 2003, as remunerações auferidas pelo colectivo dos titulares do Conselho de Administração foram de 821.050 Euros, conforme se indica na pág. 56 deste relatório, onde também se mencionam as remunerações fixas e as variáveis, bem como as que respeitam aos membros executivos e não executivos. As remunerações variáveis nada têm a ver com a evolução das cotações das acções da Sociedade, dependendo sim dos resultados do exercício. As remunerações respeitam à globalidade das funções exercidas pelos membros do Conselho quer na sociedade, quer em quaisquer outras entidades de todo o Grupo. As remunerações são definidas e analisadas anualmente, em simultâneo com as de todos os demais trabalhadores, mediante critérios e parâmetros que são, igualmente, aplicados ao universo de toda a Empresa.

O Conselho de Administração, com o apoio do Secretário da Sociedade, reúne-se em plenário pelo menos uma vez por mês, tendo no exercício realizado um total de 20 reuniões. Nelas participa regularmente o Fiscal Único, que desta forma se mantém informado sobre as questões de maior impacto para a Sociedade e para as empresas que integram o seu Grupo. Os membros com funções executivas têm contactos e encontros sectoriais frequentes, reúnem-se semanalmente, acompanhados dos assessores da Administração, comunicando de imediato com o seu Presidente no caso de surgirem assuntos urgentes. Sem prejuízo do exercício colegial de funções, cada um dos membros do Conselho é mais especificamente responsável por determinadas áreas funcionais ou por determinados negócios.

IV.4 - REGRAS SOCIETÁRIAS

Não existem formalmente consagrados códigos de conduta da sociedade ou outros regulamentos internos. Supostamente, a existência de tais documentos seria um factor determinante no cumprimento, pelos órgãos da sociedade, das boas regras de conduta e do respeito escrupuloso das suas obrigações éticas, profissionais e empresariais. A realidade tem demonstrado que não é bem assim.

A garantia para que essas regras sejam respeitadas tem de vir da cultura da Empresa, do seu sentimento mais profundo, interpretado pelos seus principais responsáveis e dirigentes. Não pode ser algo que se cumpra porque está escrito num código, mas sim que esteja gravado no mais íntimo da sua consciência individual e colectiva.

Conforme afirmámos no primeiro capítulo deste relatório, I. - Introdução, quem se desse ao trabalho de fazer uma leitura retrospectiva dos nossos sucessivos relatórios, poderia recolher elementos que lhe permitiriam traçar um perfil ético, profissional e empresarial da Sociedade e do seu Grupo.

Tal como referimos e adiante explicaremos no nº IV.11. - Declaração de Cumprimento, na sociedade não existem comissões de controlo interno.

Com efeito, os nossos procedimentos internos caracterizam-se por promover a autonomia dos seus quadros na direcção e acompanhamento dos assuntos, associada sempre com a correspondente responsabilidade, conforme, aliás, múltiplas vezes e com vários exemplos concretos tem sido por nós referido ao longo dos nossos Relatórios de Gestão.

Esta constante relação entre autonomia e responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos que consideramos extremamente satisfatórios.

Aliás, muito antes mesmo de se terem tornado indicações normativas, a implementação de procedimentos internos que, na sua globalidade, integrem um sistema de controlo de riscos, já constituíam pilares sólidos do funcionamento desta Casa.

Não existem quaisquer regras societárias que constituam medidas susceptíveis de interferir no êxito de eventuais ofertas públicas de aquisição, nomeadamente direitos especiais de algum accionista, limites ao exercício dos direitos de voto estabelecidos nos estatutos, restrições à transmissibilidade de acções, do mesmo modo que o Conselho de Administração desconhece que existam quaisquer acordos parassociais, sobre esta ou qualquer outra matéria.

IV.5. - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO - SÍTIO NA INTERNET

De uma forma completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, a sociedade dá público conhecimento, nos prazos e pelos meios de divulgação estabelecidos, não só de todos os factos legalmente definidos como passíveis de comunicação, nomeadamente os integráveis no conceito de “factos relevantes” definido no artigo 248.º do Código dos Valores Mobiliários, como também de toda a informação financeira nos termos que as regras vigentes determinam, quer individual, quer consolidada. Para além do adiante referido Gabinete de Apoio ao Investidor, todos os accionistas têm à sua disposição, nos termos e prazos legais, o relatório de gestão, as contas e os demais elementos de informação preparatória que lhes permitem participar, devidamente habilitados, nos trabalhos das Assembleias Gerais da Sociedade.

No cumprimento do estabelecido no Regulamento da CMVM nº 7/2001, com a redacção constante das alterações introduzidas e publicadas no Diário República - II Série, de 2 de Dezembro de 2003, iremos tornar acessível, até 2 de Abril de 2004, um sítio próprio na internet, com o domínio www.teixeiraduarte.pt, contendo a informação definida nesse Regulamento.

IV.6. - GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com vista a assegurar o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os accionistas, bem como para prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos

investidores, a sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Dr. Manuel Ferreira, Administrador com o pelouro financeiro, integrando também o Dr. José Pedro Cobra Ferreira, como actual representante para as relações com o mercado.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais directivas aplicáveis, é prestada por este Gabinete, podendo os acessos ao mesmo serem feitos através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Edifício dois, “Lagoas Park”
2740-265, Porto Salvo, Oeiras
Telef.: + 351 21 791 23 00
Fax.: + 351 21 794 11 32
e-mail: representantemercado@tduarte.pt

aos quais será acrescentado, a partir de Abril de 2004, o já aludido sítio próprio na internet.

IV.7. - EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

Actualmente, as acções representativas do capital social têm o valor nominal de 0,50 Euros e são todas escriturais.

Assim, ao abrigo das disposições legais e estatutárias, têm direito a voto os accionistas que, até quinze dias de calendário antes da data marcada para as reuniões de Assembleia Geral, disponham de, pelo menos, duas mil acções inscritas em contas de valores mobiliários escriturais através de intermediário financeiro, devendo tal facto ser certificado mediante carta dessa instituição que identifique as acções em causa e o seu possuidor e que seja recebida na Sociedade dentro do mesmo prazo acima indicado.

A cada grupo de duas mil acções, nas condições supra referidas, corresponde um voto.

No entanto, os accionistas que não possuírem o número mínimo de acções necessário para conferir voto, poderão agrupar-se por forma a completarem tal número, devendo então fazer-se representar por um só deles na Assembleia Geral.

No caso de contitularidade das acções, só um dos contitulares, com poderes de representação dos demais, poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral.

Os accionistas pessoas singulares, com direito a voto, apenas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia por outro accionista também com direito a voto ou pelas demais pessoas a quem a lei atribuir tal faculdade.

Os incapazes e os accionistas pessoas colectivas, com direito a voto, serão representados pelas pessoas a quem legalmente couber tal poder.

Todas as representações antes indicadas terão de ser comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por carta, com as assinaturas a que houver lugar reconhecidas notarialmente ou autenticadas pela Sociedade, entregue na sede social até cinco dias úteis antes da data designada para a respectiva reunião da Assembleia.

Não dispondo os Estatutos da Sociedade qualquer norma limitativa do exercício do direito de voto por correspondência, a Sociedade admite expressamente essa modalidade, sem qualquer restrição de temas e adoptando um modelo que respeita integralmente os dispositivos legais sobre esta matéria.

Como tal, os accionistas com direito a voto que pretendam exercê-lo por correspondência, além de cumprirem todas as condições e prazos acima referidos para demonstrar essa sua qualidade, deverão expressar o seu propósito por carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que seja recebida na sede social, até 48 horas antes da data agendada para a realização da respectiva Assembleia, na qual indicarão também a sua identificação, domicílio e número de acções de que são titulares, o qual será conferido com o entretanto certificado pela instituição financeira onde as mesmas estão inscritas, sendo este o prevalecente.

Tal carta deverá ainda conter a assinatura do accionista reconhecida notarialmente ou por meio legalmente considerado como equivalente, autenticada pela Sociedade ou acompanhada de fotocópia legível do seu Bilhete de Identidade ou de documento que o substitua e, juntamente com ela, os accionistas incluirão, em envelopes fechados, as declarações do seu voto quanto a cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos, de forma especificada e inequívoca, seguidas da sua assinatura exarada de modo idêntico ao que consta da carta de remessa.

Por se entender que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto são muito elevadas, nomeadamente no que se refere, por um lado aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto bem como para garantia da integridade e confidencialidade dos respectivos conteúdos e, por outro, ao elevado nível de segurança e fiabilidade operacional na recepção das mencionadas declarações, a Sociedade ainda não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Independentemente do meio escolhido para esse efeito, em todos os textos das respectivas convocatórias são sempre explicitados claramente os termos e as condições em que o direito de voto pode ser exercido, incluindo o voto por correspondência.

A Convocatória para a realização das Assembleias Gerais é sempre feita com uma antecedência que excede largamente os prazos mínimos legais. A referente à apreciação do exercício de 2003 foi convocada para 30 de Abril de 2004, mediante anúncio publicado na imprensa em 9 de Fevereiro e no Diário da República no dia 12 do mesmo mês.

De igual forma, é facultada atempadamente toda a documentação que permite habilitar e informar os accionistas no sentido de poderem, com conhecimento detalhado das matérias que constam da ordem dos trabalhos, exercerem em consciência o seu direito de voto.

IV.8. - POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A política da Sociedade, desde sempre adoptada, é a de considerar prioritário o reforço dos capitais próprios, assegurando simultaneamente uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos e um complemento de remuneração aos trabalhadores.

Por forma a obter um sã equilíbrio entre estes objectivos, a Sociedade ponderará sempre os impactos que os eventuais ajustes contabilísticos dos valores das participações financeiras de que é titular venham a ter nos resultados dos exercícios, não os assumindo necessariamente como determinantes no apuramento dos montantes afectos à mencionada distribuição de dividendos e ao complemento de remuneração dos trabalhadores, sobretudo porque esses possíveis ajustes são, em regra, consequência da mera aleatoriedade e volatilidade dos mercados bolsistas.

Nos três últimos exercícios o valor ilíquido do dividendo por acção distribuído foi o seguinte:

2000: 0,009976 Euros

2001: 0,010000 Euros

2002: 0,010500 Euros

IV.9. - PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES

Não existe na TD nenhum plano deste tipo. Em anos anteriores, dependendo das circunstâncias e da conjuntura económica, houve accionistas de referência que disponibilizaram um determinado número de acções para serem cedidas aos quadros da Empresa em prazos e a preços bem definidos. Porém, no ano em apreço, não ocorreu nenhuma operação deste tipo.

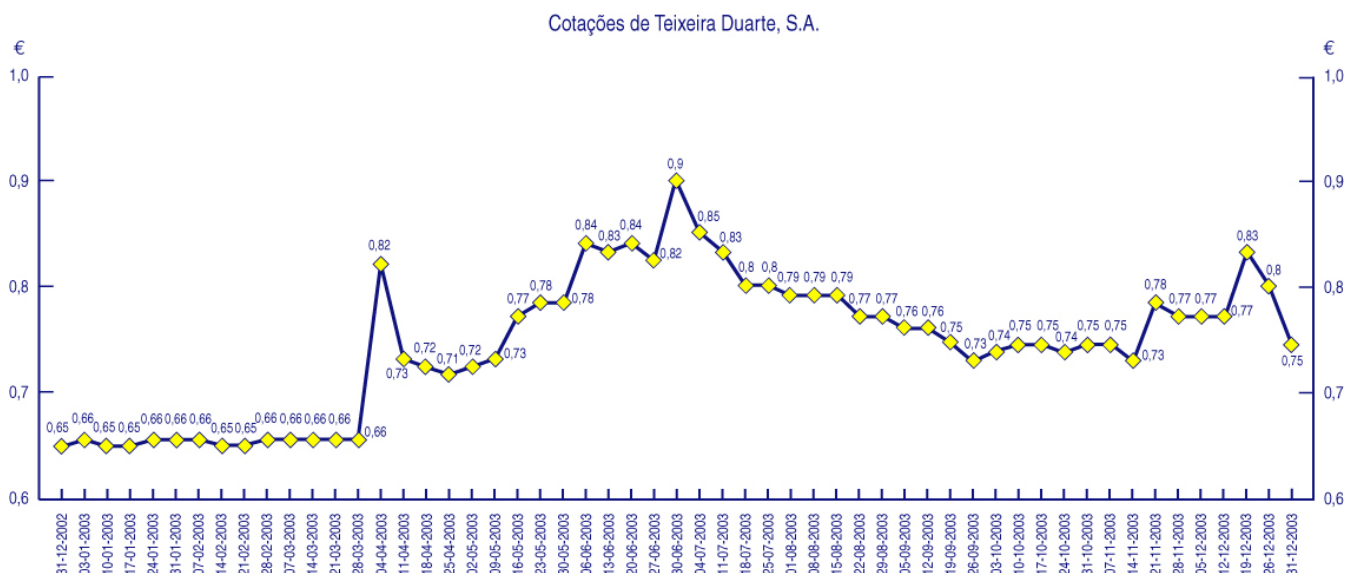
IV.10. - COMPORTAMENTO BOLSISTA DAS ACÇÕES

O gráfico seguinte traduz a evolução das cotações ao longo do ano de 2003. A primeira cotação foi de 0,65 Euros, tendo fechado o ano em 0,75 Euros, ou seja com uma valorização de 15,38%. O PSI 20, no qual reentrámos em 4 de Abril, teve uma evolução

positiva de 15,8%, tendo o nosso peso neste índice sido aumentado em 30 de Junho. Entretanto, a partir de 31 de Dezembro de 2003 deixámos de integrar tal índice.

Os resultados do exercício de 2002 foram anunciados em 31 de Março de 2003, tendo os dividendos sido pagos a partir de 5 de Junho de 2003, com o valor líquido de 0,010500 Euros por acção.

Quanto à liquidez, o montante total de acções transaccionadas em bolsa foi de 128.786.179 Euros.



IV.11. - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Em conclusão sobre o Governo da Sociedade e para os efeitos das disposições regulamentares aplicáveis, cumpre-nos informar que a TD adopta integralmente todas as recomendações emanadas da CMVM, com excepção das que em seguida se referem, pelos motivos que explicitamos:

Recomendação nº 2: “Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; d) a não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.”.

Embora seja nossa plena convicção que, na prática, não existe qualquer restrição ao exercício do direito de voto, quer directamente, quer por representação, a verdade é que as regras definidas sobre esta matéria nos Estatutos da Sociedade não respeitam integralmente duas das alíneas consideradas pela CMVM como exemplos de restrição.

Com efeito, não só a elevada percentagem de capital social que sempre se tem feito representar nas Assembleias Gerais, mas sobretudo a necessidade de compatibilização destas recomendações com as regras de segurança e de garantia operacional inerentes ao processo de voto dos accionistas, levaram a que nunca se tivesse justificado proceder a qualquer alteração estatutária no sentido de diminuir o prazo do depósito ou bloqueio das acções de 15 dias de calendário para 5 dias úteis.

A TD cumpre totalmente os dispositivos legais aplicáveis ao regime dos votos por correspondência e assimilou o núcleo das orientações que estiveram na base das recomendações elaboradas pela CMVM especificamente sobre esta matéria, entendendo, no entanto, dispensável e até mesmo eventualmente contraproducente, colocar à disposição dos accionistas “boletins de voto” por correspondência, que aliás nunca foram solicitados como, até aqui, nunca tal direito foi exercido.

De resto, aquando da elaboração das convocatórias para todas as Assembleias Gerais, são devida e atempadamente explicados todos os termos e condições que pautam esse processo.

Recomendação nº 7: “O Órgão de Administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.”

Do nosso ponto de vista, uma regra elementar que devemos ter sempre presente consiste em verificar se os custos do controlo são inferiores aos custos do que se quer controlar. Ora, pela avaliação que fazemos da nossa Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos seus quadros e gestores e dos princípios e conceitos fundamentais que aplicamos, concluímos que os custos de criar comissões de controlo seriam largamente superiores aos custos do que se iria controlar. Efectivamente, criar comissões é algo que só por si não tem eficácia; os erros enredam-se, acumulam-se e ampliam-se. O melhor que há para combater os erros é sentir na pele as suas verdadeiras consequências, assumindo-os frontal e honestamente e corrigindo-os para que não se repitam. É o que fazemos na nossa organização, desde sempre e a todos os níveis, do Conselho de Administração até à mais pequena célula operacional. Temo-nos dado bem com esta filosofia e prática e é com ela que pretendemos continuar.

Recomendação nº 8: “A remuneração dos membros do Órgão de Administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da Sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais”.

A única parte da recomendação que não adoptámos é a final (que sublinhamos) e que se refere à divulgação das remunerações em termos individuais, tendo antes optado por seguir os termos do ponto 5 do capítulo IV. da alínea B) “Informação a Prestar” constantes do “Esquema de Relatório Sobre Governo da Sociedade” anexo ao Regulamento n.º 7/2001 da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

De resto, a previsão de uma possível divulgação dos valores em causa em termos colectivos e não necessariamente individualizados, vai ao encontro do nosso entendimento sobre o teor desta recomendação e é, aliás, o que recolhe a maioria das opiniões dos diferentes sectores do País.

Com efeito, ponderámos aquilo que nos pareceram ser os fundamentos que estiveram na origem desta recomendação, bem como dos demais documentos nacionais e comunitários que a antecederam, aferindo que, conforme de resto resulta do seu próprio teor, se pretende, essencialmente, que as remunerações dos administradores sejam “(...) estruturadas por forma a permitirem o alinhamento dos seus interesses com os da sociedade”.

A este propósito, recordamos que os administradores de TD são “gente da casa” há dezenas de anos, tendo as suas remunerações inseridas num plano geral que abrange todos os colaboradores. Não são gestores de ofício, que tenham cá chegado por interesses circunstanciais ou por lutas de bastidores dos accionistas.

Assim, as suas remunerações são definidas e analisadas anualmente, em simultâneo com as de todos os demais trabalhadores, mediante critérios e parâmetros que são, igualmente, aplicados ao universo de toda a Empresa, tal como as suas remunerações variáveis também dependem dos resultados do exercício.

Na verdade e ao invés do que se lê no texto desta recomendação, não cremos que a revelação da repartição interna das remunerações permita “(...) verificar os incentivos existentes para premiar o empenhamento dos membros do órgão de administração na prossecução dos objectivos comuns.”

Efectivamente, discriminar nominal e individualmente as remunerações dos administradores não nos parece que tenha qualquer relevância nem que acrescente nada de importante que o accionista ou investidor necessite para ajuizar das suas decisões. Tem um cunho marcadamente demagógico e especulativo, incitando aos “fait-divers”, actividades a que a nossa sociedade é visceralmente adversa.

Face a todo o exposto e ponderados os múltiplos aspectos mencionados, concluímos que não só não seria vantajoso para a

Sociedade, como se poderia mesmo revelar divisionista e contraproducente aos fins propostos, a adopção da parte final desta recomendação.

Recomendação nº 9: “Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do Órgão de Administração.”

Embora apenas um dos membros da Comissão de Remunerações não tenha o estatuto de independente nos termos em que este está legalmente definido, a verdade é que sendo a Sociedade desde sempre controlada pela família Teixeira Duarte, é natural que esta tenha representantes tanto na Comissão de Remunerações como no Conselho de Administração. Tradicionalmente e durante décadas, tem sido esta a prática seguida e não se vê motivos para a alterar, na medida em que até agora tem funcionado bem e em consonância com as actuais regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, conforme atrás esclarecemos. Reiteramos que se trata de uma Sociedade com a sua peculiar forma de actuação, o seu distinto cunho empresarial, que ao longo de muitos anos formou uma muito própria forma de estar, uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, tem sido reconhecida como honesta e competente e, por conseguinte, como tal irá continuar.

V. - ANÁLISE SECTORIAL

V.1. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS

V.1.1. - MERCADO INTERNO

A) Actividade Geral

A construção, um dos barómetros mais sensíveis do clima económico, reflectiu de imediato a recessão em que o país mergulhou. Não deixámos de sentir os seus efeitos, apesar de, em virtude da nossa condição de empresa simultaneamente generalista mas ao mesmo tempo com especialização em áreas fulcrais da engenharia e da construção, termos outro tipo de defesas que nos permite ultrapassar, com menos danos, estas situações mais adversas.

Foi efectivamente o que aconteceu, podendo, no balanço geral, afirmar-se que se cumpriram os grandes objectivos que tinham sido traçados e que as medidas implementadas para enfrentar as dificuldades resultaram bastante eficazes.

No âmbito do sistema de Gestão da Qualidade, foi realizada uma auditoria de continuidade, que permitiu rever e melhorar os nossos níveis de cumprimento da norma internacional ao abrigo da qual estamos certificados.

No capítulo da segurança no trabalho, procedemos a um grande reforço de todos os meios possíveis para combater a sinistralidade, tendo, entre outras medidas, ampliado a estrutura de recursos humanos dedicados a esta área, desenvolvido constantes acções de formação e adquirido meios e equipamentos de protecção individual e colectiva. O aspecto onde é fundamental insistir, é o da disciplina e rigor no cumprimento, a todos os níveis hierárquicos, das regras de segurança. De nada vale gastarem-se energias, recursos humanos e materiais e muitas horas de formação, se depois as pessoas não são rigorosas e exigentes, com os outros e consigo próprias, antes pelo contrário adoptam atitudes displicentes e despreocupadas, que conduzem a lamentáveis acidentes.

Entretanto, no ano em apreço, entrou em vigor o novo Código de Trabalho, diploma que, como era expectável, desencadeou desde logo algumas polémicas. Uma delas é a que se prende com o aumento dos dias de férias para premiar a assiduidade. Poder-se-á questionar como é que o País, que tanto precisa de incutir hábitos de trabalho e de respeito por obrigações e compromissos, recompensa quem se “limita” a cumprir o seu dever de trabalhar com ... o direito de não trabalhar. Outra questão é a que resulta da interpretação sobre o subsídio de férias, associado ou não aos novos dias que são concedidos, matéria sobre a qual se está longe de atingir unanimidade de opiniões.

De resto, a frequência com que os textos dos diferentes diplomas legais, nesta área como em muitas outras, suscitam interpretações tão distintas e até antagónicas, é um exemplo paradigmático de como a própria legislação cria uma insegurança na tomada de

decisões sobre as mais variadas áreas de intervenção, conduzindo mesmo, por vezes, a sucessivos diferendos que obrigam a morosos processos burocráticos e judiciais, todos eles com elevados encargos e no âmbito dos quais se é compelido a recorrer a múltiplos pareceres jurídicos que não são, em si mesmos, definitivos e que constituem meros instrumentos processuais novamente discutíveis, até se conseguir uma resolução final mas que, entretanto, já está ultrapassada por novo processo legislativo ...

Ainda relacionado com legislação, anotamos, pela positiva, a saída do novo Decreto-Lei que regula a revisão do preço das empreitadas de obras públicas, adequando melhor à realidade os parâmetros que permitem desencadear tais procedimentos. Era um tema recorrente, de há longos anos objecto de reclamação e que, pela nossa parte, mereceu em diversas oportunidades referências nos relatórios anuais. Em todo o caso e mais uma vez, foram desde logo detectadas insuficiências básicas na definição de fórmulas polinómicas para alguns ramos da construção o que, e de novo, irá suscitar conflitos e a necessidade de se recorrer a pareceres e a decisões judiciais.

Enquadrado na nossa política de agregar esforços e competências nacionais para permitir concorrer aos concursos que estão anunciados para os grandes projectos de obras públicas, designadamente o TGV, e desse modo enfrentar a concorrência estrangeira alinhámos com outras empresas portuguesas no propósito de vir a criar alguma forma de associação para esses fins. Porém e quando tendíamos para a determinação de outros aspectos que viriam a definir os termos mais exactos dessa alvitada parceria, goraram-se quaisquer expectativas de a mesma poder assegurar os propósitos que inicialmente estiveram na base da sua constituição.

No âmbito dos futuros concursos que o Governo anunciou para as parcerias em saúde na construção e gestão de hospitais, assinámos um acordo de associação com a HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, S.A., empresa do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Também com o objectivo de alargar o nosso campo de acção e explorar novas zonas geográficas, encetámos um processo de sondagem e exploração do mercado argelino, em conjunto com algumas das nossas participadas. Estamos ainda numa fase muito preliminar e na expectativa de avaliarmos os passos que entretanto foram dados.

Na área de Orçamentos, Estudos e Projectos a Empresa desenvolveu a sua actividade em ambiente de recessão, provocada pela quebra continuada desde há dois anos no valor dos concursos públicos e privados lançados, com a consequente baixa no valor das adjudicações.

O forte desequilíbrio entre a oferta e a procura em 2003, sem expectativas de melhoria para 2004, conduziu a elevada concorrência com baixa generalizada do nível de preços, o que, conforme referimos, levou, em alguns casos, à prática de preços anormalmente baixos que continuaram a ser considerados por alguns donos de obra como critério fundamental de adjudicação.

Estas condições de mercado obrigaram a TD a redobrar os cuidados na selecção dos concursos e na fixação de preços apresentados, preferindo, como é norma nesta Casa, qualidade e margens à quantidade, mesmo que isso conduza a alguma redução do volume de negócios.

Estivemos presentes nos principais concursos públicos e privados lançados no ano em análise, totalizando 929 propostas no valor global de 2.558 milhões de Euros, das quais 59 foram em associação, atingindo estas o valor de 681 milhões de Euros.

Qualquer destes valores é superior aos correspondentes do ano transacto, demonstrativo do esforço feito pelos diversos sectores da Empresa.

Deste esforço resultaram muitas adjudicações, das quais salientamos:

- Túnel Rodoviário Faial - Santana - Governo Regional da Madeira;
- Conjunto de Hotel e Escritórios em Lisboa - (Privado);
- Estação Ferroviária do Pinhal Novo - Refer;
- Novas Instalações da Polícia Judiciária em Oeiras - Ministério da Justiça.

O volume de adjudicações atingiu o valor de 390 milhões de Euros contribuindo para a abertura de 203 estaleiros. De salientar que este valor foi superior em 44% ao verificado em 2002, o que consideramos não só excelente face ao difícil ano em análise, mas também um bom contributo para atenuar as dificuldades esperadas para 2004.

A carteira de encomendas atingirá o montante de 942 milhões de Euros, o que permitirá uma satisfatória ocupação de meios humanos e do equipamento para 2004.

Durante o exercício, investimos em equipamentos de construção um montante de 3 milhões de Euros, valor que se insere no plano de rigor e contenção que as circunstâncias impuseram.

A taxa global de ocupação do parque de máquinas foi de 54,7%, quando no ano anterior tinha sido de 66%, o que conduziu a uma redução dos efectivos de operadores e manobradores.

O Laboratório de Betões centrou a sua actividade no estudo de argamassas de revestimento e reparação de edifícios antigos, bem como nos estudos e ensaios de betões brancos e autocompactáveis e nos de materiais de baixa resistência.

Em acções de formação interna e externa foram dispendidas mais de 31.400 horas, tendo prosseguido os incentivos de combate ao absentismo, que se cifrou em 2,89%, contra os 5,5% da média conhecida no sector.

A baixa da produção conduziu também a um aumento das horas de pessoal na inactividade, que atingiu um valor de 3,6% em relação ao total de horas trabalhadas.

Reforçámos os critérios de exigência para o acesso de pessoal ao quadro permanente, tendo, por outro lado, criado condições para a passagem à situação de reforma antecipada de diversos trabalhadores que mostraram interesse nesse sentido.

Em 31 de Dezembro, o número de trabalhadores da Empresa era o seguinte, comparado com o do ano anterior:

	Em 31/12/2003	Em 31/12/2002	2003/2002
Quadros Superiores	313	315	99%
Enquadramento	336	349	96%
Pessoal Especializado	1.062	1.132	94%
Outros	118	185	64%
TOTAL:	1.829	1.981	92%

De entre os quadros superiores, 238, ou seja 76%, são Engenheiros.

B) Exploração

Os proveitos operacionais de TD cifraram-se em 415 milhões de Euros, o que comparado com os 400 milhões de Euros que definimos como objectivo é francamente positivo, particularmente num ano com tantas dificuldades. Houve Centros de Exploração que tiveram diminuição de proveitos em relação ao ano anterior, mas que foram compensados por outros que viram as suas receitas crescer, o que uma vez mais vem evidenciar a nossa polivalência e flexibilidade para adaptação a situações adversas.

GEOTECNIA E FUNDAÇÕES

Face à retracção do mercado e consequente degradação dos preços, adoptou-se uma estratégia de prudência na angariação de contratos, que conduziu a uma diminuição sensível nos valores da produção.

Das obras realizadas salientamos a execução de 9.250 m² de parede moldada e de 12.700 ml de estacas com diâmetros 800, 1.000 e 1.200 mm, para a Aplicação Urbana VI em Coimbra e 8.700 ml de microestacas em diversas obras de arte, 3.500 m² de parede

moldada e 10.800 ml de estacas nos diâmetros 600 e 800 mm para o Consórcio que realiza para a Refer a empreitada do lanço 3.2 - Quintans/Ovar - Linha do Norte. De realçar ainda no início do segundo semestre, 5.000 m² de parede moldada na construção de um parque de estacionamento, em Santos, para a Bragaparkes, bem como as estacas de fundação dos viadutos da SCUT Norte Litoral para a Ferrovia, e, as estacas de fundação de quatro obras de arte da A13, com uma previsão de cerca de 12.500 ml nos diâmetros 800, 1.000, 1.200, 1.500 e 1.600 mm para a MSF.

CONSTRUÇÃO CIVIL E INDUSTRIAL

Tal como aconteceu ao longo do ano anterior, também o 1º semestre de 2003 assistiu a uma redução contínua da actividade, somente se alterando o panorama a partir do 3º trimestre, o que permitiu atingir já o final do ano com bons ritmos de produção e rentabilidade.

Na recuperação/remodelação de edifícios, iniciámos a reabilitação dos cineteatros do Cartaxo e de Santarém, executámos a remodelação e a cobertura do mercado diário de Espinho e continuámos os trabalhos no Mosteiro de Santa Clara, em Coimbra, para o IPPAR.

Para Bancos, Serviços e Comércio, além de diversas agências bancárias, executámos a 1ª fase do edifício multiserviços para a Câmara Municipal de Torres Vedras, concluímos o edifício 11 e a creche para o BCP, no TagusPark, bem como o edifício de escritórios na Quinta do Ferro, em Lisboa.

Procedemos à remodelação do edifício Arnado, em Coimbra, construído pela nossa empresa há cerca de 20 anos, enquanto, também nesta cidade, construímos com notável êxito a Loja do Cidadão para o IGLC. Em Lisboa iniciámos a remodelação de um edifício de grandes dimensões para as futuras instalações da RTP e RDP.

Em ACE avançámos com a 3ª fase de um importante empreendimento de escritórios e Hotel na Expo, para a Fungere.

No Ensino e Ciências construímos, na modalidade de concepção/construção, o módulo de enfermagem para a UATLA.

Na Construção Industrial, procedemos a vários reforços de estrutura da Siderurgia da Maia e iniciámos a construção da unidade de fragmentação de veículos em fim de vida para a Ecometais.

No Desporto, Cultura e Recreio, concluímos o Complexo de piscinas de Coruche, e as salas de cinema no Fórum Montijo e no Odivelas Parque, executámos o Centro Cultural do Sardoal e começámos o Teatro a poente da cerca de S. Bernardo, para a Câmara Municipal de Coimbra.

No Funchal prosseguimos a construção do complexo de natação desportiva, iniciámos o Centro Cívico de Porto da Cruz, executámos a piscina anexa à Escola Secundária de S. Vicente e, ainda na Região Autónoma da Madeira, começámos também as piscinas anexas à Escola Secundária de Machico e da Ponta do Sol.

Na área da Saúde, realizámos a estrutura de um edifício para a Unidade de Residências Assistidas, da Selecta, na Expo. Executámos também um Lar de Terceira Idade para a Santa Casa da Misericórdia da Covilhã e efectuámos ainda a ampliação da Maternidade no Hospital de Abrantes, bem como do Serviço de Cuidados Intensivos no Hospital de Santo António, no Porto. Na Madeira, demos início também à construção do Centro de Saúde da Ribeira Brava.

Finalmente, para empresas do nosso Grupo, iniciámos os aterros e infraestruturas dos armazéns do empreendimento Lezíria Park, em Santa Iria da Azóia; demos continuidade à construção do conjunto habitacional Fórum Oeiras e começámos um edifício de habitação e comércio em Queijas. Em Vila Nova de Gaia, arrancaram também os trabalhos de construção dos edifícios do magnífico conjunto habitacional Quinta de Cravel. No Lagoas Park, prosseguimos com a execução de novos edifícios de escritórios, bem como de comércio e serviços de apoio, além de termos realizado diversas obras de adaptação para as instalações de alguns clientes.

OBRAS PÚBLICAS

Tirando partido de algumas obras inseridas em projectos plurianuais, que atingiram no período uma fase de elevada produção, este centro alcançou facturações que superaram as do ano anterior, mantendo o ritmo de crescimento que vinha sustentando.

Não tiveram alteração as questões relacionadas com os atrasos nos pagamentos das empreitadas, se bem que, cabe reconhecê-lo, tenhamos cobrado uma parte considerável dos juros de mora que, regular e legalmente, debitámos aos nossos clientes sempre que os atrasos se tornaram excessivos.

Quanto à legislação sobre revisão de preços e tal como já foi referido em capítulo anterior, é de saudar a criação de um novo diploma legal, que entra em vigor para as obras concursadas a partir de 01 de Fevereiro de 2004, o qual introduz parâmetros mais ajustados à realidade do mercado.

Passando em revista os trabalhos realizados, destacamos para a Refer a continuação da empreitada de beneficiação do Troço Quintans/Ovar, na Linha do Norte, que tem decorrido em bom andamento, embora bastante condicionada por determinadas indefinições de projecto e afectada por morosos procedimentos de natureza administrativa, que originam pesados encargos ao consórcio construtor que lideramos. Ainda para a Refer, arrancou a empreitada de construção da Estação e Interface do Pinhal Novo, obra de grande vulto e complexidade, onde estão presentes as múltiplas valências da nossa Empresa, com prazos muito exigentes que têm vindo a ser respeitados. Para a Brisa concluímos, até com algum avanço sobre o prazo contratual, o Viaduto do Loureiro na A10, onde se alcançaram também notáveis níveis técnicos e de segurança.

Igualmente antecipando o prazo de conclusão estabelecido e permitindo assim uma mais rápida entrada em exploração, foram concluídos os trabalhos integrados na construção da Auto-estrada da Beira Interior.

Na Região Autónoma da Madeira, prosseguiram os trabalhos do Túnel Rodoviário da Variante da Ponta do Sol, aos quais se adicionaram as respectivas Galerias de emergência. Em Porto Santo, continuou a construção da central dessalinizadora e iniciaram-se os trabalhos de construção da ETAR e de manutenção da rede de drenagem. O Túnel integrado na Variante Faial/Santana teve o seu início com bom desenvolvimento, mas viu-se a partir de certa altura afectado por questões de natureza geotécnica, que obrigaram a uma revisão do traçado.

Noutras áreas, foram concluídas as obras da tomada de água e estação elevatória do Conchoso, para o IDHRA, bem como a clínica médica para a Medilagos, que de imediato entrou em funcionamento.

O parque de armazenamento e moagem de clínquer em Sines, para a TDCIM, ficou praticamente concluído, estando em curso trabalhos de arranjos exteriores.

Tiveram continuidade as obras de adaptação do Ex-Sanatório de S. Brás de Alportel a um Centro de Medicina Física e de Reabilitação e prosseguiram as da 2ª fase do bloco operatório cirúrgico do Hospital Curry Cabral.

Com início das obras durante Janeiro de 2004, foi-nos adjudicada a empreitada de concepção e construção da remodelação do serviço de urgência dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Para a EPAL e em Consórcio, realizámos os trabalhos de Recuperação do Adutor de Vila Franca de Xira/Telheiras e, para a Brisa, o reperfilamento do talude junto à portagem de Sacavém, também no âmbito deste adutor.

Uma obra de grande exigência em todos os capítulos - segurança, técnica, prazos - é a que teve início no Porto, para a Empresa Municipal de Gestão de Obras Públicas, inserida nas acessibilidades ao Estádio do Bessa. Trata-se de um Viaduto sobre a VCI e respectivos acessos, que comporta uma esbelta e complexa estrutura metálica, a qual vem permitindo à Empresa fazer gala das suas múltiplas competências em distintas áreas da engenharia e da construção, como de resto é seu timbre e lema.

Para as Águas do Centro iniciámos a Construção da ETAR e estações elevatórias de Escalos/Lousa e, já no final do ano, estavam

em preparação de arranque, para as Águas do Zêzere e Côa, três empreitadas de captação e tratamento de águas no Caldeirão, Capinha e Ranhados.

Para empresas do nosso Grupo, desenvolvemos obras de infraestruturas e saneamento básico no Fórum Oeiras e terminaram as de Gaia Nova e da Quinta de Cravel, em Vila Nova de Gaia.

Arrancaram os trabalhos do Metro Sul do Tejo e prosseguiram os do Metropoço e SATU-Oeiras, aos quais faremos referência mais alongada no capítulo Participações e Associações.

Com o desinvestimento em obras públicas ocorrido em 2003 e de novo anunciado para 2004, é muito provável que a produção do próximo ano, pelo menos, venha a ser sensivelmente afectada, sendo por conseguinte previsível para este centro uma quebra nos proveitos durante o exercício agora em curso.

METALOMECÂNICA

Durante o período realizámos diversas obras para os Centros de Exploração da Empresa e para as nossas associadas, bem como para alguns dos nossos clientes externos.

Dos primeiros, referimos as estruturas metálicas para a TDCIM em Sines, Expoland, Estações do SATU-Oeiras, Estação de Caminho de Ferro do Pinhal Novo, Cineteatro do Cartaxo e ainda para o Viaduto sobre a VCI no Porto, bem como, para a nossa participada OFM, a execução de diversas estruturas metálicas para o cais de Santa Maria nos Açores.

Relativamente a clientes externos, para a Refer efectuámos a reparação dos roletes das vigas telescópicas da Ponte 25 de Abril, estando em curso a reparação das juntas, construímos a ponte pedonal sobre a Linha do Norte próximo de Aveiro e concluímos a reparação da Ponte de Portimão. Para o IEP, terminámos a reparação da ponte sobre o Rio Corgo em Vila Real, efectuámos a desmontagem das estruturas da Ponte de Alfarelos, 1ª fase, estando em curso os trabalhos de reparação do pilar 7 da Ponte de S. João de Soure.

CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO (COC)

A actividade do centro saldou-se por uma produção ao nível da conseguida no ano anterior, possibilitando a quase plena ocupação dos recursos. Tivemos intervenção no SATU-Oeiras, nos Moinhos de Clinquer em Sines, no Edifício Roma Park, num Edifício em Queijas, na Estação e Interface do Pinhal Novo, no Metro Transportes do Sul e no Viaduto sobre a VCI no Porto. Na Região Autónoma da Madeira estivemos na construção das diversas piscinas em curso, no Centro Cívico do Porto da Cruz, no Centro de Saúde da Ribeira Brava, no Edifício Santa Maria no Funchal, além da ETAR da Ponta, em Porto Santo. Para a OFM realizámos trabalhos na obra da Estação de Campanhã no Porto.

No pré-esforço, concluímos a nossa intervenção no Viaduto do Loureiro, realizámos a laje do piso zero dum Edifício em Queijas e o reforço de um Viaduto na Auto-estrada da Beira Interior.

Tivemos andaimes de fachadas em mais de 20 obras, destacando a Expoland, a Ponte de Alfarelos, o Edifício na Rua da Madalena e os trabalhos em Pinhal Novo.

Para 2004 perspectiva-se que possamos alcançar níveis de produção próximos dos do ano em análise, sendo fundamental insistir no rigoroso cumprimento das normas de segurança.

PARTICIPAÇÕES E ASSOCIAÇÕES

Na pág. 8 encontramos um quadro que reúne as sociedades, consórcios e ACE's a que estamos ligados e que intitulamos Grupo Teixeira Duarte - 2003.

Aqui somente iremos fazer breves referências a algumas dessas entidades, na medida em que cada uma tem os seus próprios

Órgãos de Gestão e elabora os competentes relatórios de actividade.

A **BEL - ERE - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.**, versão actual da remodelada “BELBETÕES” que era uma das nossas mais antigas participadas, teve um crescimento significativo na actividade de reabilitação e reforço de estruturas e do património arquitectónico, com resultados positivos. De salientar a transformação da Sociedade para a forma anónima e a alteração da denominação social, dando-lhe um cariz mais marcadamente de empresa especialista, que efectivamente é.

Salientamos, no reforço de estruturas, trabalhos integrados no alargamento e reforço da Ponte de Vila Real, para o IEP, bem como as reabilitações das Pontes do D. Zameiro em Vila do Conde e a Internacional de Caminha, estando em curso o reforço das fundações da Ponte de Nossa Senhora da Guia em Ponte de Lima, bem como da estrutura da Ponte das Barcas na Nazaré e da Taramagueira, em Beja. Para a Brisa, reparámos e reabilitámos o viaduto de Vila Franca de Xira na A1 e, para a Silopor, o Cais Marítimo da Trafaria.

No Património Arquitectónico, executámos para o IPPAR a contenção de taludes e de muralhas no Castelo de Alcácer do Sal e a reabilitação da Capela de S. Jorge, em Aljubarrota. Em curso estão a recuperação e consolidação da Sé da Cidade Velha em Cabo Verde e da Sé Nova, em Coimbra. Nos Açores decorrem diversos trabalhos em edifícios e igrejas e, em Elvas, procede-se ao reforço estrutural do Convento de S. Francisco.

Na área da Inspeção e Diagnóstico de Estruturas, com o que isso implica de conhecimento das patologias das estruturas e respectivas terapêuticas, tivemos diversas intervenções, salientando a do Cais do Porto do Funchal e a do edifício da O.N.U. em Luanda.

A BEL organizou também um conjunto de seminários, conferências e encontros sobre os temas em que se especializou e tem em curso vários projectos na área de Investigação e Desenvolvimento, nos quais conta com o apoio do Laboratório de Betões da TD, estando já um desses projectos em processo de homologação no LNEC.

Esperamos, para 2004, poder alcançar os mesmos níveis de produção verificados em 2003.

A **EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.**, realizou durante 2003 importantes obras, que lhe permitiram alcançar proveitos operacionais próximos dos 31,3 milhões de Euros, valor que supera amplamente o do ano anterior.

Destacamos as seguintes obras realizadas:

Túnel da Gardunha na SCUT da Beira Interior; Túnel do Término da Falagueira na linha azul do Metropolitano de Lisboa; Túnel do Mato Forte, para a Brisa, na A10; Túnel de derivação da Barragem de Odelouca; Túnel da linha J do Metropolitano do Porto; Túnel da Portela na SCUT do Norte Litoral; Túneis da variante à Ponta do Sol e da Via Expresso Faial - Santana, na Região Autónoma da Madeira.

Embora de menos expressão, mas em todo o caso garantindo a presença no sector mineiro, realizámos também trabalhos na Mina de Neves Corvo.

A **SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.**, registou um ligeiro acréscimo dos seus proveitos operacionais em relação a 2003, atingindo cerca de 51,8 milhões de Euros. Investiu 7,2 milhões de Euros no reforço do equipamento ferroviário, prosseguindo a sua política de renovação e actualização tecnológica.

Das obras em curso para a Refer, destacamos: via férrea e catenária na remodelação da cabeceira Norte de Campanhã e ligação a seis vias a Contumil; rebalastragem da via férrea na Linha do Oeste entre Meleças e Malveira; contrato de conservação de via férrea da Linha da Beira Alta; trabalhos de melhoria das drenagens e de trabalhos de via no Túnel de Trezói na Linha da Beira Alta; contrato de conservação pesada de via da rede ferroviária nacional; via férrea e catenária do subtróço 3.2 - Quintans/Ovar - na Linha do Norte; desguarnecimento de via entre Vale de Santarém e Entroncamento, na mesma Linha; via férrea e catenária no troço Ermidas/Funcheira da Linha do Sul; via férrea na estação e interface de Pinhal Novo; catenária nos troços Coina e Pinhal Novo do

Eixo Norte-Sul; catenária no subtroço Parque das Cidades - Faro, da Linha do Sul.

No âmbito dos metropolitanos, executámos via férrea no Metro do Porto para o Transmetro ACE e iniciámos os trabalhos para o Metro Sul do Tejo. Para o SATU-Oeiras efectuámos a montagem da via férrea.

A **OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.**, que, no exercício, obteve a certificação do seu sistema de Gestão da Qualidade, teve um volume de produção sensivelmente inferior ao do ano passado.

No sector das obras marítimas/fluviais salientamos as obras no sector de pesca do porto de Peniche e também no porto de Ponta Delgada; reabilitação e reforço do dique interior sul e recuperação do respectivo jardim no porto da Figueira da Foz; execução do cais de atracação para férias e passageiros no porto de Vila do Porto na Ilha de Santa Maria, nos Açores; melhoramento das condições operacionais do porto dos Anjos na mesma ilha; quebraimento de um afloramento rochoso na Doca nº 2 do Porto de Leixões.

Na área ferroviária mantivemos uma estreita ligação à Somafel e realizámos também obras directamente para a Refer e Metro do Porto.

Destacam-se diversos trabalhos na estação de Campanhã, tais como estruturas enterradas do interface poente, cobertura do feixe de linhas do Terminal do Minho e Douro, remodelação da cabeceira Norte; construção da passagem inferior na VCI para a extensão do Metro do Porto a Gondomar; maciços para postes de catenária na Linha do Sul.

O **GCF - Grupo Construtor da Feira, ACE**, prosseguiu a sua actividade, tendo, porém, sido confrontado com diversos problemas resultantes das dificuldades de financiamento da empreitada, no âmbito das relações entre o Concedente e a Concessionária.

O **METROPAÇO, ACE**, prosseguiu com a construção das infraestruturas da estação do Terreiro do Paço do Metropolitano de Lisboa, trabalho de engenharia de grande dificuldade e complexidade, em virtude da natureza dos solos e do meio líquido em que se encontra implantada, dificuldade essa agravada por circunstâncias resultantes de uma inadequada planificação inicial das sucessivas empreitadas. Apesar disso, o agrupamento construtor tem sorteado todos os escolhos que se vêm apresentando no caminho, estando assim criadas as condições para que no último trimestre de 2005 a estação esteja pronta a entrar em serviço, sendo para isso essencial que a empreitada de instalações e acabamentos seja devidamente enquadrada e sobreposta com o desenvolvimento e a dinâmica das obras actualmente adjudicadas e em curso.

O **ACESTRADA - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, ACE**, manteve o bom desempenho que vinha realizando na construção da Auto-estrada da Beira Interior, de tal forma que conseguiu terminar a empreitada antes do prazo contratual e, desse modo, antecipar a sua entrada em exploração, proporcionando assim uma nova infraestrutura para o País de grande impacto no desenvolvimento das regiões atravessadas.

O **METROLIGEIRO - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, ACE**, agrupamento de empresas liderado por TD, arrancou com a construção das infraestruturas de longa duração destinadas à instalação do metroligeiro nos concelhos de Almada e Seixal. É um trabalho bastante complicado e enredado, não tanto pela dificuldade técnica das obras em si, mas mais pela envolvente urbana em que se desenvolve, com a teia de interesses e intervenientes que é necessário compatibilizar e gerir, o que conduz a processos de decisão complexos e por vezes morosos.

O **METRO SUPERFÍCIE, ACE**, é um outro agrupamento que lideramos, criado para a realização de um determinado conjunto de obras no âmbito e como subempreiteiro do Metroligeiro, ACE. Tem desenvolvido a sua actividade dentro do que está programado, atentas as condicionantes de vária ordem a que não pode furtar-se.

TRÊS PONTO DOIS, ACE, é também um agrupamento que lideramos para a construção civil dos trabalhos de modernização do subtroço Quintans/Ovar da Linha do Norte. A obra teve durante o exercício um notável desenvolvimento, estando programada para o segundo semestre de 2004 a sua conclusão.

TD / OPCA - FUNGERE, ACE, foi constituído em 2003 tendo por objectivo concluir no segundo trimestre de 2004 os acabamentos dos edifícios do hotel e escritórios que integram o Empreendimento “EXPOLAND”, na zona da “Expo”, em Lisboa, com um total de 96.500 m² de área bruta de construção, relativamente aos quais já havia executado as empreitadas de Escavação/Contenção, bem como a realização da complexa obra de estrutura.

TDGI - TECNOLOGIA DE GESTÃO DE IMÓVEIS, S.A.

No ano de 2003 registámos um apreciável crescimento da actividade da empresa, tanto em facturação como em novos clientes. Salientamos a diversificação da oferta, onde para além da condução e manutenção das instalações, se estudaram e implementaram soluções para a gestão de serviços gerais, em particular ao nível da segurança, arranjos exteriores e espaços verdes, gestão de resíduos sólidos, entre outros, no sentido de uma cada vez maior actuação na Gestão Integrada de Instalações.

Durante o exercício foi certificado o sistema de gestão de qualidade da TDGI, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000. Prevemos para 2004 manter a tendência de crescimento verificada este ano.

V.1.2. - MERCADO EXTERNO

Enquanto construtores, prosseguimos as actividades em Angola, Moçambique e Venezuela.

V.1.2.1. - ANGOLA

Questões relacionadas com a política económica e monetária do Governo, designadamente o combate à inflação e a desvalorização da moeda, condicionaram a actividade em geral, sendo sensível o baixo nível do investimento público, com o retardamento dos projectos de infraestruturas que deles dependem. Os investimentos internacionais, com excepção do Brasileiro, também tardam em chegar. O acordo celebrado a nível político no ano anterior, para pagamento da dívida de Angola a Portugal, não teve expressão prática e, por conseguinte, não foram proporcionadas as condições que, por essa via, poderiam ter permitido uma maior agressividade das empresas portuguesas face à concorrência.

Durante o ano criámos três novas empresas - a Angocime, a Betangola e a TDGI -, esta já com contratos assinados para 2004 e seguintes. Com a Betangola iremos alargar a nossa intervenção na venda de betão pronto e pré-fabricados.

Prosseguimos as acções de formação de pessoal em distintos sectores, de molde a conseguirmos uma cada vez maior redução do pessoal expatriado e basearmos o desenvolvimento de todas as nossas actividades essencialmente em pessoal residente.

Terminámos a ponte sobre o rio Giraúl, o edifício sede da Angola Telecom, a maternidade Augusto N'Gangula, uma residência protocolar, uma agência para o BCI, a remodelação do espaço comercial do Cine-Atlântico, uma clínica para o Ministério das Pescas e a remodelação de dois espaços para a MAXI no Sumbe e em Porto Amboim.

Em curso estão a remodelação do Hospital do Prenda e do edifício da Imprensa Nacional, os acabamentos do edifício Millenium, o edifício Modus Vivendi, o Centro de Informação da Sida para o Ministério da Saúde, a reabilitação das instalações da Urbana 2000 e uma instalação para a Sonangol, no Cacuaco.

Para arrancar em 2004 temos adjudicada uma contenção periférica para o Banco Espírito Santo, aguardando-se, entretanto, o resultado de negociações em curso para adjudicação de várias empreitadas em distintas zonas do País.

V.1.2.2. - MOÇAMBIQUE

Concluímos a remodelação e ampliação do Hotel Avenida, a construção de nove moradias para a Administração Nacional de Estradas, a remodelação do Hotel Tivoli - Maputo, a construção das salas de aula para pós-graduação da Faculdade de Agronomia, a segunda fase da reabilitação da Catedral do Maputo e a ampliação da agência do BCI Sommershield II.

Demos início à remodelação e ampliação do BIM Expresso no edifício Sede e à remodelação da Petrauto para a Petromoc.

O mercado da construção animou um pouco no final do ano, com os concursos que foram lançados, permitindo algum optimismo para 2004.

V.1.2.3. - VENEZUELA

O ano de 2003 continuou marcado por um clima de insegurança e incerteza, tendo o PIB sofrido uma quebra estimada em 9%, com uma inflação de cerca de 28%. Por outro lado, a implementação do controlo de câmbios veio agravar ainda mais a recessão económica, com o sector da construção praticamente paralisado.

A TEGAVEN tem conseguido sobreviver a esta difícil conjuntura, assegurando a sua rentabilidade económica e a sua gestão financeira não dependente da casa matriz, tendo dado continuidade à realização da 2ª fase da empreitada de ampliação do Aeroporto Internacional de Maiquetia em Caracas, cuja conclusão se viu adiada pela questão cambial, que afectou a aquisição dos equipamentos importados.

V.2. - IMOBILIÁRIA, HOTELARIA E COMÉRCIO ALIMENTAR

V.2.1. - MERCADO INTERNO

V.2.1.1. - IMOBILIÁRIA

O mercado caracterizou-se pela falta de liquidez em todos os segmentos e pela manutenção de rendas baixas dos espaços destinados a escritórios.

No Lagoas Park, concluímos mais três edifícios, uma galeria comercial e um parque de estacionamento público, o que significou um investimento próximo dos 24 milhões de Euros, correspondente a 31% do total investido nesta área de actividade. No final do ano de 2003 o empreendimento contava já com trinta e dois inquilinos, que ocupam uma área de 40.400 m² acima do solo.

No exercício, procedemos também à alienação de dois terrenos em Lisboa e em Sintra, concluímos as infraestruturas de loteamento de Gaia Nova e iniciámos a construção do primeiro edifício da Quinta de Cravel, empreendimentos sítos em Vila Nova de Gaia e que, em conjunto, atingirão uma área de construção de 321.800 m² acima do solo.

Foi aprovada a operação de loteamento e iniciaram-se os trabalhos de aterros do Lezíria Park, em Vila Franca de Xira e prosseguiram as acções necessárias ao licenciamento de empreendimentos em Lisboa, Oeiras, Faro, Amadora e Loures.

Alienaram-se diversas fracções autónomas no Belas Artes, no Green Park, no Jardins de Benfica e no Milénio, todos empreendimentos em fase final de comercialização sítos em Lisboa.

Os três Fundos de Investimento Imobiliário geridos pela **TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.**, atingiram no final do ano um valor líquido global de património de 549,1 milhões de Euros. Deste total, 463,5 milhões de Euros pertencem a dois Fundos Imobiliários de distribuição de rendimentos em que as unidades de participação se encontram dispersas pelo público. O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF, detido por empresas do Grupo Teixeira Duarte, tem um património de 85,6 milhões de Euros e é um Fundo de capitalização especialmente dedicado à promoção imobiliária, que prosseguiu o desenvolvimento do Fórum Oeiras, com a construção de mais três edifícios e a conclusão de quatro, num total de 76 apartamentos e 16 espaços comerciais e concluiu os trabalhos de remodelação do Abrunheira Park, onde se celebraram os primeiros contratos de arrendamento de alguns armazéns.

V.2.1.2. - HOTELARIA E COMÉRCIO ALIMENTAR

O clima de recessão fez-se sentir com particular incidência no Algarve, onde os registos em matéria de taxas de ocupação dos hotéis foi o mais baixo nos últimos 10 anos, com o número de passageiros movimentados através do aeroporto de Faro a ter uma grande redução. Ainda assim, as unidades do Grupo registaram uma taxa de ocupação média de 70%, superior em cerca de 11% à média do sector naquela região.

No sector da restauração, prosseguimos a exploração de um restaurante em Lagoas Park.

V.2.2. - MERCADO EXTERNO

V.2.2.1. - ANGOLA

Salientamos o contrato de arrendamento celebrado com a EXXON para a totalidade do edifício Millenium, sendo que do total do nosso parque imobiliário apenas se encontram por arrendar quatro fracções todas já com diversos interessados na sua ocupação. Em fase de elaboração de projectos estão dois edifícios, um de escritórios e outro de habitação, que pretendemos começar a construir em 2004.

Na Hotelaria, o primeiro semestre esteve abaixo das expectativas mas sentiu-se uma recuperação na segunda metade do ano, com taxas de ocupação globais de 69% e 86% para o Hotel Trópico e para o Hotel Alvalade.

Continua a registar-se um elevado peso do sector de alimentação e bebidas, tendo sido desenvolvido um esforço adicional na formação de pessoal, particularmente daquele que mais contacto tem com o público.

As pastelarias tiveram um aumento apreciável de receitas com respeito ao ano anterior, enquanto a esplanada, com novo sistema de funcionamento, aumentou consideravelmente o número de clientes e entrou em exploração positiva.

O restaurante Pintos voltou a afirmar-se como unidade de referência no panorama da restauração de Luanda, tendo registado significativa melhoria dos seus resultados.

No comércio alimentar, sentiram-se algumas melhorias no tocante ao controlo aduaneiro e ao funcionamento do sector portuário, embora se continuem a verificar dificuldades no desalfandegamento dos produtos frescos. Abrimos duas novas lojas em Porto Amboim e no Sumbe, prevendo-se para 2004 a abertura de mais uma loja na Gabela, dois “cash” no Lobito e em Malanje e a central de distribuição e cash na zona de Luanda Sul, tudo inserido num esforço de investimento da MAXI.

V.2.2.2. - MOÇAMBIQUE

O Polana Shopping Center tem praticamente todas as lojas ocupadas e há clientes em espera para algumas posições, o que são sintomas favoráveis do mercado que permitem uma selecção mais rigorosa dos nossos clientes.

A TDGI continua a fazer a manutenção do edifício Cimpor, perspectivando-se também novos negócios fora do Grupo.

O Hotel Avenida, após as obras de requalificação, abriu ao público em meados do ano, constituindo-se como o primeiro hotel de cinco estrelas do Grupo. O Hotel Tivoli Beira continua a merecer as preferências dos utilizadores, sendo a unidade com maior rentabilidade em Moçambique. O Hotel Tivoli Maputo tem vindo a sofrer ligeiras remodelações, tendentes a melhor poder enfrentar uma concorrência muito activa.

V.2.2.3. - VENEZUELA

No cenário de crise instalada no País, não foi possível vender a totalidade do Edifício Residências Lisboa em La Castellana, Caracas, tendo-se optado pelo arrendamento das fracções ainda disponíveis.

V.3. - COMERCIALIZAÇÃO DE VIATURAS E COMBUSTÍVEIS

V.3.1. - MERCADO INTERNO

V.3.1.1. - VIATURAS

Persistiram durante todo o ano as tendências negativas no sector automóvel, agora também alargadas às viaturas comerciais.

Foi concretizado em Dezembro o processo de fusão por incorporação da “Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A.” e da “Auto Garagem, Lda.” na “VTD - Veículos Automóveis, S.A.”.

Ajustando-nos à nova legislação da União Europeia para o sector, desenvolvemos acções que irão permitir otimizar capacidades operacionais e aumentar a rentabilidade, particularmente na assistência pós venda.

Com a participação e a influência da Mercedes Benz, a nossa representada Mitsubishi Motors prepara o lançamento de novos modelos, que são aguardados com natural expectativa e que poderão ter forte impacto comercial.

V.3.1.2. - COMBUSTÍVEIS

A forte escalada dos valores dos produtos petrolíferos, sem que os respectivos preços de venda ao público reflectissem o ajustamento devido, afectou directamente os nossos resultados de exploração. Como factor positivo tivemos o benefício da descida do dólar, em todo o caso não suficiente para compensar a subida dos produtos.

As companhias multinacionais desencadearam também uma concorrência muito agressiva, em particular no segmento de mercado constituído pelas grandes superfícies, pequenos postos de abastecimento e clientes directos, sector onde temos forte implantação.

A liberalização dos preços, entretanto decretada, poderá vir a ter alguns efeitos favoráveis.

V.3.2. - MERCADO EXTERNO

V.3.2.1. - ANGOLA

Pela primeira vez desde o ano 2000, as nossas vendas globais aumentaram acima da taxa de crescimento do mercado, ocupando a Peugeot e particularmente a Nissan, lugares de destaque.

A VAUCO foi nomeada representante nacional da General Motors, através da marca Chevrolet, com uma gama mais vasta que a da Daewoo, abrangendo também as viaturas todo o terreno, que em Angola representam cerca de 50% do mercado de viaturas novas. A actividade comercial da Chevrolet teve início em finais de Janeiro de 2004 e com ela contamos relançar a actividade global dessa nossa Sociedade.

Começa também a evidenciar-se a necessidade de nomeação de agentes nas diversas províncias do País, estando a ser estudado qual o melhor modelo organizacional para o lançamento dessa nova fase dos negócios.

V.4. - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2003 estas participações representavam um investimento da ordem dos 389 milhões de Euros, o que significa uma variação negativa de 18,6% em relação aos valores homólogos do exercício anterior, resultante do facto de o FUNDO Fechado TDF ter passado a integrar o perímetro de consolidação com a consequente diminuição dos valores globais das participações financeiras.

Embora a sua participada “TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.” tenha aumentado ligeiramente a sua participação na **CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.**, subindo para 9,93% do capital social, a TD manteve a sua participação directa nos mesmos 10,05% que já detinha desde o ano anterior, continuando assim, por arredondamento do somatório das percentagens, a ser titular de uma participação qualificada de 19,97%.

À semelhança do que tem sucedido em anos anteriores e dando continuidade à firme presença que sempre manteve numa das maiores e mais proeminentes empresas privadas portuguesas, a TD não prescindiu de reforçar a sua participação no **BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**, tendo a mesma atingido 2,32% do capital social, cabendo 2,05% à “TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, 0,27% à “Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.” e 0,0009% à “SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.”.

Com efeito, correspondendo à confiança que sempre teve no BCP, a TD, directamente e através das suas referidas participadas, adquiriu mais um lote de acções no âmbito do processo de aumento de capital ocorrido naquela instituição bancária em Abril de 2003, tendo não só exercido o direito de preferência que lhe assistia nessa operação, como até aumentado a subscrição de acções por rateio.

Apesar da existência de accionistas potenciais vendedores de blocos de acções da sociedade agora denominada **“GRUPO SOARES DA COSTA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”**, que tem levado a ponderações de diversos cenários sobre a futura estrutura accionista dessa empresa, a TD manteve-se titular de 19,99% do capital social, considerando essa participação financeira como relevante face à previsível evolução e consolidação do Sector em Portugal.

A **SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, S.A.** abriu ao tráfego os últimos troços que faltavam para completar a extensão total de 178 Km da Auto-Estrada A23, de que é concessionária.

De referir que, embora todos os lanços de construção que compõem a mencionada Auto-estrada tenham sido concluídos antecipadamente aos prazos previstos, os executados no ano de 2003, entre Gardete e Castelo Branco e Alcária e Belmonte, entraram em serviço mais de cinco meses antes da data marcada.

Este empreendimento implicou, até ao final de 2003, um investimento global superior a 700 milhões de Euros.

Durante 2003 entraram já em funcionamento duas das Áreas de Serviço que integram a concessão, estando previsto para o primeiro semestre de 2004 a abertura ao público das restantes três áreas.

Em Junho de 2003 a TD iniciou um processo de expansão para Espanha na área dos serviços, adquirindo 64,60% da **GSC - Compañia General de Servicios y Construccion, S.A.**, sediada em Madrid, com actuação no sector de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais, limpeza de cidades, manutenção de parques, jardins e edifícios públicos, limpeza e socorrismo de praias.

A GSC é uma empresa fundada em 1998 por executivos já com larga experiência no ramo, tem um capital social de 3.546.166 Euros e conseguiu, em cinco anos, estender a sua actividade a dezasseis municípios espanhóis, atingindo em 2003 uma facturação de 12.605.000 Euros.

No ano de 2003, a TD manteve a sua posição na **INDÁQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A.** onde detém 14% do capital social, tendo reforçado a participação de que é titular na **RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.**, por compra de 10% à outra accionista “SOARES DA COSTA” e passando neste caso a deter 60% do capital social.

Embora ambas as empresas tenham prosseguido a sua actividade, em função da indefinição por parte do Ministério competente em adoptar um modelo para os Sectores das Águas e do Tratamento e Recolha de Resíduos em Portugal, nomeadamente no que respeita a uma desejada maior intervenção das empresas privadas nessa área, a TD viu-se obrigada a reponderar os propósitos que a fizeram apostar nestas empresas, equacionando diversos cenários possíveis para estas suas participações.

A sociedade **CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.**, na qual a TD detém uma participação maioritária de 60%, continuou a exploração dos Parques de Estacionamento da Praça do Município e do Alto do Parque, em Lisboa, bem como do Centro Comercial Central Shopping, no Porto e dos 900 lugares de estacionamento pago à superfície, com parcómetros, em S. João da Madeira, tendo, na sequência do que havia anunciado, dado início à exploração do Parque da Praça Marquês de Pombal, em Aveiro e do Parque do Lagoas Park, em Porto Salvo, Oeiras.

Os proveitos totais de exploração foram da ordem dos 1,7 milhões de Euros, correspondentes, portanto, a um acréscimo de cerca de 23% relativamente ao ano anterior.

No exercício de 2003, foram iniciadas as construções dos parques da Pontinha, em Faro, da Praça Renato Araújo e da Rua João de Deus, em S. João da Madeira, bem como do Hospital Cruz de Carvalho no Funchal, num total de 1.874 de lugares cobertos.

A **EUROGTD - Sistemas de Informação, S.A.**, na qual a TD manteve a sua participação de 78,69%, continuou no exercício económico de 2003 a desenvolver a sua actividade, privilegiando a área de prestação de serviços tanto ao nível do desenvolvimento de software como de sistemas, redes e comunicações.

Atenta a dimensão e evolução do sector, bem como a sua forte competitividade, desenvolvemos diversos contactos com entidades actuantes nesta área que nos obrigaram a encarar novas perspectivas para os destinos da Empresa.

De entre as participações que mantemos na Região Administrativa Especial de Macau destaca-se a **CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.**, detentora de uma importante posição na exploração, em regime de concessão, de parques públicos de estacionamento, bem como de actividades imobiliárias e de construção civil associadas, tendo prosseguido uma evolução e um desenvolvimento consistentes.

No final de 2003, a actividade de estacionamento público automóvel era constituída por 6.693 lugares, localizados em zonas de elevada procura na cidade de Macau.

Finalmente e na sequência do que há muito vínhamos legitimamente reclamando, mas nunca havíamos conseguido com as autoridades portuguesas que tinham procedido à adjudicação após concurso público internacional e que bem melhor deviam conhecer o processo que criaram, foi ultimado com o actual Governo local um acordo de ajustamento e de compensação, dado que a exclusividade que nos fora atribuída para todo o território de Macau se demonstrava ultrapassada pela realidade, tendo-se não só obtido uma situação de maior estabilidade e respeito pelos interesses de ambas as partes como também diversas outras contrapartidas muito positivas, entre as quais a continuidade da concessão por mais 50 anos.

O **MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.**, concessionária do metropolitano ligeiro de superfície nos concelhos de Almada e Seixal, lançou as respectivas obras de construção no 1º trimestre do ano, estando os trabalhos a desenrolar-se, nesta fase inicial, com os condicionalismos inerentes a um empreendimento com a complexidade que lhe advém da multiplicidade de interesses e “players” em cena, em todo o caso já com forte implantação no terreno e em franco desenvolvimento.

A **SATU-OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.**, é uma empresa onde TD participa com 49%, detendo a Câmara Municipal de Oeiras 51%. As obras da 1.ª fase, suportadas integralmente com financiamento de TD, ficaram praticamente concluídas, bem como o fornecimento e instalação dos equipamentos, estando em curso, na data de elaboração deste relatório, os ensaios gerais de todas as componentes do sistema, no sentido de ser inaugurado e entrar em exploração comercial na Primavera de 2004.

Na **TDCIM - Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenagem de Cimentos, S.A.**, após a anunciada venda de 21% do capital social, ocorrida em 23 de Julho e integrada no âmbito das medidas previstas no plano estratégico apresentado aquando do concurso público relativo à 4.ª fase de privatização da “CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.”, a TD acedeu à proposta de uma das outras accionistas, tendo em 10 de Outubro de 2003 alienado os últimos 46% do capital social de que ainda era titular, obtendo, desse modo, já após o recebimento das obras efectuadas, também o retorno do investimento realizado numa sociedade relativamente à qual deixou de ter qualquer participação directa ou indirecta.

VI. - FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

Nos passados dias 27 de Fevereiro e 3 e 18 de Março, recebemos de “METALGEST - Sociedade de Gestão, SGPS, S.A.” três comunicações mediante as quais esta sociedade dava conhecimento de ter adquirido, por operações em Bolsa realizadas nos dias 26 de Fevereiro e 17 de Março de 2004, 23.836.168 ações, correspondentes a 5,68% do capital social e dos direitos de voto na “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”, mais informando que, por sua vez, a Fundação José Berardo dispõe de 54,88% dos direitos de voto actuais do capital social da mencionada “METALGEST - Sociedade de Gestão, SGPS, S.A.”.

Entretanto, no dia 1 de Março, recebemos uma comunicação de “WEB-LAB - SGPS, S.A.” informando que essa sociedade havia alienado, através de operações realizadas em Bolsa no dia 26 de Fevereiro de 2004, as 12.039.564 ações, correspondentes a 2,9% do capital social e dos direitos de voto de que era titular no capital social de “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”, deixando, dessa forma de ter qualquer participação nesta sociedade.

Nos termos, prazos e pelos meios de divulgação legalmente previstos, a TD deu público conhecimento de todos os factos acima mencionados, sendo que dos mesmos resultam alterações nos titulares e respectivos quantitativos das participações qualificadas na “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” que embora, por razões evidentes, ainda não se encontram reflectidas no quadro constante da página 35, já integrarão todos os próximos documentos informativos elaborados pela TD e nos quais seja feita qualquer referência a esta matéria.

VII. - CONCLUSÕES / PERSPECTIVAS PARA 2004

O ano de 2003 foi, reconhecidamente, um ano muito difícil em praticamente todas as áreas de negócios em que operamos. Daí que consideremos bastante positivo o balanço geral que fazemos do desempenho da Empresa e do seu Grupo, tendo em conta que os objectivos essenciais foram alcançados em termos de proveitos, o endividamento manteve-se controlado e os resultados líquidos corresponderam à expectativa, só não tendo atingido as metas traçadas por virtude das contingências conjunturais do mercado bolsista e pela imposição de determinadas normas contabilísticas, como no decurso deste relatório tivemos oportunidade de explicitar.

Para 2004, continuam a prever-se grandes dificuldades, o que nos obriga a ser muito prudentes e a multiplicar esforços no controlo de todas as componentes e variáveis das actividades desenvolvidas, com especial incidência no rigor e na racionalidade dos custos.

Em presença de todos estes dados, apontamos como objectivos para 2004 proveitos operacionais de 770 milhões de Euros para o Grupo, 400 milhões de Euros de produção para a casa matriz TD e, quanto a resultados líquidos, um valor de 20 milhões de Euros, sem esquecer a enorme influência que sobre este montante poderá ter a componente que advém da volatilidade dos mercados financeiros, a qual, desta vez, até é susceptível de ter consequências inversas às que sofremos no ano passado.

VIII. - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Prosseguindo a política da Sociedade, desde sempre adoptada, de considerar prioritário o reforço dos seus capitais próprios, assegurando simultaneamente uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos e um complemento de remuneração aos trabalhadores, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos apurados no exercício de 2003, no montante de 10.874.298,57 Euros, tenham a seguinte aplicação:

Para Reforço da Reserva Legal	600.000,00 Euros
Para Reservas Livres	3.155.298,57 Euros
Para Dividendos aos Accionistas	3.969.000,00 Euros
Para Distribuição pelos Trabalhadores	3.150.000,00 Euros

Lagoas Park, 26 de Março de 2004

O Conselho de Administração

Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Manuel Ferreira

Eng.º António José Lobo Ferreira Gonçalves

Eng.º José Alves Pereira

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
(Artigo 447º, nº 5 C.S.C.)

Posição Accionista	Acções em 2003-12-31
Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	28.849.440
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	42.000
José Alves Pereira	3.304.340
Manuel Ferreira	2.400.000

Movimentos Efectuados em 2003	Operação	Qtª Acções	Data	Preço (Euros)
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Venda	3.023.300	14/4/2003	0,73
	Venda	4.947.000	15/4/2003	0,74

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
(Artigo 448º nº 4 C.S.C.)

Posição Accionista	Ações 2003-12-31
TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	161.000.000
Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português	46.092.716

Participações Qualificadas

1. A **TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** é imputável, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e ainda do entendimento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, uma participação qualificada de 230.306.428 ações, correspondente a **54,83% do capital e dos direitos de voto**, por força de:
 - a) 179.630.024 ações imputáveis, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, à sociedade sua participada **TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, correspondentes a uma participação qualificada de **42,77% do capital e dos direitos de voto**, por via de:
 1. 161.000.000 ações detidas directamente, correspondentes a 38,33% do capital e dos direitos de voto;
 2. 18.630.024 ações detidas pelos membros do respectivo Conselho de Administração, correspondentes a 4,44% do capital e dos direitos de voto.
 - b) 61.006.428 ações detidas pelos membros dos Conselhos de Administração de **TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** e de **TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, correspondentes a 14,53% dos direitos de voto;
 - c) 8.300.000 ações detidas pela Sociedade **TDP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, correspondentes a uma participação de 1,98% do capital e dos direitos de voto, imputados a **TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** em conformidade com o entendimento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, do qual se discorda e que é objecto de recursos contenciosos.
2. **Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português** é titular de uma participação qualificada de 46.092.716 ações, correspondente a **10,97% do capital e dos direitos de voto**.
3. **Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte** é titular de uma participação qualificada de 28.849.440 ações, correspondente a **6,87% do capital e dos direitos de voto**.
4. A **Banco Comercial Português, S.A.** é imputada, nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma participação qualificada de 16.706.547 ações, correspondente a **3,98% do capital e dos direitos de voto**, por força de:
 - a) 16.546.680 ações imputáveis nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários à sociedade sua participada **Seguros e Pensões Gere, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, correspondentes a uma participação qualificada de **3,94% do capital e dos direitos de voto**, por via de:
 1. 11.245.992 ações detidas pela sociedade sua participada **Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.**, correspondentes a uma participação qualificada de **2,68% do capital e dos direitos de voto**;
 2. 5.134.908 ações de que é titular a sociedade sua participada **Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.**, correspondentes a uma participação de 1,22% do capital e dos direitos de voto;
 3. 165.780 ações detidas pela sociedade sua participada **Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.**, correspondentes a uma participação de 0,04% do capital e dos direitos de voto.
 - b) 159.867 ações de que é titular a sociedade sua participada **BCP Investimento - Banco Comercial Português de Investimento, S.A.**, correspondentes a uma participação de 0,04% do capital e dos direitos de voto.
5. **WEB-LAB - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** é titular de uma participação qualificada de 12.039.564 ações, correspondente a **2,87% do capital e dos direitos de voto**.
6. **Eng.º Manuel Pereira Coutinho Teixeira Duarte** é titular de uma participação qualificada de 11.126.964 ações, correspondente a **2,65% do capital e dos direitos de voto**.

Demonstrações Financeiras

Balanços em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

		Exercícios			2002
		2003			Activo líquido
	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
ACTIVO					
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Trespases	10	312.484	(47.780)	264.704	278.080
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	10	4.548	(3.369)	1.179	1.475
Equipamento básico	10	50.308	(44.633)	5.675	7.949
Equipamento de transporte	10	6.356	(5.904)	452	904
Ferramentas e utensílios	10	22.094	(19.996)	2.098	2.914
Equipamento administrativo	10	14.033	(11.864)	2.169	1.572
Outras imobilizações corpóreas	10	164	(164)	-	-
		97.503	(85.930)	11.573	14.814
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	88.692	-	88.692	109.732
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	10.489	-	10.489	10.567
Empréstimos a empresas associadas	10 e 16	1.232	-	1.232	791
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	158.898	(1)	158.897	156.045
Outros empréstimos	10 e 16	2.724	-	2.724	2.724
		262.035	(1)	262.034	279.859
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	34 e 41	1.854	(6)	1.848	1.968
Produtos e trabalhos em curso	42	33.848	-	33.848	22.499
Produtos acabados e intermédios	42	8.656	-	8.656	259
		44.358	(6)	44.352	24.726
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Empresas do grupo	16	29.965	-	29.965	188.543
Empresas participadas e participantes	16	20.820	-	20.820	14.997
Outros devedores		719	-	719	858
		51.504	-	51.504	204.398
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		158.835	-	158.835	178.432
Clientes, títulos a receber		240	-	240	-
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	42.167	(41.403)	764	1.162
Empresas do grupo	16	189.656	-	189.656	25.000
Adiantamentos a fornecedores		248	-	248	2.003
Estado e outros entes públicos	49	845	-	845	3.797
Outros devedores	23 e 34	4.484	(2.201)	2.283	2.511
		396.475	(43.604)	352.871	212.905
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		2.258		2.258	4.440
Caixa		466		466	537
		2.724		2.724	4.977
Acréscimos e Diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	50	3.198		3.198	2.882
Custos diferidos	50	1.061		1.061	430
		4.259		4.259	3.312
Total de amortizações			(133.711)		
Total de provisões			(43.610)		
Total do activo		1.171.342	(177.321)	994.021	1.023.071

(milhares de Euros)

		Exercícios	
		2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas		
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36 e 40	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	22.704	28.619
Reservas de reavaliação	13 e 40	3	7
Reserva legal	40	7.100	5.999
Outras reservas	40	45.510	33.498
Resultados transitados	40	(58.030)	(43.878)
Resultado líquido do exercício	40	10.874	21.022
Total do capital próprio		238.161	255.267
PASSIVO:			
Provisões para riscos e encargos:			
Outras provisões para riscos e encargos	34	1.272	1.236
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	535.567	535.567
Adiantamentos de clientes		19.840	35.728
Empresas do grupo	16	216	156
Empresas participadas e participantes	16	456	-
Outros credores		1.519	-
		557.598	571.451
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito		-	500
Fornecedores, conta corrente		88.706	78.190
Empresas do grupo	16	2.058	10
Adiantamentos de clientes		10.271	10.496
Outros empréstimos obtidos	48	5.270	7.042
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		1.707	373
Estado e outros entes públicos	49	11.409	9.092
Outros credores		3.746	4.720
		123.167	110.423
Acréscimos e Diferimentos:			
Acréscimos de custos	50	9.986	12.997
Proveitos diferidos	50	63.613	71.347
Passivos por impostos diferidos	6	224	350
		73.823	84.694
Total do passivo		755.860	767.804
Total do capital próprio e do passivo		994.021	1.023.071

(milhares de Euros)

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2003.

Demonstrações dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

		Exercícios	
		2003	2002
CUSTOS E PERDAS			
	Notas		
Custo das matérias consumidas	41	43.130	53.077
Fornecimentos e serviços externos		261.933	255.783
Custos com o pessoal:			
Remunerações		49.024	47.505
Encargos sociais		13.099	15.559
		62.123	63.064
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	6.565	6.950
Provisões	34	1.731	2.758
		8.296	9.708
Impostos		2.117	2.269
Outros custos e perdas operacionais		645	947
(A)		378.244	384.848
Custos e perdas financeiros	45	71.037	58.522
(C)		449.281	443.370
Custos e perdas extraordinários	46	376	1.777
(E)		449.657	445.147
Imposto sobre o rendimento do exercício	6 e 49	8.141	6.149
(G)		457.798	451.296
Resultado líquido do exercício		10.874	21.022
		468.672	472.318
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas	44	333.938	355.351
Prestações de serviços	44	53.817	47.628
		387.755	402.979
Variação da produção	42	20.004	10.570
Trabalhos para a própria empresa		11	37
Proveitos suplementares		6.796	5.967
(B)		414.566	419.553
Proveitos e ganhos financeiros	45	48.502	46.174
(D)		463.068	465.727
Proveitos e ganhos extraordinários	46	5.604	6.591
(F)		468.672	472.318
			(milhares de Euros)
Resultados operacionais: (B) - (A) =		36.322	34.705
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		(22.535)	(12.348)
Resultados correntes: (D) - (C) =		13.787	22.357
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		19.015	27.171
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		10.874	21.022
			(milhares de Euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Demonstrações dos Resultados por Funções em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

	Notas	Exercícios	
		2003	2002
Vendas e prestações de serviços	44	387.755	402.979
Custo das vendas e prestações de serviços		(331.349)	(346.586)
Resultados brutos		56.406	56.393
Outros proveitos e ganhos operacionais		12.136	10.288
Custos de distribuição		(3.869)	(3.656)
Custos administrativos		(20.982)	(21.279)
Outros custos e perdas operacionais		(17.186)	(4.177)
Resultados operacionais		26.505	37.569
Custo líquido de financiamento		(3.925)	(19.873)
Ganhos em filiais e associadas, líquidos		(3.898)	2.652
Ganhos em outros investimentos, líquidos		333	6.823
Resultados correntes		19.015	27.171
Imposto sobre os resultados correntes	6	(8.141)	(6.149)
Resultados correntes após impostos		10.874	21.022
Resultados líquidos		10.874	21.022
		(milhares de Euros)	
Resultados por acção (Euros)		0,026	0,050

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

		Exercícios	
		2003	2002
	Notas		
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		408.922	477.989
Pagamentos a fornecedores		(300.183)	(328.488)
Pagamentos ao pessoal		(66.954)	(67.859)
Fluxos gerados pelas operações		41.785	81.642
Reembolso / Pagamento de imposto sobre o rendimento		574	(11.641)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(14.755)	(15.366)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		27.604	54.635
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		5	1.842
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(366)	(1.138)
Fluxos das actividades operacionais (1)		27.243	55.339
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		452	59.377
Imobilizações corpóreas		751	500
Juros e proveitos similares		6.398	2.679
Dividendos	51	12.310	15.682
		19.911	78.238
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(4.289)	(3.738)
Imobilizações corpóreas		(2.117)	(4.464)
		(6.406)	(8.202)
Fluxos das actividades de investimento (2)		13.505	70.036
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		292.752	209.589
Associadas		27.711	5.297
		320.463	214.886
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(295.023)	(225.249)
Juros e custos similares		(23.849)	(27.736)
Associadas		(40.183)	(89.218)
Dividendos		(4.409)	(4.198)
		(363.464)	(346.401)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(43.001)	(131.515)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2.253)	(6.140)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		4.977	11.117
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		2.724	4.977

(milhares de Euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("Teixeira Duarte" ou "Empresa") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 4 de Janeiro de 1934 e tem como actividade principal a Construção Civil e Obras Públicas.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na nota 3 d), infra.

A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas demonstrações financeiras das empresas em que exerce o domínio da gestão.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de Euros.

3 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios da contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos activos, passivos, proveitos e custos. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o activo e o passivo (incluindo interesses minoritários) em, aproximadamente, 832.000 milhares de Euros e os proveitos em, aproximadamente, 440.000 milhares de Euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem os trespasses correspondentes às diferenças apuradas na compra das participações financeiras, os quais são amortizados num período de dez ou vinte anos, correspondente aos períodos expectáveis de recuperação dos investimentos nas empresas participadas.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas, sobre o custo histórico ou reavaliado, a partir do ano de entrada em funcionamento ou início de utilização dos bens, de acordo com o método das quotas constantes. As taxas de amortização praticadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 7
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	1

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos nessas empresas e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios, à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método, foram registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital", incluída nos capitais próprios, com excepção das diferenças apuradas na aquisição das empresas mencionadas na Nota 10, as quais foram registadas na rubrica "Trespases".

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros do exercício, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros em outras empresas participadas, outras aplicações financeiras e os empréstimos concedidos a empresas participadas encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado ou de recuperação. Exceptuam-se as unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF, as quais, a partir do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, inclusive, passaram a estar valorizadas pela aplicação do método da equivalência patrimonial às respectivas participações financeiras (Nota 10).

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em outras empresas participadas e em títulos e aplicações financeiras (dividendos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. É registada uma provisão para depreciação de existências nos casos em que o valor de mercado das matérias-primas é inferior ao seu custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

f) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos a obras em curso

Para o reconhecimento dos proveitos e custos das obras em curso, foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os custos e proveitos relacionados com obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em função do critério da percentagem de acabamento das obras, o qual é determinado pela comparação e aplicação do menor dos rácios obtido entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados e os proveitos incorridos até à data e os proveitos totais estimados.

São diferidos proveitos de obras de acordo com a legislação aplicável, que se destinam a cobrir eventuais custos a incorrer no período de garantia das obras, bem como eventuais perdas estimadas em obras em curso.

g) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores (Notas 23 e 34).

h) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos destina-se a cobrir responsabilidades decorrentes da actividade da Empresa e perdas em empresas participadas com capitais próprios negativos (Nota 34).

i) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

j) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Acréscimos e diferimentos" (Nota 50).

l) Resultados em Agrupamentos Complementares de Empresas

Conforme disposto na Directriz Contabilística nº 24, a Empresa não integrou nas suas demonstrações financeiras a proporção dos activos, passivos, proveitos e custos relativos aos Agrupamentos Complementares de Empresas ("ACE") em que participa, reconhecendo contudo, através do método da equivalência patrimonial a sua proporção nos capitais próprios e resultados desses ACE.

m) Saldos e transacções expressas em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2003. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

n) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

4 - COTAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de dezembro de 2003 foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio, para converter para Euros os principais activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Dólar Americano (USD)	1,26300
Bolívar Venezuelano (VEB)	2.018,27000
Pataca Macaense (MOP)	10,09900
Kwanza Angolano (AON)	96,31107
Metical Moçambicano (MZM)	29.238,90000

6 - IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 30%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa (enquanto sociedade dominante) e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) optaram pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Nesta conformidade, os resultados fiscais daquelas participadas concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção por este regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa participada e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na Empresa, enquanto sociedade dominante.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões e inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O encargo de imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 corresponde essencialmente a:

	Base Fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	19.015	
Diferenças permanentes	4.823	
Diferenças temporárias	247	
	24.085	
Encargo normal de imposto		7.890
Deduções à colecta		(2)
Tributações autónomas		379
Imposto corrente (Nota 49)		8.267
Imposto corrente		8.267
Imposto diferido		(126)
Encargo do exercício		8.141

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos de equivalência patrimonial e a amortização dos trespasses.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação dos normativos dos impostos diferidos.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003

Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, quanto à sua natureza e impacto são como se segue:

	Saldo inicial	Efeito no exercício		Saldo final
		Reversão	Alteração da taxa de imposto	
Passivos por impostos diferidos:				
Reavaliações de imobilizações corpóreas	1	-	(1)	-
Mais-valias fiscais com tributação diferida	349	(45)	(80)	224
	350	(45)	(81)	224

A regularização do imposto diferido resulta da redução da taxa agregada do imposto de 33% para 27,5%, decorrente da Lei nº 107 - B/2003, que alterou a taxa de IRC de 30% para 25% a partir de 1 de Janeiro de 2004.

7 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 1.900 pessoas.

9 - AMORTIZAÇÃO DE "TRESPASSES" PARA ALÉM DE CINCO ANOS

O trespasse apurado na aquisição de uma participação financeira na Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. está a ser amortizado, conforme previsto na Directriz Contabilística nº 1/91, durante um período de 20 anos tendo em conta a expectativa de retorno do referido investimento (Nota 10).

Os restantes trespases apurados nas aquisições da Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A. e G.S.C. - Companhia General de Servicios y Construcción, S.A. estão a ser amortizados durante um período de 10 anos.

10 - MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Equivalência patrimonial	Transferências/ abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	216	-	-	-	(216)	-
Trespases	310.054	2.430	-	-	-	312.484
	310.270	2.430	-	-	(216)	312.484
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	4.596	39	(82)	-	(5)	4.548
Equipamento básico	52.594	951	(2.727)	-	(510)	50.308
Equipamento de transporte	6.961	43	(514)	-	(134)	6.356
Ferramentas e utensílios	22.158	792	-	-	(856)	22.094
Equipamento administrativo	12.580	1.638	-	-	(185)	14.033
Outras imobilizações corpóreas	164	-	-	-	-	164
	99.053	3.463	(3.323)	-	(1.690)	97.503
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	109.732	1.978	(177)	(22.841)	-	88.692
Partes de capital em empresas associadas	10.567	-	-	(78)	-	10.489
Empréstimos a empresas associadas	791	441	-	-	-	1.232
Títulos e outras aplicações financeiras	156.045	60	-	2 793	-	158.898
Outros empréstimos	2.724	-	-	-	-	2.724
	279.859	2.479	(177)	(20.126)	-	262.035

Amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências/ abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	216	-	-	(216)	-
Trespases (Nota 45)	31.974	15.806	-	-	47.780
	32.190	15.806	-	(216)	47.780
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	3.121	320	(69)	(3)	3.369
Equipamento básico	44.645	3.180	(2.699)	(493)	44.633
Equipamento de transporte	6.057	435	(469)	(119)	5.904
Ferramentas e utensílios	19.244	1.589	-	(837)	19.996
Equipamento administrativo	11.008	1.041	-	(185)	11.864
Outras imobilizações corpóreas	164	-	-	-	164
	84.239	6.565	(3.237)	(1.637)	85.930
Investimentos financeiros:					
Titulos e outras aplicações financeiras	-	1	-	-	1

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, na rubrica de "Trespases" resulta do reconhecimento da diferença entre o custo de aquisição das acções representativas de 64,6% do capital da G.S.C. - Companhia General de Servicios y Construcción, S.A., no montante de 2.430 milhares de Euros e o valor proporcional da participação no respectivo capital próprio.

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, na rubrica de "Investimentos financeiros" resulta de:

- Partes de capital em empresas do grupo:

Aquisição de participação na TDCIM - Concessão da Construção Instalação, Exploração, Movimentação e Armazenagem de Cimentos, S.A. ("TDCIM")	10
Aquisição de participação na G.S.C. Companhia General de Servicios y Construcción, S.A.	1.968
	1.978

- Empréstimos a empresas associadas:

Aumento nas prestações acessórias na Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	205
Conversão de suprimentos na Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. em prestações acessórias	236
	441

A diminuição verificada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, na rubrica de "Partes de capital em empresas do grupo" resulta da alienação da participação detida na TDCIM.

As amortizações dos "Trespases" encontram-se registadas na demonstração dos resultados na rubrica de "Custos e perdas financeiros" (Nota 45).

Os ajustamentos registados nas rubricas de investimentos financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, em consequência da aplicação do método da equivalência patrimonial, resultam das seguintes situações:

	Ganhos /perdas (Nota 45)	Dividendos recebidos	Ajustamentos partes capital (Nota 40)	Provisões (Nota 34)	Total
Partes de capital em empresas do grupo:					
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	(13.126)	-	(12.003)	-	(25.129)
Gedois - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	163	-	-	-	163
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	12	(172)	(19)	-	(179)
Epos - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	167	(50)	-	-	117
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA	60	-	(32)	-	28
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	1.121	(183)	(27)	-	911
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	154	(180)	(26)	-	(52)
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	214	-	(217)	-	(3)
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	2.681	-	(1.036)	-	1.645
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	(375)	-	(133)	-	(508)
Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	(125)	-	(182)	307	-
G.S.C. - Companhia General de Servicios y Construcción, S.A.	166	-	-	-	166
	(8.888)	(585)	(13.675)	307	(22.841)

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003

	Ganhos /perdas (Nota 45)	Dividendos recebidos	Ajustamentos partes capital (Nota 40)	Provisões (Nota 34)	Total
Partes de capital em empresas associadas:					
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	(86)	-	-	-	(86)
Satu Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	8	-	-	-	8
	(78)	-	-	-	(78)
Partes de capital em outras empresas:					
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	18.679	(10.804)	(9.826)	-	(1.951)
TDO - Investimento e Gestão, Lda.	1	-	(1)	-	-
Tedal - SGPS, S.A.	(1)	-	(1)	-	(2)
Seiur, S.A.	(94)	-	316	-	222
Teisomar, ACE	(1)	-	-	-	(1)
Acestradas - Construção de Estradas, ACE	(769)	-	-	-	(769)
Três Ponto Dois, ACE	1.309	(882)	-	-	427
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF a)	1.750	-	3.117	-	4.867
	20.874	(11.686)	(6.395)	-	2.793
	11.908	(12.271)	(20.070)	307	(20.126)

a) A Empresa detém directa e indirectamente, através da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., 99,95% das unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF, as quais até ao exercício anterior estavam valorizadas ao custo. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa alterou o seu procedimento, passando a valorizar as referidas unidades de participação em função da aplicação do método da equivalência patrimonial às demonstrações financeiras do Fundo TDF, procedendo previamente ao ajustamento das mesmas de acordo com os princípios e critérios valorimétricos da Empresa (Nota 3).

12 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei Nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei Nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei Nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei Nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei Nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei Nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei Nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei Nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, é em 31 de Dezembro de 2003 o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores reavaliados
Imobilizações corpóreas			
Edifícios e outras construções	90	3	93

16 - EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, bem como a principal informação financeira respeitante às mesmas era como segue:

Firma/Sede	Capital próprio	Resultados líquidos	Percentagem participação	Valor da participação
Partes de capital em empresas do grupo:				
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	49.566	(14.330)	100,00%	49.566
Gedoisis - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	10.440	163	99,95%	10.435
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda. Av. Praia Grande, 693 - Edifício Tai Wha, 8º A - B - Macau	46	16	80,00%	37
Epos - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda. Edifício 1, Lagoas Park - Porto Salvo	6.152	334	50,00%	3.076
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA Av. Este, 6 - Ed. Centro Parque Carabobo, Piso 6, Of. 601 - Caracas - Venezuela	1.793	349	17,04%	306
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A. Edifício 1, Lagoas Park - Porto Salvo	24.114	1.869	60,00%	14.468
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	2.197	384	40,00%	879
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda. Av. 24 de Julho, 141 - Maputo - Moçambique	2.674	499	43,00%	1.150
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda. Rua Amílcar Cabral, 27 C - Luanda - Angola	7.680	3.352	80,00%	6.144
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda. Av. 24 de Julho, 141 - Maputo - Moçambique	623	(469)	80,00%	498
Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. Rua Castilho, 59 - 7º Esq. - Lisboa	(2.031)	(208)	60,00%	-
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. Rua Pintor Juan Gris, 5 - Madrid - Espanha	3.302	257	64,60%	2.133
				88.692
Partes de capital em empresas associadas:				
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A. Rua da Senhora do Porto, 930 - Porto	49.195	-	20,00%	9.839
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A. Edifício 1, Lagoas Park - Porto Salvo	732	(432)	20,00%	147
SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M. Edifício Paço de Arcos E.N. 249/3 Paço de Arcos - Oeiras	1.027	16	49,00%	503
				10.489

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras" tinha a seguinte composição:

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	51.431
Outras participações financeiras:	
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	96.529
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	1.875
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	700
Cimilonga - Imobiliária, S.A.	670
Imocipar - Imobiliária, S.A.	670
MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.	455
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	421
Longavia - Imobiliária, S.A.	335
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	300
TDO - Investimento e Gestão, Lda.	164
Bescleasing - Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A.	99
Bescleasing - Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S.A.	70
Construlink - Tecnologias de Informação, S.A.	50
Engenharia Hidráulica de Macau, Lda.	40
Tedal - SGPS, S.A.	25
Indáqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.	25
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	5
	102.433
Agrupamentos Complementares de Empresas (a):	
Acestradas - Construção de Estradas, ACE	3.100
Três Ponto Dois, ACE	1.309
Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	553
Ferponte - Agrupamento para a Execução das Obras na Ponte sobre o Tejo em Lisboa, ACE	9
Teisomar - Obras Marítimas, ACE	3
	4.974
Investimentos financeiros em imóveis	60
	158.898

(a) A participação da Empresa nos Agrupamentos Complementares de Empresas supra indicados resultou da apropriação, na proporção da sua participação, dos resultados acumulados dessas entidades reportados a 31 de Dezembro de 2003, tal como indicado na Nota 3 I).

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos concedidos a empresas do grupo e outras empresas participadas, correspondiam a prestações acessórias concedidas às seguintes entidades:

RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	1.232
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	2.619
INDÁQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	105
	2.724
	3.956

As prestações acessórias não vencem juros e, conforme disposto na legislação comercial, só poderão ser reembolsadas pelas empresas a quem foram concedidas quando, após o seu pagamento, os respectivos capitais próprios não forem inferiores à soma do capital com a reserva legal.

Saldos e transacções com empresas do grupo

Os saldos em 31 de Dezembro de 2003 com empresas do grupo e relacionadas eram como segue:

Empresas do grupo	Cientes, conta corrente	Dívidas de empresas do grupo	Outros devedores	Fornecedores, conta corrente	Adiantamentos de clientes	Dívidas a empresas do grupo	Outros credores
Acestrada, ACE	264	-	-	2	2.601	-	-
Alvalade, Lda.	5.196	-	-	-	-	-	-
Angoímo, Lda.	30.110	-	712	-	-	-	-
Avenida, Lda.	1.096	742	-	1	-	-	-
Bel, S.A.	253	272	-	2.055	-	94	-
CPE, S.A.	6.136	10.543	-	-	-	-	-
Epos, Lda.	1.307	-	-	7.345	-	-	-
Eurogt, S.A.	-	-	-	226	-	-	1.096
Fundo Invest.Imob. TDF	4.486	-	-	-	-	-	-
Grupo C.Feira, ACE	1.213	-	-	365	-	-	-
Indáqua, S.A.	460	3.016	-	(4)	-	-	-
Lusoponte, S.A.	117	1.306	-	-	-	-	-
Máxi, Lda.	989	-	-	-	-	-	-
Metro Ligeiro, ACE	1.993	-	-	-	-	-	-
Metropaço, ACE	4.722	-	-	1.249	-	-	-
OFM, S.A.	653	-	-	-	-	-	-
Qta. do Cravel Imobiliária, S.A.	2.156	-	-	-	-	10	-
Scutvias, S.A.	1.371	4.228	-	-	-	-	1.101
Serafim L. Andrade, S.A.R.L.	1.254	-	-	1	-	-	-
SM, S.A.	-	-	-	-	-	222	-
Somafel, S.A.	339	-	-	5.325	-	-	-
T.D./Opca - Fungere, ACE	1.623	-	-	1.217	-	-	-
TDA - Com. Indústria, Lda.	888	-	-	-	-	-	-
Tedal, - S.G.P.S., S.A.	2	-	-	-	-	891	-
T.D. - G.P.I.I., S.A.	8.547	199.223	-	-	-	184	-
T.D. (Moçambique), Lda.	3.470	30	-	2	-	-	-
T.D. (Sucursal Angola), S.A.	-	19.193	-	-	-	-	-
Três Ponto Dois, ACE	482	-	134	6.729	-	-	-
Vauco, Lda.	952	-	-	-	-	-	-
Outros	2.712	1.888	127	1.224	-	1.329	-
	82.791	240.441	973	25.737	2 601	2.730	2.197

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, as transacções com empresas do grupo foram como segue:

Empresas do grupo	Compras imobilizado	Custo das mercadorias	Forn. serv. externos	Custos e perdas financeiros	Vendas	Prestação serviços	Proveitos suplementares	Prov. e ganhos financeiros
Acestrada, ACE	-	-	1	-	9.666	83	524	-
Alvalade, Lda.	-	-	-	-	333	460	-	-
Angoímo, Lda.	-	-	-	-	4.579	4.623	-	-
Avenida, Lda.	-	-	-	-	992	47	-	-
Bel, S.A.	-	-	3.453	-	21	200	755	-
CPE, S.A.	-	-	-	-	211	3	11	578
EIA, S.A.	-	-	8	-	1.661	-	-	-
Engil/Mota/TD, ACE	-	-	395	4	583	28	1	4
EPOS, Lda.	-	-	9.421	-	-	222	1.508	8
EUROGTD, S.A.	1.511	-	1.353	-	-	-	-	-
Fundo Inv. Imob. Fechado TDF	-	-	27	-	8.670	-	-	-
Grupo C.Feira, ACE	-	-	1.546	5	2.014	238	2	28
Metro de Superfície, ACE	-	-	840	(1)	169	225	79	-
Metro Ligeiro, ACE	-	-	4.677	87	7.935	391	510	-
Metropaço, ACE	-	-	3.507	-	5.083	395	134	11
OFM, S.A.	-	5	12	-	592	5	13	-
Parcauto, S.A.	-	-	-	-	167	44	-	-
Petrin, S.A.	-	111	1.345	-	-	116	(99)	-
Qta. do Cravel Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	2.765	29	-	-
Scutvias, S.A.	-	-	-	-	183	449	25	490
Serafim L. Andrade, S.A.R.L.	-	-	-	49	509	660	-	101
Somafel, S.A.	-	-	16.952	-	21	341	1.034	-
TD/OPCA - Fungere, ACE	-	-	15.386	92	19 364	-	-	228
TDA - Com. Indústria, Lda.	-	-	-	-	379	539	-	-
TDGI, S.A.	-	-	696	-	-	330	178	-
T.D. - G.P.I.I., S.A.	-	-	1.698	-	18 497	386	-	6.831
T.D. (Moçambique), Lda.	-	-	-	-	58	640	-	-
Três Ponto Dois, ACE	-	2	14.663	-	1.473	938	528	-
V8, S.A.	-	-	-	-	293	56	-	-
Outros	-	5	296	26	675	1.863	254	176
	1.511	123	76.276	262	86.893	13.111	5.457	8.103

Os valores de contas a receber de empresas participadas sediadas em Angola, bem como o investimento financeiro nessas empresas, ascendem em 31 de Dezembro de 2003 a, aproximadamente, 124.000 milhares de Euros. Os valores a receber de terceiros sediados nesse país estão adequadamente cobertos por provisões constituídas.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003

Nas operações comerciais bem como nas operações financeiras, efectuadas entre a Empresa e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais, são contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Para atestar o mais elevado grau de comparabilidade entre as referidas operações e as que são praticadas em situações normais de mercado ou de ausência de relações especiais, a Empresa adopta os seguintes métodos:

- Partilha de custos;
- Preço comparável de mercado; e
- Custo majorado.

23 - DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2003, existiam dívidas classificadas como de cobrança duvidosa de clientes e de outros devedores, nos montantes de 42.167 milhares de Euros e 2.201 milhares de Euros, respectivamente. Estas dívidas encontram-se provisionadas com base nas expectativas de perda pela não cobrança dessas contas a receber, tendo sido registadas provisões para essas dívidas de 41.403 milhares de Euros e 2.201 milhares de Euros, respectivamente (Nota 34).

31 - COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2003, estavam vigentes contratos de factoring sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 38.032 milhares de Euros. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade da Empresa restringe-se, essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das facturas objecto de factoring.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas no montante de 222 milhares de Euros.

32 - GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a clientes para efeito de concursos, adiantamentos já recebidos e como garantia de boa execução de obras no montante de 132.736 milhares de Euros.

Adicionalmente, a Empresa tem garantias prestadas a empresas do grupo, sob a forma de avals bancários, nos seguintes montantes:

Beneficiário	Divisa	Valor em divisa	Milhares de Euros
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.			35.207
Tedal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			32.422
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.			28.930
TDO - Investimento e Gestão, Lda.			25.000
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.			15.580
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.			15.001
TD Via - Sociedade Imobiliária, S.A.			8.496
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	USD	9.000.000	7.126
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.			7.000
Metroligeiro - Construção de Infraestruturas, ACE			5.000
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	USD	5.330.000	4.220
VTD - Veículos Automóveis, S.A.			3.765
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.;			
PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			3.492
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.;			
Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.			2.494
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.;			
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.;			
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.			
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.			2.494
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	USD	3.000.000	2.375
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF			1.247
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.			1.199
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.			1.000
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.			1.000
Esta - Gestão de Hotéis, S.A.			998
Recolte - Recolha, Tratamento, Eliminação de Resíduos, S.A.			847
Angoímo - Empreendimentos e Construções, Lda.	USD	1.000.000	792
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	USD	1.000.000	792
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.			748
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	USD	300.000	237
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	MZM	3.000.000.000	102
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.			100
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.			4
			207.668

34 - MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Abate / regularização	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	45.292	1.731	(3.419)	43.604
Provisões para riscos e encargos	1.236	307	(271)	1.272
Provisões para depreciação de existências	6	-	-	6

O aumento de provisões para riscos e encargos inclui os montantes de 125 milhares de Euros e 182 milhares de Euros correspondentes, respectivamente a perdas do exercício de empresas participadas (Nota 45) e à cobertura de prejuízos acumulados de exercícios anteriores (Nota10).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa procedeu à regularização de créditos provisionados por utilização das provisões que se encontravam constituídas.

36 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 acções com o valor nominal de cinquenta cêntimos de Euro cada.

40 - VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências / ajuste	Saldo final
Capital	210.000	-	-	-	210.000
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas:					
Ajustamentos de transição	13.661	-	-	-	13.661
Lucros não atribuídos	49.653	-	-	14.155	63.808
Outras variações nos capitais próprios (Nota 10)	(34.695)	3.433	(23.503)	-	(54.765)
Reservas de reavaliação	7	-	-	(4)	3
Reserva legal	5.999	-	-	1.101	7.100
Reservas livres	33.498	-	-	12.012	45.510
Resultados transitados:				-	
Resultados transitados	5.775	-	-	3	5.778
Lucros não atribuídos	(49.653)	-	-	(14.155)	(63.808)
Resultado líquido do exercício	21.022	10.874	-	(21.022)	10.874
	255.267	14.307	(23.503)	(7.910)	238.161

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta: i) da diferença no valor de 14.155 milhares de Euros entre os resultados de 2002 das empresas do grupo e associadas, considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, registada por contrapartida de resultados transitados; e ii) de variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, que não as motivadas pelo resultado do exercício.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados de 2002

Em reunião de Assembleia Geral de Accionistas realizada em 9 de Maio de 2003 foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, tendo sido deliberada a seguinte aplicação de resultados:

	Exercício 2002
Dividendos	4.410
Distribuição aos trabalhadores	3.500
Reserva legal	1.100
Reservas livres	12.012
	21.022

41 - CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi determinado como segue:

Existências iniciais	1.974
Compras	42.806
Regularização de existências	204
Existências finais	(1.854)
	43.130

42 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, é como segue:

	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	8.656	33.848
Regularização de existências	258	-
Existências iniciais	(259)	(22.499)
Aumento no exercício	8.655	11.349

43 - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram respectivamente:

	Fixas	Variáveis	Totais
Conselho de Administração			
Membros executivos	379	337	716
Membros não executivos	98	7	105
Fiscal Único	40	-	40
	517	344	861

44 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, distribuem-se da seguinte forma:

	Mercados		Total
	Interno	Externo	
Construção civil e obras públicas	327.300	6.638	333.938
Prestações de serviços	5.575	48.242	53.817
	332.875	54.880	387.755

45 - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
Juros suportados	19.898	26.147	Juros obtidos	17.412	7.565
Perdas em emp. do grupo e associadas (Nota 10)	14.454	7.954	Ganhos em emp. do grupo e associadas (Nota 10)	26.487	26.312
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 10)	1	-	Rendimentos de imóveis	14	-
Provisões para aplicações financeiras (Nota 34)	125	42	Rendimentos de participação de capital	44	3.388
Diferenças de câmbio desfavoráveis	17.415	6.043	Diferenças de câmbio favoráveis	2.386	7.171
Outros custos e perdas financeiros (a)	19.144	18.336	Descontos de pronto pagamento obtidos	1.170	1.363
	71.037	58.522	Outros proveitos e ganhos financeiros	989	375
Resultados financeiros	(22.535)	(12.348)			
	48.502	46.174		48.502	46.174

(a) Os outros custos e perdas financeiros incluem 15.806 milhares de Euros relativos à amortização dos trespasses (Nota 10).

46 - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
Perdas em existências	4	5	Ganhos em existências	10	15
Perdas em imobilizações	64	68	Ganhos em imobilizações	967	3.801
Dívidas incobráveis	17	-	Reduções de amortizações e de provisões	33	500
Donativos	35	71	Excesso da estimativa de impostos	90	-
Multas e penalidades	8	52	Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	4.504	2.275
Correcções relativas a exercícios anteriores	20	935			
Insuficiência da estimativa para impostos	-	494			
Outros custos e perdas extraordinários	228	152			
	376	1.777			
Resultados extraordinários	5.228	4.814			
	5.604	6.591		5.604	6.591

(a) Inclui o montante de 3.715 milhares de Euros, resultante da regularização de adiantamentos de clientes que se comprovou, pela sua natureza e antiguidade, não serem exigíveis sendo como tal passíveis de correcção.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003

48 - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica "Dívidas a instituições de crédito" respeita aos seguintes empréstimos bancários a médio e longo prazo:

- Dois empréstimos contratados em 24 de Agosto de 2001 junto do Banco Comercial Português e da Caixa Geral de Depósitos, de valor idêntico, no montante total de 410.567 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 24 de Agosto de 2005, vencendo juros à taxa Euribor a noventa dias acrescidos de 1%.

- Empréstimo contratado em 28 de Dezembro de 2001 junto do Banco Comercial Português no montante de 125.000 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 28 de Dezembro de 2005, vencendo igualmente juros à taxa Euribor a 90 dias acrescida de 1%.

A rubrica "Outros empréstimos obtidos" apresenta o valor de 5.270 milhares de Euros relativo ao financiamento concedido pelo Instituto Nacional de Habitação para a construção de 198 fogos em regime de custos controlados.

A Empresa tem contratado com um sindicato bancário a colocação e tomada em firme de emissões particulares de papel comercial até ao limite de 24.940 milhares de Euros. Esta colocação não estava a ser utilizada em 31 de Dezembro de 2003 e o mencionado contrato é válido até 6 de Janeiro de 2006.

49 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Valor Acrescentado	845
------------------------------------	-----

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC:

Imposto estimado	7.738
Pagamentos por conta	(2.989)
Retenção na fonte	(1.431)
	3.318

Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.496
Imposto sobre o Rendimento - retenção na fonte	614
Contribuição para a Segurança Social	979
Restantes impostos	2
	11.409

Os montantes referidos nas rubricas "Imposto estimado", "Pagamento por conta" e "Retenções na fonte" dizem respeito ao apuramento do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, conforme mencionado na Nota 6.

Os montantes individuais, da Empresa, para as supracitadas rubricas são, respectivamente, 8.267 milhares de Euros, 2.807 milhares de Euros e 528 milhares de Euros.

50 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:	
Juros a receber	922
Trabalhos executados e não facturados	2.276
	3.198
Custos diferidos:	
Seguros pagos antecipadamente	624
Rendas	187
Outros	250
	1.061
Acréscimos de custos:	
Encargos com férias e subsídio de férias	5.427
Encargos financeiros vencidos e não pagos	1.508
Contencioso	788
Seguros a liquidar	16
Outros	2.247
	9.986
Proveitos diferidos:	
Proveitos diferidos em obras (Nota 3 f)	50.489
Trabalhos facturados e não executados	12.369
Juros de letras a receber diferidos	688
Outros	67
	63.613

Os proveitos diferidos em obras correspondem a valores não reconhecidos como resultados e que se destinam a fazer face a custos a incorrer no período de garantia das obras, tal como indicado na Nota 3 f).

Os trabalhos facturados e não executados resultam da aplicação do método da percentagem de acabamento, tal como indicado na Nota 3 f).

51 - DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 é como segue:

	2003	2002
Numerário	466	537
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.258	4.440
	2.724	4.977

Os dividendos recebidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, líquidos de retenções, foram como se segue:

Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	10.804
Três Ponto Dois, ACE	882
Outros	624
	12.310

52 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica "Custo das vendas e das prestações de serviços" da demonstração dos resultados por funções ("DRF") inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas ("DRN"), nomeadamente fornecimentos e serviços externos, remunerações, amortizações e impostos.
- A rubrica "Custo líquido de financiamento" inclui, essencialmente, o valor líquido dos juros obtidos e suportados e o imposto de selo suportado com os empréstimos obtidos.
- A rubrica "Ganhos (perdas) em filiais e associadas" inclui os ganhos/perdas em empresas do grupo, a provisão para aplicações financeiras e a amortização dos trespasses.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas:

1. RELATÓRIO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório, Balanço, Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa e respectivos anexos, apresentados pela Administração da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Acompanhámos com regularidade a actividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa acção fiscalizadora procedemos às verificações que julgámos necessárias, dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo recebido dos Serviços toda a colaboração solicitada.

As contas foram examinadas por nós na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, tendo emitido a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Revisão.

2. PARECER

Considerando que o Relatório do Conselho de Administração descreve com clareza a evolução dos negócios sociais e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Balanço, Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e Demonstração dos fluxos de caixa apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2003;
- b) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Linda-a-Pastora, 13 de Abril de 2004

O Fiscal Único

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC.

Representada por:

António Francisco Escameia Mariquito - ROC



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA (Contas individuais)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia um total de 994.021 milhares de euros e um total de capital próprio de 238.161 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 10.874 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- 8.1 Os valores relativos ao exercício de 2002 são apresentados para efeitos comparativos, em observância ao Plano Oficial de Contabilidade e as respectivas demonstrações financeiras foram por nós revistas, tendo sido emitida a Certificação Legal das Contas com data de 21 de Abril 2003, a qual continha uma ênfase relativa à contabilização pela primeira vez dos impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, que não é aplicável no corrente exercício.

Linda-a-Pastora, 13 de Abril de 2004

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC

Representada por:



António Francisco Escameia Mariquito - ROC



RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

Exmo. Conselho de Administração da
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.

Exmos. Senhores:

1. O presente relatório é emitido nos termos do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.
2. Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas com data de 13 de Abril de 2004.
3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - iii) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - iv) Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras, recepção e contas a pagar, vendas, expedição e contas a receber, imobilizações e gastos com pessoal, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados.
 - v) Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Análise e teste à valorimetria e contabilização do Imobilizado.
 - b) Análise e teste à valorimetria e contabilização das Existências.
 - c) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa, nos casos



em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

- d) Verificação da titularidade de títulos em carteira e das respectivas cotações na data do fecho do exercício, e apreciação da variação de tais cotações até à data da certificação.
 - e) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa.
 - f) Solicitação directa a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida.
 - g) Análise das situações justificativas das provisões constituídas e de outras situações ou factos susceptíveis de ocasionarem provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
 - h) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.
 - i) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - j) Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas.
 - k) Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros.
 - vi) Solicitação da Declaração do órgão de gestão que obtivemos.
- 4) Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do Conselho de Administração, o qual satisfaz os requisitos legais e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Linda-a-Pastora, 13 de Abril de 2004

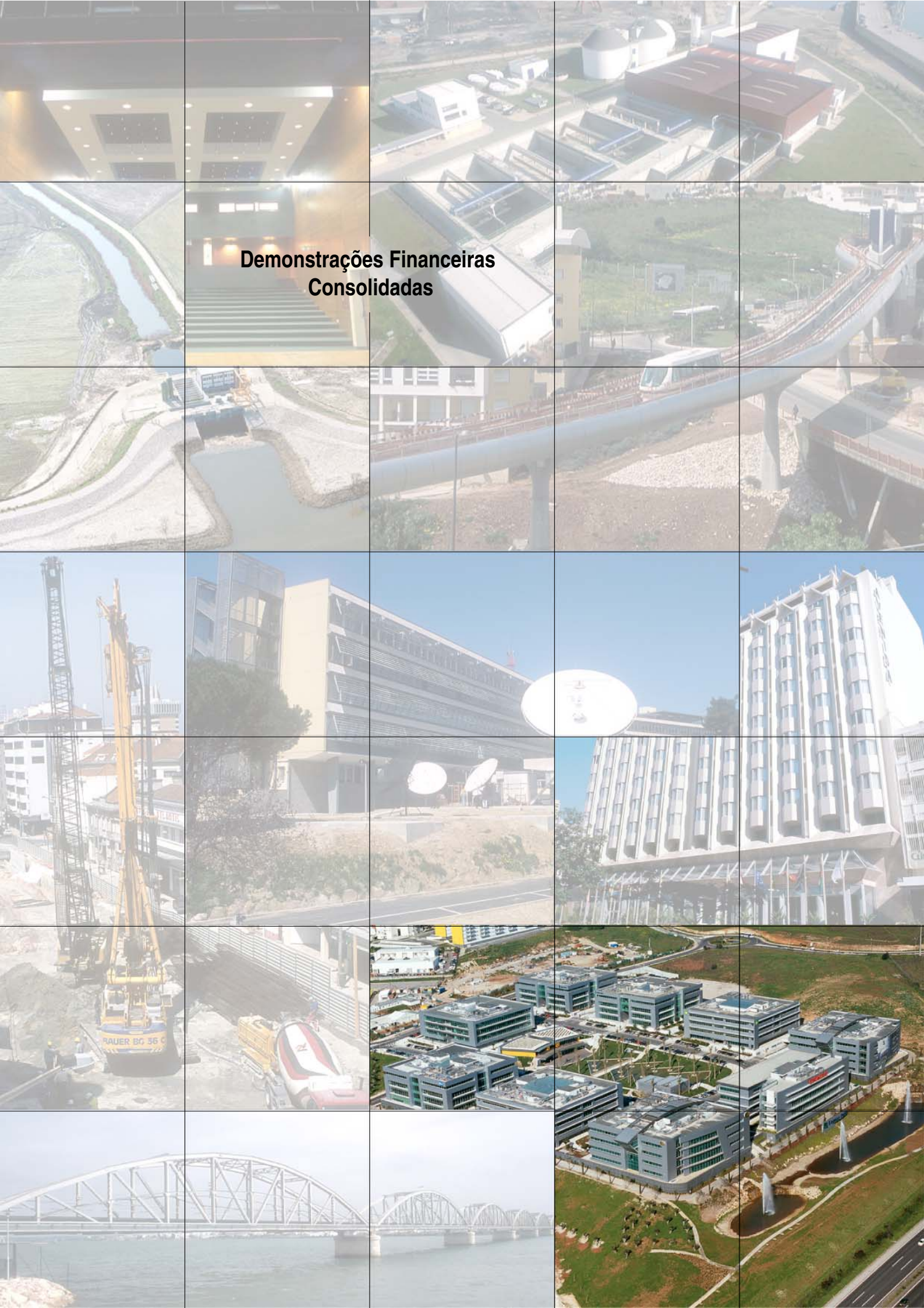
MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC.

Representada por:

António Francisco Escameia Mariquito - ROC



Demonstrações Consolidadas



Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

		Exercícios			
		2003			2002
	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
ACTIVO					
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	27	3.541	(3.363)	178	267
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	350	(344)	6	103
Propriedade industrial e outros direitos	27	4.739	(834)	3.905	1.557
Trespases	27	24	-	24	2.714
Diferenças de consolidação	10 e 27	548.232	(85.909)	462.323	486.790
Imobilizações em curso	27	3.486	-	3.486	1.999
Adiantamentos por conta de imobilizado incorpóreo	27	-	-	-	268
		560.372	(90.450)	469.922	493.698
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27	31.742	-	31.742	13.791
Edifícios e outras construções	27	275.238	(30.627)	244.611	166.538
Equipamento básico	27	146.353	(111.851)	34.502	35.814
Equipamento de transporte	27	17.667	(13.665)	4.002	2.376
Ferramentas e utensílios	27	23.834	(21.422)	2.412	3.244
Equipamento administrativo	27	34.063	(21.389)	12.674	8.234
Outras imobilizações corpóreas	27	3.787	(1.945)	1.842	4.698
Imobilizações em curso	27	28.440	-	28.440	51.956
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	7	-	7	804
		561.131	(200.899)	360.232	287.456
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	27, 46 e 50	75	(33)	42	1.961
Partes de capital em empresas associadas	27 e 50	204.653	-	204.653	206.936
Empréstimos a empresas associadas	27 e 50	-	-	-	791
Títulos e outras aplicações financeiras	27, 46 e 50	220.103	(35.339)	184.764	263.375
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27 e 50	-	-	-	5.252
		424.831	(35.372)	389.459	478.315
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46 e 59	7.168	(53)	7.115	8.778
Produtos e trabalhos em curso	46 e 60	97.712	(260)	97.452	39.807
Produtos acabados e intermédios	60	8.842	-	8.842	656
Mercadorias	46 e 59	99.073	(1.120)	97.953	39.876
		212.795	(1.433)	211.362	89.117
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Cientes de cobrança duvidosa	46	38	(37)	1	1
Empresas do grupo		1.997	-	1.997	3.085
Empresas associadas		4.980	-	4.980	4.168
Outras empresas participadas		7.033	-	7.033	6.770
Outros accionistas		77	-	77	85
Outros devedores		218	-	218	42
		14.343	(37)	14.306	14.151
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Cientes, conta corrente	46	202.316	(6.949)	195.367	209.706
Cientes, títulos a receber	46	44.096	(26.655)	17.441	12.442
Cientes de cobrança duvidosa	46	63.931	(56.295)	7.636	1.485
Empresas do grupo		146	-	146	32
Empresa associadas		155	-	155	154
Adiantamentos a fornecedores		13.375	-	13.375	22.510
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		3.244	-	3.244	3.486
Estado e outros entes públicos	57	11.065	-	11.065	13.605
Outros devedores	46	41.445	(2.967)	38.478	39.992
		379.773	(92.866)	286.907	303.412
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis	46	28	(26)	2	2
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		49.826	-	49.826	37.389
Caixa		2.277	-	2.277	2.547
		52.103	-	52.103	39.936
Acréscimos e Diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	58	9.323	-	9.323	7.827
Custos diferidos	58	15.317	-	15.317	12.068
Activos por impostos diferidos	38	17.144	-	17.144	22.461
		41.784	-	41.784	42.356
Total de amortizações	27		(291.350)		
Total de provisões	46		(129.733)		
Total do activo		2.247.160	(421.083)	1.826.077	1.748.443

(milhares de Euros)

		Exercícios	
		2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	Notas		
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	52 e 53	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas	53	(74.851)	(56.309)
Diferenças de consolidação	10 e 53	242	242
Reservas de reavaliação	53	3	7
Reserva legal	53	7.100	5.999
Outras reservas	53	45.510	33.498
Ajustamentos de conversão cambial	53	(11.335)	(3.331)
Resultados transitados	53	50.618	44.139
Resultado líquido do exercício	53	10.874	21.022
Total do capital próprio		238.161	255.267
INTERESSES MINORITÁRIOS	54	23.326	21.808
PASSIVO:			
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões para impostos	46	-	812
Outras provisões para riscos e encargos	46	397	1.454
		397	2.266
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	55	897.706	900.711
Empresas do grupo		556	812
Outras empresas participadas		456	-
Fornecedores, conta corrente		-	118
Outros accionistas		53	59
Adiantamentos de clientes		19.840	38.276
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	6.082	4.560
Outros empréstimos obtidos	55	2.422	-
Outros credores		8.273	49
		935.388	944.585
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	55	253.214	198.536
Adiantamentos por conta de vendas		3.023	3.594
Fornecedores, conta corrente		138.183	123.436
Fornecedores, facturas em recepção e conferência		606	131
Fornecedores, títulos a pagar		1.550	858
Empresas do grupo		61	61
Empresas associadas		704	704
Outros accionistas		11	10
Adiantamentos de clientes		25.185	18.081
Outros empréstimos obtidos	55	5.813	7.042
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		29.131	3.932
Estado e outros entes públicos	57	19.589	10.606
Outros credores		30.806	31.946
		507.876	398.937
Acréscimos e Diferimentos:			
Acréscimos de custos	58	22.154	21.409
Proveitos diferidos	58	90.185	95.476
Passivos por impostos diferidos	38	8.590	8.695
		120.929	125.580
Total do passivo		1.564.590	1.471.368
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo		1.826.077	1.748.443

(milhares de Euros)

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003.

Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

		Exercícios	
		2003	2002
	Notas		
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	59	176.964	209.928
Matérias	59	105.090	83.542
		282.054	293.470
Fornecimentos e serviços externos		293.785	278.778
Custos com o pessoal:			
Remunerações		91.378	87.980
Encargos sociais		23.285	24.274
		114.663	112.254
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	26.015	25.168
Provisões	46	4.732	18.748
		721.249	728.418
Impostos		12.854	10.138
Outros custos e perdas operacionais		6.503	3.274
(A)		740.606	741.830
Custos e perdas financeiros	44	137.347	126.225
(C)		877.953	868.055
Custos e perdas extraordinários	45	4.071	5.577
(E)		882.024	873.632
Imposto sobre o rendimento do exercício	38 e 56	13.647	3.355
(G)		895.671	876.987
Interesses minoritários	54	2.335	1.958
		898.006	878.945
Resultado líquido do exercício		10.874	21.022
		908.880	899.967
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas:			
Mercadorias		248.794	243.158
Produtos		309.579	297.176
		558.373	540.334
Prestações de serviços	36	176.169	181.444
		734.542	721.778
Variação da produção	60	42.726	9.563
Trabalhos para a própria empresa		25.884	47.591
Proveitos suplementares		10.937	11.608
Outros proveitos e ganhos operacionais		6.379	4.379
(B)	36	820.468	794.919
Proveitos e ganhos financeiros	44	78.400	87.300
(D)		898.868	882.219
Proveitos e ganhos extraordinários	45	10.012	17.748
(F)		908.880	899.967
(milhares de Euros)			
Resultados operacionais: (B) - (A) =		79.862	53.089
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =		(58.947)	(38.925)
Resultados correntes: (D) - (C) =		20.915	14.164
Resultados antes de impostos e interesses minoritários: (F) - (E) =		26.856	26.335
Resultado líquido do exercício antes de interesses minoritários: (F) - (G) =		13.209	22.980
Resultado líquido do exercício: =		10.874	21.022
(milhares de Euros)			

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Funções em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

	Notas	Exercícios	
		2003	2002
Vendas e prestações de serviços	36	734.542	721.778
Custo das vendas e prestações de serviços		(636.927)	(681.147)
Resultados brutos		97.615	40.631
Outros proveitos e ganhos operacionais		52.445	78.213
Custos de distribuição		(6.825)	(6.181)
Custos administrativos		(34.148)	(31.986)
Outros custos e perdas operacionais		(36.522)	(15.662)
Resultados operacionais	36	72.565	65.015
Custo líquido de financiamento		(34.368)	(53.040)
Ganhos / (Perdas) em filiais e associadas, líquidos	44	8.980	8.546
Ganhos em outros investimentos, líquidos		(20.321)	5.814
Resultados correntes		26.856	26.335
Imposto sobre os resultados correntes	38	(13.647)	(3.355)
Resultados correntes após impostos	36	13.209	22.980
Interesses minoritários	54	2.335	1.958
Resultado líquido		10.874	21.022
		(milhares de Euros)	
Resultados por acção (Euros)		0,026	0,050

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

		Exercícios	
		2003	2002
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		746.336	832.685
Pagamento a fornecedores		(581.708)	(568.443)
Pagamento ao pessoal		(118.252)	(115.807)
Fluxo gerado pelas operações		46.376	148.435
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.620)	(15.886)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(16.684)	(25.236)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		27.072	107.313
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		3.364	6.462
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(1.498)	(2.918)
Fluxos das actividades operacionais (1)		28.938	110.857
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	61	3.417	99.438
Imobilizações corpóreas		4.773	13.559
Juros e proveitos similares		4.310	3.798
Títulos negociáveis		-	496
Dividendos	61	27.318	25.885
		39.818	143.176
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	61	(30.182)	(131.994)
Imobilizações corpóreas		(8.189)	(86.182)
Imobilizações incorpóreas		(4.102)	(3.338)
		(42.473)	(221.514)
Fluxos das actividades de investimentos (2)		(2.655)	(78.338)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.370.177	795.771
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.338.917)	(777.588)
Juros e custos similares		(40.338)	(54.628)
Dividendos		(4.409)	(4.198)
		(1.383.664)	(836.414)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(13.487)	(40.643)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)		12.796	(8.124)
Efeito das diferenças de câmbio		(1.115)	(3.331)
Caixa e seus equivalentes - alteração do perímetro de consolidação		486	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		39.936	51.391
Caixa e seus equivalentes no fim do período		52.103	39.936

(milhares de Euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Anexo às Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa

	Exercícios	
	2003	2002
Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	2.277	2.547
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	49.826	37.389
Caixa e seus equivalentes	52.103	39.936
Disponibilidades constantes do balanço	52.103	39.936

(milhares de Euros)

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("TEIXEIRA DUARTE" ou "Empresa"), com sede em Porto Salvo, foi constituída em 4 de Janeiro de 1934 e tem como actividade principal a Construção Civil e Obras Públicas.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas nas Notas 1, 3 e 5. As principais actividades do Grupo são as seguintes: Construção Civil e Obras Públicas; Imobiliária; Hotelaria; Comércio Alimentar; Distribuição de Combustíveis; Comércio Automóvel e Participações Financeiras (Nota 36).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de Euros.

1 - EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global, suas respectivas sedes sociais e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003 pelo Grupo, por mercados e actividades, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
MERCADO INTERNO				
CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS				
BEL - ERE - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,70%	99,70%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda. (a)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%	-	50,00%
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	60,00%	60,00%
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%	-	60,00%
IMOBILIÁRIA				
Cerrado dos Outeiros - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,99%	99,99%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	60,33%	39,62%	99,95%
Gedoisis - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto salvo	99,95%	0,02%	99,97%
Parcauto - Sociedade Imobiliária, S.A. (b)	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,80%	99,80%
Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A. (b)	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,80%	99,80%
S. Luis de Maranhão - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	100,00%	100,00%
Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto salvo	-	99,97%	99,97%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto salvo	-	99,97%	99,97%
TD Via - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto salvo	0,50%	86,98%	87,48%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto salvo	-	100,00%	100,00%
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto salvo	100,00%	-	100,00%
Tratado - Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	100,00%	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A. (b)	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	99,90%	99,90%

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
HOTELARIA				
Esta - Gestão de Hotéis, S.A.	Praça Bernardo Santareno, 5 C Lisboa	-	100,00%	100,00%
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	Av. República, 1 Faro	-	100,00%	100,00%
Heather Properties, SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	100,00%	100,00%
Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	-	89,96%	89,96%
DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS				
Álvaro Luis & Rui, Lda. (c)	Rua Treze de Janeiro, 38 Cadaval	-	98,58%	98,58%
E.C.T. - Empresa de Comércio de Tabacos, Lda.	Rua Elias Garcia, 410 Amadora	-	98,58%	98,58%
Gasoarco - Comércio de Combustíveis, S.A.	Rua Capitão Eliseu de Azevedo - Arco de Baúlhe Cabeceiras de Basto	-	98,58%	98,58%
Mercamonta - Montagem e Assistência a Postos de Abastecimento, Lda.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	97,47%	97,47%
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	55,93%	55,93%
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.	Rua Laura Alves, 19 - 1º Esq. Lisboa	-	84,81%	84,81%
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	98,58%	98,58%
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	98,27%	98,27%
PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	98,58%	98,58%
PTG - SGPS, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	98,58%	98,58%
Rocha & Monteiro, Lda.	Largo Paiva Couceiro, Estação Serviço Oeiras	-	93,97%	93,97%
S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. (c)	Estrada Nacional 109 - Orada Ovar	-	98,58%	98,58%
SPI - Sociedade de Petróleo Independente, S.A.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	-	94,44%	94,44%
SM - Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	98,58%	98,58%
Transportes Centrais de Matosinhos, Lda.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	98,58%	98,58%
COMÉRCIO AUTOMÓVEL				
TDO - Investimento e Gestão, Lda.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	0,46%	99,54%	100,00%
VTD - Veículos Automóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	100,00%	100,00%
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS				
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,00%	40,00%	60,00%
Eurogtd - Sistemas de Informação, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	-	78,69%	78,69%
RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. (c)	Rua Castilho, 59 - 7º Esq. Lisboa	60,00%	-	60,00%
SATU Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M. (a)	Edifício Paço de Arcos, E.N. 249/3 Paço de Arcos	49,00%	-	49,00%
TDO - SGPS, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	-	100,00%	100,00%
Tedal - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	0,01%	99,99%	100,00%

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
MERCADO EXTERNO				
ANGOLA				
IMOBILIÁRIA				
Afrimo - Empreendimentos Imobiliários, Lda. (c)	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	-	45,90%	45,90%
Angopredial - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	-	85,50%	85,50%
Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 35 - 5º C Luanda	-	90,00%	90,00%
Imoafro - Empreendimentos Imobiliários, Lda. (b)	Rua Amílcar Cabral, 35 - 5º C Luanda	-	81,00%	81,00%
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 C Luanda	80,00%	20,00%	100,00%
TDGI - Tecnologia de gestão de Imóveis, Lda.	Rua Comandante Cheguevara, 67 - 1º D Luanda	-	86,40%	86,40%
Urbáfrica - Sociedade Imobiliária, Lda. (b)	Rua Amílcar Cabral, 35 - 5º C Luanda	-	45,90%	45,90%
HOTELARIA				
Alvalade - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Rua Comandante Cheguevara, 67 - 1º D Luanda	-	100,00%	100,00%
Serafim L. Andrade, S.A.R.L.	Rua da Missão, 103 Luanda	-	80,00%	80,00%
COMÉRCIO ALIMENTAR				
Maxi - Comércio Geral, Importação e Exportação, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	-	72,00%	72,00%
COMÉRCIO AUTOMÓVEL				
Comércio de Automóveis, Lda.	Rua Frederich Engels, 9 Luanda	-	92,50%	92,50%
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 107 C Luanda	-	72,00%	72,00%
Vauco - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	-	47,18%	47,18%
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS				
Angocime - Cimentos de Angola, Lda.	Rua Comandante Cheguevara, 67 - 1º D Luanda	-	86,40%	86,40%
Betangola - Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda.	Rua Comandante Cheguevara, 67 - 1º D Luanda	-	94,00%	94,00%
ESPANHA				
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS				
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.	Rua Pintor Juan Gris, 5-1º A Madrid	64,60%	-	64,60%
GIBRALTAR				
CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS				
Teixeira Duarte International, LTD.	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	-	100,00%	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
MACAU E VENEZUELA				
CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS				
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA (a)	Av. Este, 6-Edif. Centro Parque Carabobo, Piso 6, Of. 601 - Caracas - Venezuela	17,04%	14,67%	31,71%
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Praia Grande, 693 - Edifício Tai Wah, 8º A-B Macau	80,00%	20,00%	100,00%
MOÇAMBIQUE				
CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS				
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	43,00%	21,19%	64,19%
HOTELARIA				
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	80,00%	20,00%	100,00%
Sociedade Hotel Alfacinha, Lda. (Tivoli - Beira)	Av. de Bagamoio, 363 Beira	-	98,21%	98,21%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda. (c)	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	-	65,00%	65,00%
IMOBILIÁRIA				
Imopar - Centro Comercial de Maputo, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	-	100,00%	100,00%
TDGI - Tecnologia de gestão de Imóveis, Lda.	Av, 24 de Julho, 141 Maputo	-	51,35%	51,35%

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação, pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do nº 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

(a) - Estas empresas, foram ainda incluídas pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea e) do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, as referidas empresas (Contrato de Gestão).

(b) - Em exercícios anteriores, estas empresas tinham sido excluídas da consolidação e registadas ao custo, dado que eram imateriais, quer individualmente, quer no seu conjunto.

(c) - Estas empresas foram consolidadas pelo método de integração global em 31 de Dezembro de 2003, tendo as mesmas sido consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 pelo método da equivalência patrimonial.

As empresas sediadas fora de Portugal não foram auditadas individualmente.

2 - EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Os investimentos financeiros em empresas excluídas da consolidação, registados nas rubricas partes de capital em empresas do grupo e associadas (Nota 50) ao custo de aquisição, suas respectivas sedes sociais e a proporção do capital detido pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2003, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Agrupamento para a Construção da Ponte do Sado, ACE	Bairro do Forno da Cal Alcácer do Sal	33,33%	-	33,33%
Avia Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	Rua do Alecrim, 38 Lisboa	-	43,87%	43,87%
Cintel - Construtora do Interceptor de Esgotos de Lisboa, Lda.	Av. das Forças Armadas, 125 - 4º C Lisboa	25,00%	-	25,00%
Ferdouro - Construção de Pontes e Ferrovias, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	45,00%	-	45,00%
Ferponte - Agrupamento para a Execução de Obras na Ponte sobre o Tejo em Lisboa, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 4º A Lisboa	50,00%	-	50,00%
Júpiter - Indústria Hoteleira, S.A.	Hotel Júpiter - Praia da Rocha Portimão	-	8,88%	8,88%

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Lote Seis - Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 4º A Lisboa	50,00%	-	50,00%
Mannesmann - Sudrohrbau - Engil- - Soares da Costa - Teixeira Duarte - Mota- - Agrupamento de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Alto do Seixal - Asseiceira Rio Maior	12,25%	-	12,25%
Metrotúnel - Trabalhos de Construção em Túnel dos 52º e 53º Troços Parciais da Linha Amarela, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	28,00%	8,00%	36,00%
MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.	Campo Grande, 382-4º C Lisboa	9,11%	-	9,11%
Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	Rua Cintura do Porto de Lisboa Matinha - Lisboa	9,00%	-	9,00%
Promociones Inmobiliarias, 3003, CA	Av. Este, 6 - Edif. Centro Parque Carabobo, Of. 601 Caracas - Venezuela	-	19,00%	19,00%
Soconstrói - Teixeira Duarte - Construtores de Parque de Estacionamento, ACE	Rua Dr. António Loureiro Borges, 74 - 6º - Miraflores Algés	50,00%	-	50,00%
Tecnoceano - Grupo de Empresas de Construção Civil, ACE	Doca dos Olivais Lisboa	25,00%	-	25,00%
Tedeven Imobiliária, CA	Av. Este, 6 - Edif. Centro Parque Carabobo, Of. 601 Caracas - Venezuela	-	29,17%	29,17%
Vijol - Comércio de Lubrificantes e Combustíveis, Lda.	Rua D. Jerónimo Osório, 11 - 1º Lisboa	-	98,58%	98,58%

Estas empresas não foram consolidadas dado serem imateriais, individualmente e no seu conjunto, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo (nº 1 do Artigo 4º do Dec.-Lei nº 238/91, de 2 de Julho).

3 - EMPRESAS REGISTADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, suas respectivas sedes e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.	Pinhal do Concelho, Aldeia das Açoteias Albufeira	-	24,95%	24,95%
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Rua Alexandre Herculano, 35 Lisboa	10,05%	9,93%	19,97%
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	Rua das Lagoas, Campo Raso Sintra	-	40,00%	40,00%
Gimob - SGPS, S.A.	Av. das Forças Armadas, 125, 4º C Lisboa	-	32,00%	32,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 141 - Maputo Moçambique	-	29,78%	29,78%
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	20,00%	-	20,00%
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A. (a)	Edifício 2, Lagoas Park Lisboa	19,00%	-	19,00%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%	9,75%	49,75%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no nº 13.6 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

A participação na Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., apesar de não atingir 20%, foi consolidada de acordo com este método pela relevância do investimento e tendo presente as obrigações resultantes para a accionista Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. do Concurso Público relativo à 4ª Fase de Reprivatização da Cimpor, SGPS, S.A.

(a) - A Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A. detem a totalidade do capital da Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A., a qual se encontra registada pelo método da equivalência patrimonial.

4 - PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

O Grupo possuía participações em partes de capital de um conjunto de empresas que foram excluídas do processo de consolidação, por serem materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do Grupo (Nota 50).

5 - EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL

As entidades consolidadas pelo método proporcional, suas respectivas sedes e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Acestrada - Construção de Estradas, ACE	Praça de Alvalade, 6-7 ^a Lisboa	20,00%	-	20,00%
Engil/Mota/Teixeira Duarte - Requalificações Urbanas, ACE	Av. Fabril do Norte, 1601 Matosinhos	33,33%	-	33,33%
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	25,00%	-	25,00%
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	Qta. Beirolas, Estaleiro Moscavide (Parque Expo) Lisboa	25,00%	-	25,00%
GCF - Grupo Construtor da Feira, ACE	Rua da Paz, 66 - 1 ^a - Sala 19 Porto	25,00%	-	25,00%
Metroligeiro - Construção de Infraestruturas, ACE	Estrada da Luz, 90-6 ^a E Lisboa	26,80%	-	26,80%
Metropaço - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2 ^a D Lisboa	33,33%	-	33,33%
Molinorte - Linha do Norte - Construção Civil, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	23,50%	-	23,50%
Somafel/Ferrovias, ACE	Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 93 - 7 ^a Lisboa	-	36,00%	36,00%
Teixeira Duarte/Opc - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3 ^a Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%	-	60,00%
Teixeira Duarte - Sopol - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	57,30%	-	57,30%
Teisomar - Obras Marítimas, ACE	Av. da República, 42 - 2 ^a Lisboa	50,00%	-	50,00%
Três Ponto Dois - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2 ^a C Lisboa	50,00%	-	50,00%

Estas entidades foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, já que se tratam de Agrupamentos Complementares de Empresas onde a gestão é exercida conjuntamente entre as empresas agrupadas.

6 - PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% OU MAIS EM EMPRESAS NÃO MENCIONADAS NAS NOTAS ANTERIORES

As seguintes empresas, em que o Grupo detem participações inferiores a 20% ou onde não exerce uma influência significativa na gestão, não são incluídas no perímetro de consolidação, estando valorizadas ao custo, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização:

Empresa	Sede	Participação
Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	Av. Praia Grande, 693 - Edifício Tai Wah, 14 ^a Macau	15,00%
Construlink - Tecnologias da Informação, S.A.	Travessa do Conde da Ponte, 24-1 ^a Lisboa	17,96%
Engenharia Hidráulica de Macau, Lda.	Rua Pedro José Lobo, 1 e 3 - 27 ^a - B Macau	10,00%
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	Av. da Boavista, 3521 - 2 ^a Porto	14,00%
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	19,99%
VSL Sistemas Portugal - Pré-Esforço, Equipamento e Montagens, S.A.	Estrada do Outeiro, Lote C - Piso 1 - Abóboda Cascais	11,22%
Web-Lab - SGPS, S.A.	Rua do Noronha, 1-1 ^a Lisboa	14,74%

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

7 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o número médio de empregados ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi o seguinte:

	Método de consolidação	
	Integral	Proporcional
Quadros superiores	500	3
Enquadramento	905	2
Pessoal especializado	3.235	14
Outros	1.664	4
	6.304	23

10 - DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

A rubrica de "Diferenças de consolidação" incluída em imobilizações incorpóreas compreende as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios das empresas do grupo e associadas na data da sua aquisição e apresenta a seguinte composição:

	Participação	Custo de aquisição	Diferenças de consolidação	Amortizações acumuladas
Álvaro Luis & Rui, Lda.	98,58%	289	289	116
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	19,97%	737.518	531.373	79.706
Gasarco - Comércio de Combustíveis, S.A.	98,58%	781	631	126
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.	64,60%	4.398	2.430	142
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	55,93%	895	811	405
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.	84,81%	2.079	625	312
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.	98,58%	1.225	423	212
Petrobeiras - Produtos Petrolíferos das Beiras, S.A.	98,27%	1.400	510	255
Rocha & Monteiro, Lda.	93,97%	110	28	14
S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	98,58%	1.338	1.172	235
SM - Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.	98,58%	1.398	734	367
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	60,00%	9.477	3.230	1.615
Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	99,97%	809	988	395
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	99,97%	19.287	1.644	493
Tedal - SGPS, S.A.	100,00%	299.965	9	4
Transportes Centrais de Matosinhos, Lda.	98,58%	54	21	11
Tratado - Sociedade Imobiliária e de Gestão, S.A.	100,00%	17.000	156	78
VTD - Veículos Automóveis, S.A.	100,00%	2.758	3.158	1.423
			548.232	85.909

O movimento no saldo desta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 (Nota 27) resultou, essencialmente, da diferença apurada na aquisição da participação na G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. e na consolidação pelo método integral, pela primeira vez no exercício de 2003, da Álvaro Luis & Rui, Lda. e da S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A..

A diferença de consolidação relativa à VTD - Veículos Automóveis, S.A., incorpora o valor das diferenças de consolidação apuradas na aquisição da Auto Dinis de Almeida & Freitas, S.A. e da Auto Garagem, Lda., as quais, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram objecto de um processo de fusão por incorporação na VTD - Veículos Automóveis, S.A..

O saldo da rubrica de "Diferenças de consolidação" em capitais próprios inclui, essencialmente, os efeitos derivados de movimentos de capitais próprios de empresas participadas.

14 - COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO DAS EMPRESAS INCLuíDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas consolidadas pela primeira vez no exercício de 2003, pelo método de integração global e pelo método proporcional, bem como a principal informação financeira em 31 de Dezembro de 2003, são as seguintes:

Denominação social	Activo	Passivo	Capital próprio
Afrimo - Empreendimentos Imobiliários, Lda. (a)	2.538	1.798	740
Álvaro Luis & Rui, Lda. (a)	5	3	2
Angocime - Cimentos de Angola, Lda. (c)	115	36	79
Betangola - Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda. (c)	12	1	11
Fundo Investimento Imobiliário Fechado TDF (e)	104.650	19.400	85.250
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. (d)	14.165	10.862	3.303
Imoafro - Empreendimentos Imobiliários, Lda. (b)	758	689	69
Parcauto - Sociedade Imobiliária, S.A. (b)	3.445	3.287	158
PPS - Produtos Petrolíferos, S.A. (c)	51	3	48
Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A. (b)	21.753	8.209	13.544
Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. (a)	1.260	1.237	23
S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. (a)	172	12	160
Sociedade Hotel Tivoli, Lda. (a)	1.450	994	456
Teixeira Duarte/Opca - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE (c)	17.311	17.311	-
Teixeira Duarte - Sopol - Metro Superfície, ACE (c)	682	682	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda. (c)	12	1	11
Urbáfrica - Sociedade Imobiliária, Lda. (b)	2	3	(1)
V8 - Gestão Imobiliária, S.A. (b)	12.513	12.417	96

(a) - Conforme referido na nota 1, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 estas empresas foram consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

(b) - Em exercícios anteriores estas empresas foram excluídas da consolidação por se considerar serem imateriais individualmente e no seu conjunto, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo.

(c) - Empresas constituídas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

(d) - Esta empresa foi adquirida pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 por 4.398 milhares de Euros, do que resultou o apuramento de uma diferença de compra de 2.430 milhares de Euros (Nota 10).

(e) - O Grupo detém 99,95% das unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF, as quais até ao exercício anterior estavam valorizadas ao custo. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo alterou o seu procedimento, passando a consolidar os activos, passivos, custos e proveitos do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF. Para esse efeito, procedeu previamente ao ajustamento das demonstrações financeiras do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF, de acordo com os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos do Grupo, conforme mencionado na nota 23.

A seguinte empresa, consolidada no exercício de 2002, foi excluída da consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, decorrente da respectiva alienação (Nota 27).

Denominação social	Sede
TDCIM - Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimento, S.A.	Rua Marquês de Pombal, 167 Sines

15 - CONSISTÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelas empresas englobadas na consolidação foram consistentes entre si e são os descritos na Nota 23.

17 - AMORTIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme indicado na Nota 10, o Grupo registou em imobilizado incorpóreo, o valor relativo às diferenças de aquisição de partes de capital ("Goodwill") em diversas empresas, as quais começaram a ser amortizadas no exercício de 1999, ou na data de aquisição quando posterior, considerando um período de dez anos, correspondente ao período estimado de recuperação dos investimentos realizados. Exceptua-se a diferença de compra apurada na aquisição da participação na Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. a qual está a ser amortizada em 20 anos por ser esse o período estimado de recuperação do investimento.

18 - CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As empresas englobadas na consolidação que detêm participações financeiras em associadas, adoptam o critério de as valorizar nas suas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial.

Os critérios de contabilização utilizados para a valorização das participações financeiras em empresas associadas não consolidadas, são os expostos na Nota 23 d).

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

21 - COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLuíDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2003, estavam vigentes contratos de factoring sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 38.032 milhares de Euros. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se, essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das facturas objecto de factoring.

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo possuía responsabilidades por letras descontadas não vencidas no montante de 667 milhares de Euros.

22 - GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, as seguintes empresas do Grupo tinham prestado garantias a terceiros, como se segue:

Entidade	Garantias bancárias	Garantias reais	Cauções
Acestrada - Construção de Estradas, ACE	11.648	-	-
Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda.	40	-	-
BEL-ERE - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.	968	-	-
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	1.935	-	-
Comércio de Automóveis, Lda.	48	-	-
E.C.T. - Empresa de Comércio de Tabacos, Lda.	4	-	-
Engil / Mota / Teixeira Duarte - Requalificações Urbanas, ACE	288	-	-
Epos - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.	7.504	-	-
Esta - Gestão de Hoteis, S.A.	4	-	-
Eurogtd - Sistemas de Informação, S.A.	43	-	-
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	534	1.152	-
Fundo Investimento Imobiliário Fechado TDF	1.400	-	-
Gasoarco - Comércio de Combustíveis, S.A.	75	-	-
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	270	-	-
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	543	-	-
GCF - Grupo Construtor da Feira, ACE	1.589	-	-
Gedois - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	130	1.299	-
G.S.C. - Companhia General de Servicios y Construcción, S.A.	1.562	-	-
Metropaço - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	2.646	-	-
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	5.386	-	1.279
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.	104	-	-
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.	6.722	-	-
Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A.	1.000	-	-
Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	282	-	-
S. Luis de Maranhão - Gestão Imobiliária, S.A.	-	1.496	-
Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	751	-	-
SM - Companhia Portuguesa de Distribuição de Petróleos e Derivados, S.A.	9	-	-
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	8.698	-	2.105
Teixeira Duarte/Opca - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	1.888	-	-
TD Via - Sociedade Imobiliária, S.A.	1.044	224	-
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	150	-	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	350	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	54	-	-
TDO - Investimentos e Gestão, Lda.	10.692	-	-
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA	2.368	-	-
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	670	-	-
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	132.736	-	-
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	9.816	-	-
Teixeira Duarte International, Ltd.	2.506	-	-
Três Ponto Dois - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	3	-	-
Vauco - Automóveis e Equipamentos, Lda.	48	-	-
VTD - Veículos Automóveis, S.A.	1.429	-	-
	217.937	4.171	3.384

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A. e a OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A., têm um seguro de caução prestado como garantia de boa execução de obras.

A garantia real prestada pela TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A. corresponde à reserva de compra de um terreno.

As garantias reais prestadas pela S. Luis de Maranhão - Gestão Imobiliária, S.A. e pela Gedois - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. correspondem à hipoteca de um terreno e de um edifício, respectivamente.

A garantia real prestada pela Eva - Sociedade Hoteleira, S.A. corresponde à hipoteca sobre um imóvel para garantia de pagamento de empréstimos internos obtidos por esta empresa.

23 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações das empresas incluídas na consolidação (Notas 1, 3 e 5), a partir dos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminadas no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e nos resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração dos resultados na rubrica "Interesses minoritários".

A consolidação das entidades referidas na Nota 5, efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método foram integradas nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, na proporção em que o Grupo nelas participa, tendo procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, bem como as diferenças apuradas na compra das participações financeiras (Nota 10). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos, à excepção das diferenças de consolidação que são amortizadas durante um período de 10 anos ou 20 anos (Nota 17), correspondente ao período estimado de recuperação dos respectivos investimentos financeiros.

b) Imobilizações corpóreas

A generalidade das imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao valor de aquisição reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, excepto alguns dos terrenos e edifícios relacionados com a actividade imobiliária, os quais foram reavaliados com base em estudos técnicos realizados por entidades especializadas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	3 a 7
Ferramentas e utensílios	3 a 7
Equipamento administrativo	2 a 10
Outras imobilizações corpóreas	1 a 4

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas entidades indicadas na Nota 3 encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. Estas diferenças encontram-se registadas na rubrica "Diferenças de consolidação" (Notas 10 e 17). De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas empresas por contrapartida de ganhos e perdas do exercício e por outras variações ocorridas nos capitais próprios, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital em associadas". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

Os investimentos financeiros em outras empresas participadas excluídas da consolidação e em títulos e outras aplicações financeiras encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal no caso dos empréstimos concedidos, estando eventuais diferenças para valores de mercado, ou de recuperação cobertos por provisões (Notas 4 e 50).

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em outras empresas participadas e em títulos e aplicações financeiras (dividendos e juros) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. É registada uma provisão para depreciação de existências nos casos em que o valor de mercado das mercadorias é inferior ao seu custo de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos às obras em curso

Para reconhecimento dos proveitos e dos custos das obras em curso, foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício os custos e os proveitos relacionados com obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em função da percentagem de acabamento das obras, a qual é determinada pela comparação e aplicação do menor dos rácios obtido entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados e os proveitos incorridos até à data e os proveitos totais estimados. São diferidos proveitos para fazer face a custos estimados com obras durante o período de garantia, de acordo com a legislação aplicável, bem como eventuais perdas estimadas em obras em curso.

g) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores (Nota 46).

h) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de valor de mercado.

i) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a construção e grandes reparações de equipamentos próprios efectuados pelas empresas do Grupo e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

j) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 58).

k) Saldos, transacções e investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2003. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício. Exceptuam-se as diferenças cambiais favoráveis, que quando não realizadas, são diferidas sempre que exista expectativa de reversibilidade das mesmas no futuro.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas, expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial". A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos; ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter as restantes rubricas de capital próprio.

l) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

m) Subsídios obtidos

Os subsídios atribuídos ao Grupo por investimentos efectuados são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos nas demonstrações dos resultados de forma consistente e proporcional às amortizações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados quando recebidos.

24 - COTAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003 foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os principais activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Pataca Macaense (MOP)	10,099
Bolivar Venezuelano (VEB)	2.018,27
Dólar Americano (USD)	1,263
Kwanza Angolano (AON)	98,0131
Metical Moçambicano (MZM)	29.179,7

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003
27 - MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Activo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Ajustamentos	Equivalência patrimonial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	4.005	241	-	40	-	(745)	3.541
Despesas de investigação e de desenvolvimento	339	1	-	-	-	10	350
Propriedade industrial e outros direitos	2.587	658	-	1	-	1.493	4.739
Trespases	2.714	1	-	25	-	(2.716)	24
Diferenças de consolidação	544.341	-	-	2.430	-	1.461	548.232
Imobilizações em curso	1.999	2	-	1.606	-	(121)	3.486
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	268	(259)	-	-	-	(9)	-
	556.253	644	-	4.102	-	(627)	560.372
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	13.791	19	-	243	(80)	17.769	31.742
Edifícios e outras construções	192.734	33.619	-	11.171	(5.359)	43.073	275.238
Equipamento básico	139.824	495	-	10.454	(3.675)	(745)	146.353
Equipamento de transporte	14.646	2.540	-	1.421	(794)	(146)	17.667
Ferramentas e utensílios	23.778	13	-	969	(9)	(917)	23.834
Equipamento administrativo	25.007	(477)	-	5.283	(411)	4.661	34.063
Outras imobilizações corpóreas	7.963	1.524	-	351	(3)	(6.048)	3.787
Imobilizações em curso	51.956	(4.047)	-	29.644	(32)	(49.081)	28.440
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	804	-	-	569	-	(1.366)	7
	470.503	33.686	-	60.105	(10.363)	7.200	561.131
Investimentos financeiros:							
Partes capital em empresas do grupo	1.961	(1.698)	-	10	(198)	-	75
Partes capital em empresas associadas	206.936	-	(3.107)	367	(15)	472	204.653
Empréstimos a empresas associadas	791	(791)	-	-	-	-	-
Títulos e outras aplicações financeiras	271.856	(78.186)	-	29.816	(2.926)	(457)	220.103
Adiantamentos por conta de invest. financeiros	5.252	(5.237)	-	-	-	(15)	-
	486.796	(85.912)	(3.107)	30.193	(3.139)	-	424.831

Amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Ajustamentos	Reforço	Diminuições	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	3.738	214	224	-	(813)	3.363
Despesas de investigação e de desenvolvimento	236	1	107	-	-	344
Propriedade industrial e outros direitos	1.030	348	147	-	(691)	834
Trespases	-	-	-	-	-	-
Diferenças de consolidação	57.551	-	28.153	-	205	85.909
	62.555	563	28.631	-	(1.299)	90.450
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	26.196	(1.688)	7.026	(788)	(119)	30.627
Equipamento básico	104.010	112	11.636	(3.193)	(714)	111.851
Equipamento de transporte	12.270	459	1.737	(692)	(109)	13.665
Ferramentas e utensílios	20.534	(18)	1.762	(8)	(848)	21.422
Equipamento administrativo	16.773	(9)	3.612	(388)	1.401	21.389
Outras imobilizações corpóreas	3.264	594	190	(1)	(2.102)	1.945
	183.047	(550)	25.963	(5.070)	(2.491)	200.899
Investimentos financeiros:						
Títulos e outras aplicações financeiras	-	-	1	-	-	1

Os montantes incluídos na coluna de "Ajustamentos" correspondem essencialmente a: (i) saldos em 31 de Dezembro de 2002 das empresas consolidadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 e aos saldos naquela data das empresas excluídas da consolidação neste exercício e que tinham sido consolidadas no exercício anterior (Nota 14); e (ii) efeito cambial da conversão dos saldos das empresas englobadas na consolidação cujas demonstrações financeiras são originalmente expressas em moeda estrangeira.

O reforço de amortizações inclui um montante de 426 milhares de euros que foi registado como custo extraordinário (Nota 45).

O reforço de amortizações para investimentos financeiros foi registado como custo financeiro (Nota 44).

Os ajustamentos nas rubricas de "Investimentos financeiros" são como segue:

Partes de capital em empresas do grupo:

TDCIM - Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimento, S.A. (c)	169
Producciones Verdi, S.L. (b)	60
S. Bento - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. (a)	(1.214)
Afrimo - Empreendimentos Imobiliários, Lda. (a)	(376)
Sociedade Hotel Tivoli, Lda. (a)	(198)
Álvaro Luis & Rui, Lda. (a)	(137)
Urbáfrica - Sociedade Imobiliária, Lda. (a)	(2)
	(1.698)

Empréstimos a empresas associadas:

Recolte - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. (a)	(791)
--	--------------

Títulos e outras aplicações financeiras:

Fundo Investimento Imobiliário Fechado TDF (a)	(78.186)
--	-----------------

Adiantamentos por conta de investimentos financeiros:

Cerrado dos Outeiros - Sociedade Imobiliária, S.A. (a)	(2.494)
Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A. (a)	(1.542)
V8 - Gestão Imobiliária, S.A. (a)	(769)
Parcauto - Sociedade Imobiliária, S.A. (a)	(432)
	(5.237)

(a) Conforme referido na Nota 14, estas empresas participadas foram consolidadas pelo método de integração global, pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

(b) Esta empresa é detida pela G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A., que foi consolidada pelo método de integração global, pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 (Nota 14).

(c) Conforme referido na Nota 14, esta empresa, consolidada no exercício de 2002, foi excluída da consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, decorrente da respectiva alienação (Nota 27).

Conforme referido na Nota 10, o aumento ocorrido, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, na rubrica de "Diferenças de consolidação" resulta da diferença apurada na aquisição da participação financeira na G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A..

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, tem o seguinte impacto:

	Ganhos/(Perdas) (Nota 44)	Dividendos recebidos	Ajustamentos de partes de capital (Nota 53)	Provisões (Nota 46)	Total
Partes de capital em empresas associadas:					
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.	(126)	-	760	-	634
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	37.130	(21.476)	(19.585)	-	(3.931)
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	4	-	-	-	4
Gimob - SGPS, S.A.	31	-	-	-	31
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, SARL.	(1)	-	-	1	-
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	(95)	-	315	-	220
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	191	(224)	(32)	-	(65)
	37.134	(21.700)	(18.542)	1	(3.107)

Os ajustamentos de partes de capital relativos à Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. respeitam, essencialmente, às variações patrimoniais negativas registadas nesta participada e decorrentes da conversão para Euros de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira relativas a empresas suas participadas localizadas no estrangeiro.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

Os aumentos ocorridos na rubrica de "Investimentos financeiros", foram como segue:

Partes de capital em empresas do grupo:

TDCIM - Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimento, S.A.	10
---	-----------

Partes de capital em empresas associadas:

Lima Petróleos, Lda.	140
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	102
Petrosório, Lda.	100
Avia Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	25
	367

Títulos e outras aplicações financeiras:

BCP - Banco Comercial Português, S.A.	22.467
Fundo Investimento Imobiliário Fechado TDF	7.218
Avia Development, AG	50
Vilfer, S.A.	21
Outros	60
	29.816

Os investimentos financeiros nestas empresas encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos por provisão por perdas estimadas, quando aplicável (Nota 50).

As alienações de investimentos financeiros foram como segue:

Partes de capital em empresas do grupo:

TDCIM - Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimento, S.A.	179
Atlasgeste - Hotelaria, Turismo e Comércio Internacional, S.A.	19
	198

Partes de capital em empresas associadas:

Avia Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	15
---	-----------

Títulos e outras aplicações financeiras:

Etergest - SGPS, S.A.	2.924
Outros	2
	2.926

34 - DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Em 31 de Dezembro de 2003, existiam dívidas a terceiros no montante de 4.171 milhares de Euros garantidas por hipotecas sobre imóveis e terrenos pelo montante de 4.171 milhares de Euros (Nota 22).

36 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em termos operacionais, o Grupo encontra-se organizado em seis segmentos principais:

- Construção civil e obras públicas;
- Imobiliário;
- Hotelaria;
- Comércio alimentar;
- Distribuição combustíveis;
- Comércio automóvel.

A principal informação financeira por cada um dos segmentos de negócio, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, é a seguinte:

	Construção civil e obras públicas	Imobiliário	Hotelaria	Comércio alimentar	Distribuição combustíveis	Comércio automóvel	Participações financeiras	Eliminações	Consolidado
Réditos:									
Vendas externas	408.010	62.009	37.466	34.038	149.911	31.814	11.294	-	734.542
Vendas intersegmentais	79.344	4.318	5.197	2.941	1.637	5.909	3.389	(102.735)	-
Réditos totais	487.354	66.327	42.663	36.979	151.548	37.723	14.683	(102.735)	734.542
Resultado segmentado	60.632	32.936	12.622	3.850	263	901	1.799	535	113.538
Gastos da empresa não imputados	(32.665)	(1.589)	(2.466)	(236)	(1.001)	(840)	(2.176)	-	(40.973)
Resultados operacionais	27.967	31.347	10.156	3.614	(738)	61	(377)	535	72.565
Gastos de juros	(24.985)	(22.498)	(2.846)	(353)	(1.648)	(619)	(7.026)	10.700	(49.275)
Proveitos de juros	20.992	4.063	31	21	190	498	347	(11.235)	14.907
Partes de lucros líquidas em associadas	2.930	(650)	-	-	(524)	-	7.224	-	8.980
Ganhos em outros investimentos	519	(1.788)	45	-	(89)	-	(19.008)	-	(20.321)
Impostos s/ lucros	(9.815)	(4.650)	(119)	-	264	274	399	-	(13.647)
Resultados de actividades ordinárias	17.608	5.824	7.267	3.282	(2.545)	214	(18.441)	-	13.209
Interesses minoritários	1.423	158	242	638	(69)	89	(146)	-	2.335
Resultado líquido	16.185	5.666	7.025	2.644	(2.476)	125	(18.295)	-	10.874
Outras informações:									
Activos do segmento	1.105.820	941.964	144.512	21.581	65.009	49.497	479.471	(1.186.068)	1.621.786
Investimento em associadas	107.669	1.272	-	-	-	-	95.350	-	204.291
Activos totais consolidados									1.826.077
Passivos do segmento	891.598	727.819	103.114	19.460	50.554	13.344	234.500	(475.799)	1.564.590
Passivos totais consolidados									1.564.590
Depreciações	13.942	2.489	5.223	172	1.630	991	1.568	-	26.015
Outros gastos não desembolsados diferentes da depreciação	3.587	80	153	-	681	210	21	-	4.732

As vendas e prestações de serviços por mercados geográficos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, distribuem-se da seguinte forma:

Portugal	601.671
Angola	117.516
Espanha	7.623
Moçambique	7.505
Macau e Venezuela	227
	734.542

O conjunto dos proveitos operacionais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, possui o seguinte detalhe por mercado geográfico:

	Mercado interno	Mercado externo	Total
Construção civil e obras públicas	403.246	37.132	440.378
Imobiliária	109.346	1.497	110.843
Hotelaria	6.285	32.159	38.444
Comércio alimentar	-	34.042	34.042
Distribuição de combustíveis	150.187	-	150.187
Comércio automóvel	8.540	26.579	35.119
Participações financeiras	3.828	7.627	11.455
	681.432	139.036	820.468

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

Os activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas por mercado geográfico em 31 de Dezembro de 2003, são como segue:

	Activos líquidos segmentais	Investimentos
Portugal	1.591.481	48.078
Angola	195.414	9.059
Moçambique	19.708	6.769
Espanha	14.164	298
Macau e Venezuela	5.310	3
	1.826.077	64.207

38 - DIFERENÇAS ENTRE O RESULTADO CONTABILÍSTICO E FISCAL

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 - Imposto sobre o rendimento (Nota 23 alínea I).

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a taxa de imposto referida, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação dos normativos dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, quanto à sua natureza e impacto são como segue:

	Saldo		Constituição		Reversão		Efeito	Saldo
	Inicial	Ajustamento	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	alteração de taxa	final
Activos por impostos diferidos:								
Provisões para depreciação existências	-	-	42	-	-	-	-	42
Provisões para prejuizos em obras	-	-	29	-	-	-	-	29
Prejuizos fiscais reportáveis	22.461	(38)	289	109	(2.349)	(271)	(3.190)	17.011
Outros	-	20	42	-	-	-	-	62
	22.461	(18)	402	109	(2.349)	(271)	(3.190)	17.144
Passivos por impostos diferidos:								
Reavaliações de imobilizações corpóreas	689	-	-	1.156	(76)	(64)	-	1.705
Ganhos tributados em períodos futuros	422	-	-	3	(147)	-	-	278
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	7.584	-	-	-	-	-	(1.264)	6.320
Outras diferenças temporárias	-	188	99	-	-	-	-	287
	8.695	188	99	1.159	(223)	(64)	(1.264)	8.590

A composição do Imposto sobre o Rendimento em 31 de Dezembro de 2003, é a seguinte:

Imposto corrente	9.898
Imposto diferido	3.749
Imposto Exercício	13.647

39 - REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no exercício findo em 31 Dezembro de 2003, foram as seguintes:

	Fixas	Variáveis	Totais
Conselho de Administração:			
Membros executivos	379	337	716
Membros não executivos	98	7	105
Fiscal Único	40	-	40
	517	344	861

41 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

As diversas empresas que integram o Grupo, procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei Nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei Nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei Nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei Nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei Nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei Nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei Nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei Nº 31/98, de 11 de Fevereiro

42 - REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2003, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores reavaliados
Terrenos e recursos naturais	757	612	1.369
Edifícios e outras construções	10.297	4.684	14.981
Equipamento básico	469	116	585
Ferramentas e utensílios	1	-	1
Equipamento administrativo	35	1	36
Outras imobilizações corpóreas	8	1	9
	11.567	5.414	16.981

Face à legislação em vigor, 40% do montante das amortizações relativas à parcela reavaliada não é aceite como custo para efeitos da determinação da matéria colectável em sede do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota 23 b), alguns dos terrenos e edifícios relacionados com a actividade imobiliária foram reavaliados com base em estudos técnicos realizados por entidades especializadas. O acréscimos de amortizações correspondente a estas reavaliações não é aceite como custo para efeito de determinação da matéria colectável em sede do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

44 - DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
Juros suportados	42.932	53.036	Juros obtidos	12.195	3.059
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 27)	1	-	Rendimentos de títulos de participação b)	5.618	7.048
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 27)	222	211	Rendimentos de imóveis	242	740
Provisões para aplicações financeiras (Nota 46)	26.857	8.481	Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 27)	37.356	36.622
Diferenças de câmbio desfavoráveis	36.138	34.186	Diferenças de câmbio favoráveis	18.909	37.806
Descontos de pronto pagamento concedidos	22	37	Descontos de pronto pagamento obtidos	1.367	1.494
Outros custos e perdas financeiros a)	31.175	30.274	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	9
	137.347	126.225	Outros proveitos e ganhos financeiros	2.713	522
Resultados financeiros	(58.947)	(38.925)			
	78.400	87.300		78.400	87.300

a) Esta rubrica inclui 28.153 milhares de Euros correspondente à amortização das diferenças de consolidação (Notas 10 e 27).

b) Esta rubrica inclui 5.323 milhares de Euros, correspondente aos dividendos recebidos do BCP - Banco Comercial Português, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

45 - DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2003	2002		2003	2002
Donativos	64	117	Restituição de impostos	6	599
Dívidas incobráveis	100	36	Ganhos em existências	692	226
Perdas em existências	166	63	Ganhos em imobilizações	2.130	9.462
Perdas em imobilizações	1.885	736	Benefícios de penalidades contratuais	284	6
Multas e penalidades	266	333	Redução de amortizações e provisões (Nota 46)	314	1.064
Aumento das amortizações e provisões (Nota 27)	426	859	Correcções relativas a exercícios anteriores	209	3.015
Correcções relativas a exercícios anteriores	463	1.811	Outros proveitos e ganhos extraordinários a)	6.377	3.376
Outros custos e perdas extraordinários	701	1.622			
	4.071	5.577			
Resultados extraordinários	5.941	12.171			
	10.012	17.748		10.012	17.748

a) Esta rubrica inclui 3.715 milhares de Euros, resultante da regularização de adiantamentos de clientes que se comprovou, pela sua natureza e antiguidade, não serem exigíveis, sendo como tal passíveis de correcção e 1.151 milhares de Euros referente a indemnizações.

46 - MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Ajustamentos	Aumentos	Redução / Utilização	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	97.644	(892)	4.408	(8.257)	92.903
Provisões para riscos e encargos	2.266	(795)	28	(1.102)	397
Provisões para depreciação de existências	1.395	(249)	296	(9)	1.433
Provisões para investimentos financeiros (Nota 44)	8.481	33	26.857	-	35.371
Provisões para aplicações de tesouraria	32	(6)	-	-	26
	109.818	(1.909)	31.589	(9.368)	130.130

Os montantes incluídos na coluna de "Ajustamentos" correspondem essencialmente a: (i) saldos em 31 de Dezembro de 2002 das empresas consolidadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 e aos saldos naquela data das empresas excluídas da consolidação neste exercício e que tinham sido consolidadas no exercício de 2002 (Nota 14); e (ii) efeito cambial na conversão dos saldos das empresas consolidadas cujas demonstrações financeiras são expressas em moeda estrangeira.

O aumento de provisões para investimentos financeiros, registado como custo financeiro (Nota 44), inclui uma provisão de 1.072 milhares de Euros relativa à participação na Web-Lab - SGPS, S.A., e uma provisão de 25.785 milhares de Euros relativa aos títulos do BCP, destinada a reduzir o valor dos mesmos ao correspondente valor de mercado, ou de recuperação (Nota 50).

A redução de provisões para cobrança duvidosa e provisões para riscos e encargos, inclui 223 milhares de Euros e 71 milhares de Euros respectivamente, que foram registados como proveito extraordinário (Nota 45).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo procedeu à regularização de créditos provisionados por utilização directa das provisões que se encontravam constituídas.

47 - BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003, as empresas do grupo mantêm os seguintes bens de regime de locação financeira:

Rubrica	Custo aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imobilizações corpóreas:			
Terreno e recursos naturais	1.010	-	1.010
Edifícios e outras construções	393	121	272
Equipamento básico	10.537	3.212	7.325
Equipamento de transporte	341	172	169
Ferramentas e utensílios	13	13	-
	12.294	3.518	8.776

Conforme indicado na Nota 23 c), o Grupo regista pelo método financeiro os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira.

Em 31 de Dezembro de 2003, encontra-se registado em imobilizado corpóreo um montante de 12.294 milhares de Euros, relativo ao valor de aquisição desses bens e na rubrica "Fornecedores de imobilizado, conta corrente" o montante de 7.737 milhares de Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais 5.834 milhares de Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

50 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2003, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Partes de capital em empresas do grupo:

Producciones Verdi, S.L.	60
Ferponte - Agrupamento para a Execução de Obras na Ponte sobre o Tejo em Lisboa, ACE	8
TDU - Urbanizações, S.A.	7
	75

Partes de capital em empresas associadas:

Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	191.877 a)
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	9.839 a)
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	1.094 a)
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.	905 a)
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	421 a)
Lima Petróleos, Lda.	140
Gimob - SGPS, S.A.	122 a)
Petrosório, Lda.	100
Link Trade & Investments, Ltd.	60
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	33 a)
Avia Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	25
Lubrilameirão - Comércio de Combustíveis, Lda.	20
Petropais - Combustíveis e Lubrificantes, Lda.	17
	204.653

Títulos e outras aplicações financeiras:

BCP - Banco Comercial Português, S.A.	166.379 b)
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	30.090 b)
BCP - Capital Finance Limited	6.646
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	4.494
Web-Lab - SGPS, S.A.	2.997
Etergest - SGPS, S.A.	2.080
Coba - Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, S.A.	980
Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	805
Júpiter - Indústria Hoteleira, S.A.	748
Cimilonga - Imobiliária, S.A.	670
Imocipar - Imobiliária, S.A.	670
Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	553
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	456
BCP - DEPFA	449
Longavia - Imobiliária, S.A.	335
Matadouro de Macau, S.A.R.L.	317
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	299
VSL Sistemas Portugal - Pré-Esforço, Equipamento e Montagens, S.A.	258
Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205
Eur Accrual Notes 2007	200
Bescleasing - Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A.	99
Avia Development, AG	75
Bescleasing - Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S.A.	70
Construlink - Tecnologias da Informação, S.A.	50
Engenharia Hidráulica de Macau, Lda.	40
Vilfer, S.A.	36
Indáqua - Feira	25
Outros	77
	220.103
	424.831

a) Estas empresas encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme descrito nas Notas 3 e 23 d)

b) Em 31 de Dezembro de 2003, a percentagem de participação do Grupo no capital destas empresas era a seguinte:

Empresas	Percentagem participação
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	2,32%
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	19,99%

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi constituída provisão de 25.785 milhares de Euros (Nota 46) para reduzir o valor da participação no BCP ao correspondente valor de mercado, ou de recuperação.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

52 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Teixeira Duarte encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 de acções com o valor nominal de cinquenta cêntimos de Euro cada.

53 - VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências/Ajuste	Saldo final
Capital	210.000	-	-	-	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas (Nota 27)	(56.309)	-	(18.542)	-	(74.851)
Diferenças de consolidação (Nota 10)	242	-	-	-	242
Reservas de reavaliação	7	-	-	(4)	3
Reserva legal	5.999	-	-	1.101	7.100
Reservas livres	33.498	-	-	12.012	45.510
Ajustamentos de conversão cambial	(3.331)	-	(8.004)	-	(11.335)
Resultados transitados	44.139	6.476	-	3	50.618
Resultado líquido do exercício	21.022	10.874	-	(21.022)	10.874
	255.267	17.350	(26.546)	(7.910)	238.161

Reservas de reavaliação

Estas reservas resultam da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 41). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não podem ser distribuídas aos accionistas e só podem ser utilizadas em determinadas condições para futuro aumento do capital.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados de 2002

Em reunião de Assembleia Geral de Accionistas realizada em 9 de Maio de 2003 foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, tendo sido deliberada a seguinte aplicação de resultados:

Dividendos	4.410
Distribuição aos trabalhadores	3.500
Reserva legal	1.100
Reservas livres	12.012
	21.022

54 - INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários registados no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 e na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, respeitam à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados das seguintes empresas do Grupo:

	Capitais próprios	Resultados
Afrimo - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	370	77
Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda.	411	82
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	293	(173)
Epos - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.	3.076	167
Eurogtd - Sistemas de Informação, S.A.	420	16
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.	1.169	91
Maxi - Comércio Geral, Importação e Exportação, Lda.	607	638
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.	125	(29)
Petras - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, Lubrificantes e Gás Natural, S.A.	353	(4)
Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A.	27	-
SATU - Oeiras - Sistema Automática de Transporte Urbano, E.M.	524	8
Serafim L. Andrade, SARL.	2.567	176
Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	619	(16)
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	160	(1)
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	9.590	706
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA	1.488	290
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	1.334	224
TD Via - Sociedade Imobiliária, S.A.	115	(3)
Outros	78	86
	23.326	2.335

55 - DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2003, o detalhe das dívidas a instituições de crédito era o seguinte:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos obtidos:		
Empréstimos bancários:		
Empréstimos internos	45.840	866.035
Empréstimos externos	17.376	3.676
Contas caucionadas	105.840	27.995
Descobertos autorizados	59.218	-
Papel comercial	24.940	-
Outros empréstimos obtidos	5.813	2.422
	259.027	900.128

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos classificados a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

2005	846.925
2006	8.103
2007	11.359
2008 e seguintes	33.741
	900.128

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos bancários em moeda estrangeira encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	Valor em divisa	Valor em milhares Euros
Kwanza Angolano (AON)	530.950.843	5.417
Dólares Americanos (USD)	16.349.341	12.945
		18.362

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual de 3,48%. Relativamente aos empréstimos externos a taxa de juro está indexada à Libor, a 30 dias, acrescida de 0,5%.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

Os empréstimos bancários internos contratados pelo Grupo, resultam essencialmente de:

Empréstimo contratado pelo Grupo junto do Banco Comercial Português em 13 de Abril de 1998, no montante total de 34.916 milhares de Euros, cujo vencimento total ocorrerá em 8 de Abril de 2008.

Empréstimos contratados pelo Grupo em 24 de Agosto de 2001 junto do Banco Comercial Português e da Caixa Geral de Depósitos, de valor idêntico, no montante total de 410.567 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 24 de Agosto de 2005.

Em 28 de Dezembro de 2001 foi contratado empréstimo junto do Banco Comercial Português no montante de 400.000 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 28 de Dezembro de 2005.

Em 5 de Dezembro de 2003 foi contratado empréstimo junto do Banque Nationale de Paris no montante de 2.500 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 3 de Fevereiro de 2004.

Em 19 de Dezembro de 2003 foi contratado empréstimo junto do Banco Português de Investimento no montante de 5.000 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 16 de Janeiro de 2004.

Em 23 de Dezembro de 2003 foi contratado empréstimo junto do Banco Espírito Santo no montante de 4.980 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 22 de Janeiro de 2004.

Em 29 de Dezembro de 2003, o Grupo contratou três empréstimos junto do Banco Comercial Português, da Caixa Geral de Depósitos e do Banco Português Investimento, no montante de 800, 12.000 e 12.000 milhares de Euros, respectivamente, cujos vencimentos ocorrerão em 28 de Janeiro de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo contratou empréstimo junto do Banco Popular Español, no montante de 25.000 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de Novembro de 2008.

O Grupo tem contratado com sindicatos bancários a colocação e tomada em firme de emissões particulares de papel comercial até ao limite de 24.940 milhares de Euros, ao abrigo de um contrato programa válido até 6 de Janeiro de 2006, renovável por períodos de um ano. Em 31 de Dezembro de 2003 esta colocação estava a ser utilizada na totalidade.

56 - IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 30%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa (enquanto sociedade dominante) e algumas das participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é superior ou igual a 90%) optaram pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Nesta conformidade, os resultados fiscais daquelas participadas concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção por este regime conduz a que o custo com o imposto sobre o Rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa participada e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na Empresa, enquanto sociedade dominante.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que eventuais correcções resultantes de tais revisões não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003.

57 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	11.065
Saldos credores:	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	
Estimativa do imposto	9.898
Pagamentos por conta e retenção na fonte	(6.092)
	3.806
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - retenção na fonte	1.031
Imposto sobre o Valor Acrescentado	12.733
Restantes impostos	138
Contribuição para a Segurança Social	1.819
Outras tributações	62
	19.589

58 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:	
Juros a receber	948
Valores a facturar	5.416
Outros acréscimos de proveitos	2.959
	9.323
Custos diferidos:	
Seguros pagos antecipadamente	1.365
Juros a pagar	54
Diferenças câmbio desfavoráveis	4.315
Encargos comerciais com benefício futuro	1.303
Capitalização de encargos financeiros	3.015
Contratos de fornecimento e publicidade	1.595
Outros custos diferidos	3.670
	15.317
Acréscimos de custos:	
Seguros a liquidar	311
Encargos com férias e subsídio de férias	8.592
Juros a liquidar	2.594
Custos incorridos em obras em curso	8.556
Outros acréscimos de custos	2.101
	22.154
Proveitos diferidos:	
Trabalhos facturados não executados	20.375
Juros de letras a receber	688
Subsídios ao investimento	2.256
Proveitos diferidos de obras - período de garantia	55.050
Diferenças de câmbio favoráveis	120
Outros proveitos diferidos	11.696
	90.185

Os proveitos diferidos de obras correspondem a valores não reconhecidos como resultados e que se destinam a fazer face a custos a incorrer no período de garantia das obras, tal como indicado na Nota 23 f).

Os trabalhos facturados e não executados resultam da aplicação do método da percentagem de acabamento, tal como indicado na Nota 23 f).

59 - DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi determinado como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	41.234	8.815
Compras	190.323	102.582
Regularizações de existências	44.480 a)	861 b)
Existências finais	99.073	7.168
Custos no exercício	176.964	105.090

a) Este montante é relativo a custos apurados pela Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A. pela venda de imóveis que se encontravam registados na rubrica " Produtos acabados e intermédios", bem como pelas regularizações originadas pela alteração do perímetro de consolidação (Nota 14) e regularizações originadas pela Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda., TDA - Comércio e Indústria, Lda., Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda., Esta - Gestão de Hotéis, S.A., TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A. e S. Luis de Maranhão - Gestão Imobiliária, S.A..

b) Este montante é relativo às regularizações originadas pela alteração do perímetro de consolidação (Nota 14), e a regularizações originadas pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda., Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda, e Serafim L. Andrade, S.A.R.L..

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

60 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, é como segue:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	8.842	97.712
Regularizações de existências	(469) a)	23.834 b)
Existências iniciais	656	39.807
Aumento/redução no exercício	8.655	34.071

a) Este montante inclui essencialmente as regularizações de existências relativas à Soprocine - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (Nota 59) bem como a regularizações originadas pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

b) Este montante é relativo às regularizações originadas pela inclusão de novas empresas no perímetro de consolidação (Nota 14), bem como a regularizações originadas pelas empresas Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda., VTD - Veículos Automóveis, S.A., Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda. e TDA - Comércio e Indústria, Lda..

Em 31 de Dezembro de 2003, os produtos e trabalhos em curso respeitam ao seguinte:

Obras em curso - diferença entre custos incorridos e valores facturados (Nota 23 f))	38.511
Empreendimentos imobiliários	59.201
	97.712

Os empreendimentos imobiliários em 31 de Dezembro de 2003 estão a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A.	20.935
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	17.690
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	11.737
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	4.233
Parcauto - Sociedade Imobiliária, S.A.	3.106
S. Luis de Maranhão - Gestão Imobiliária, S.A.	1.117
Angoimo - Empreendimentos e Construções, Lda.	383
	59.201

61 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

Etergest - SGPS, S.A.	2.924
TDCIM - Concessão da Construção de Instalações, Exploração, Movimentação e Armazenamento de Cimento, S.A.	455
Outros	38
	3.417

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 respeitam a aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

BCP - Banco Comercial Português, S.A.	22.467
Fundo Investimento Imobiliário Fechado TDF	7.218
Outros	497
	30.182

Os dividendos recebidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foram como segue:

Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	21.476
BCP - Banco Comercial Português, S.A.	5.323
Outros	519
	27.318



Mariquito, Correia & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição no CMVM Nº 2235 • Inscrição na OROC Nº 31

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas:

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Balanço Consolidado, Demonstrações Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, apresentados pela Administração da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.
2. Acompanhamos regularmente a evolução da actividade e dos negócios da empresa e suas participadas, verificámos a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento das disposições legais em vigor, tendo recebido da Administração e dos Serviços todas as informações e esclarecimentos que solicitámos.
3. As demonstrações financeiras referidas foram por nós examinadas na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, tendo emitido a respectiva Certificação Legal das Contas.
4. Considerando:
 - a) Que o relatório consolidado de gestão, descreve com clareza e fidelidade a evolução dos negócios do universo das empresas compreendidas na consolidação;
 - b) Que a elaboração das contas consolidadas foi efectuada nos termos do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho;

Somos de parecer que os referidos documentos estão em condições de merecer a aprovação da Assembleia Geral.

Linda-a-Pastora, 13 de Abril de 2004

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC

Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia um total de 1.826.077 milhares de euros e um total de capital próprio de 238.161 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 10.874 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e

divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 8.1 Os valores relativos ao exercício de 2002 são apresentados para efeitos comparativos, em observância ao Plano Oficial de Contabilidade e as respectivas demonstrações financeiras foram por nós revistas, tendo sido emitida a Certificação Legal das Contas com data de 21 de Abril 2003, a qual continha uma ênfase relativa à contabilização pela primeira vez dos impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, que não é aplicável no corrente exercício.

Linda-a-Pastora, 13 de Abril de 2004

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC

Representada por:



António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

EXTRACTO DA ACTA Nº 160
DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL REALIZADA EM
30 DE ABRIL DE 2004

Dando cumprimento ao disposto no artigo 6.º do Regulamento da CMVM n.º 11/2000, na redacção dada pelos Regulamentos da CMVM n.ºs 24/2000, 13/2002 e 11/2003, transcreve-se, da Acta da Assembleia Geral Anual referida em epígrafe, o seguinte extracto, relativo à aprovação de contas e à aplicação de resultados do exercício de 2003:

——— Aos trinta de Abril de 2004, pelas dezassete horas, nas instalações da sede social sitas no Edifício 2 do “Lagoas Park”, na freguesia de Porto Salvo e concelho de Oeiras, reuniram em Assembleia Geral Anual os accionistas da sociedade anónima e aberta “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”, com o capital social integralmente realizado de duzentos e dez milhões de Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) sob o número 15.544 e titular do cartão de identificação de pessoa colectiva nº 500.097.488 e do Alvará de Construção n.º 24.-----

(.../...)

——— No entanto e tal como antes assegurara que seria feito imediatamente antes de começar a discussão das matérias, informou a Assembleia que, com os diversos accionistas que haviam entrado na sala após o início da sessão, podia actualizar os números nessa altura anunciados, comunicando que tinham passado a estar presentes ou devidamente representados setenta e oito accionistas, possuidores de trezentas e cinquenta e três milhões duzentas e vinte e cinco mil setecentas e trinta e sete (353.225.737) acções, no valor nominal de meio Euro cada uma e, portanto, com um valor nominal global de cento e setenta e seis milhões seiscentos e doze mil oitocentos e sessenta e oito Euros e cinquenta cêntimos (176.612.868,50 €), correspondendo a oitenta e quatro vírgula um por cento (84,1%) do capital social e conferindo direito a cento e setenta e seis mil quinhentos e setenta e nove (176.579) votos.-----

(.../...)

——— Procedendo-se à votação dessa proposta, obteve a mesma 176.576 votos a favor e as abstenções das accionistas “SONAGI – Sociedade Nacional de Gestão e Investimento, S.A.” (1 voto), “CIMO – Gestão de Participações, S.G.P.S., S.A.” (1 voto) e “CIMINPART – Investimentos e

Participações, S.G.P.S., S.A.” (1 voto), consequentemente ficando deliberado pela Assembleia Geral aprovar o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, as Contas da Sociedade o Relatório e Parecer do Fiscal Único, relativos ao exercício de 2003, nos termos dos respectivos documentos oportunamente depositados.-----

(.../...)

----- Procedendo-se à votação dessa proposta, obteve a mesma 176.576 votos a favor e as abstenções das accionistas “SONAGI – Sociedade Nacional de Gestão e Investimento, S.A.” (1 voto), “CIMO – Gestão de Participações, S.G.P.S., S.A.” (1 voto) e “CIMINPART – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.” (1 voto), consequentemente ficando deliberado pela Assembleia Geral aprovar o relatório de Gestão agora no seu âmbito consolidado, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os respectivos anexos e os Relatórios e Pareceres do Fiscal Único, reportados a tais elementos e relativos ao exercício de 2003, nos termos dos respectivos documentos oportunamente depositados.-----

(.../...)

----- Como ninguém mais se quisesse pronunciar, foi a Proposta de Aplicação de Resultados submetida à votação, tendo obtido de novo 176.576 votos a favor e as abstenções das accionistas “SONAGI – Sociedade Nacional de Gestão e Investimento, S.A.” (1 voto), “CIMO – Gestão de Participações, S.G.P.S., S.A.” (1 voto) e “CIMINPART – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.” (1 voto), consequentemente ficando deliberado pela Assembleia Geral que os Resultados Líquidos apurados no exercício de 2003, no montante de € 10.874.298,57, tenham a seguinte aplicação:-----

Para Reforço da Reserva Legal: € 600.000,00 (seiscentos mil Euros);-----

Para Reservas Livres: € 3.155.298,57 (três milhões cento e cinquenta e cinco mil duzentos e noventa e oito Euros e cinquenta e sete cêntimos);-----

Para Dividendos aos Accionistas: € 3.969.000,00 (três milhões novecentos e sessenta e nove mil Euros);-----

Para Distribuição pelos Trabalhadores: € 3.150.000,00 (três milhões cento e cinquenta mil Euros).-----

(.../...).

O SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte